



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**

Lincoln Gonçalves Rodrigues

A AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA MINEIRA

Juiz de Fora – Minas Gerais

2012

Lincoln Gonçalves Rodrigues

A AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA MINEIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora para a obtenção do Título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.
Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara

Juiz de Fora – Minas Gerais

2012

**Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração
Automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Rodrigues, Lincoln Gonçalves.

A agroindústria da cana-de-açúcar na zona da Mata mineira /
Lincoln Gonçalves Rodrigues. - - 2012.

180 p.

Orientador: Ângelo Alves Carrara

Dissertação (mestrado acadêmico). – Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas . Programa de Pós-
Graduação em História, 2012 .

1 . Agroindústria do açúcar . 2 . Minas Gerais . 3 . Zona da
Mata mineira. 4 . Engenho Central Rio Branco. I Carrara,
Ângelo Alves Carrara, orient. II . Título .

Lincoln Gonçalves Rodrigues

A Agroindústria da cana-de-açúcar na zona da Mata mineira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Juiz de Fora, 31 de Julho de 2012

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara – Orientador

Prof. Dra. Mônica Oliveira – Presidente

Prof. Dr. Luiz Antonio Araújo – Membro Titular

à memória de minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Desde garoto aprendi que ‘agradecer’ é mais que um gesto de gratidão, para além disso, representa um ato de reconhecimento, pela ajuda recebida de outrem, mas, principalmente pelo reconhecimento de nossa dificuldade e limitação diante das adversidades. Visto dessa forma, o agradecimento nos permite entender que sozinhos não chegamos a lugar algum.

Esta dissertação é o resultado de dois anos de pesquisa em que estive na condição de aluno de pós-graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. Contudo, sua história particular começa num momento bem anterior ao meu ingresso neste curso, o que implica num agradecimento longo as pessoas, que por motivos diversos, foram importantes na minha formação e na realização deste trabalho.

À memória de minha mãe, Efigênia, mulher forte, extraordinária, que me ensinou desde cedo que o amor e os sonhos movem o mundo. À meu pai Joaquim, “o Fumaça”, homem gentil, porto seguro de toda uma família, com quem aprendi, além da profissão de motorista, a observar o mundo através da janela de um caminhão. Desde a infância, acompanhá-lo nas viagens, me permitiu visitar todas as Usinas e, quase todos os alambiques e canaviais da zona da Mata mineira. Nas paradas para carga e descarga conheci diversas pessoas e ouvi muitas histórias, fato esse determinante na minha formação e nas escolhas que fiz. Aos meus irmãos, Lilian, Lúcia, Luiz e Lucimar pelo amor e presença constante. Ao Zênio e a Vanda pela amizade e por se juntarem a nós numa grande família. Aos meus sobrinhos, Laiz, Gabriela e Pedro, por darem um novo sentido às nossas vidas. À vocês, além de agradecer peço desculpas pelas ausências.

À Maria Noeme e Maria Tereza, mãe e filha. A “Dona Maria”, que devido a nossa amizade se tornou minha segunda mãe, pessoa que sempre me acolheu em sua casa e me ensinou que amor é doação, e que na vida tanto os momentos bons quanto os ruins passam. Neta do Sr. Nelson, um dos administradores da Companhia Açucareira, esta sempre me contou muitas histórias sobre a Usina e seus funcionários. À Maria Tereza, a Tetê, uma grande amiga que se foi e que me deixou a certeza, pelos momentos que estivemos juntos, que onde quer que ela estivesse essa iria estar sempre torcendo por mim.

Aos amigos de Juiz de Fora. Ao Anderson Luiz da Silva, um irmão, amigo de longas jornadas, pessoa generosa, da qual recebi, desde a graduação, diversos incentivos e que não mediu esforços para a conclusão deste trabalho. À Brenda e D. Leda pelo companheirismo. Ao João Villas Boas, o “Jones”, conterrâneo e contemporâneo de

graduação e mestrado, companheiro de travessias quase sempre impossíveis. À Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico, pela amizade, hospitalidade, pelos primeiros incentivos, e por sempre acreditarem – amigos para além do tempo e da distância. À Núbia, Maiana, Clinger, Marcio Fagundes, Rodrigo França e, Lúcia e Maria Luiza Barone, amigos e companheiros de trabalho com os quais exercitei a arte de pensar e de sorrir, os quais me receberam sempre de maneira acolhedora na Manchester mineira.

Aos amigos de Visconde do Rio Branco Email, Ednei, Ericon, Marquinhos, Telêmaco e Marcilene, João Metrô, Iara e Diogo Moreira, Vaguinho, Nil, Belô, Vandinho, Elaine e Eliane, Jacson, Jozelito e Dalva, Carla e Vitinho, Edinho e Eliane, Tati e Marcão e outros que por ventura eu tenha me esquecido dos nomes. Aqui em Juiz de Fora, os bares e as rodas de conversa não trazem a informalidade e a intimidade devida, as pessoas não assentam, no final da tarde, nas calçadas em frente às casas, e/ou param nas esquinas para jogarem conversa fora, não se conhecem pelos apelidos ou filiação e não sabem a trajetória uns dos outros, além de outras coisas. Todavia, ter saído de Visconde me fez perceber que tudo isso só fazia sentido diante da companhia de todos vocês.

Às professoras Mônica Oliveira e Carla Almeida, que participaram do exame de qualificação, aos professores Luiz Antonio Araujo, Mônica Oliveira e Ângelo Carrara que compuseram a banca de defesa, primeiramente por terem aceitado o convite, e, mais, pelos importantes comentários, sugestões e críticas, as quais foram importantes para o desenvolvimento e conclusão do trabalho.

Em especial ao Professor Ângelo Carrara, pela orientação, pela leitura atenta dos textos, pela bibliografia sugerida e, principalmente, pela habilidade impar de perceber onde o trabalho precisava ser melhorado. Em nossos encontros, regados a café, açúcar e boa conversa, resignifiquei o termo ensinar e vi o quanto um professor é importante na vida de seus alunos. Agradeço ainda a ajuda no rearranjo das datas e dos diversos reveses ocorridos ao longo do trabalho. Serei sempre grato a você professor.

Aos professores Elione e Henrique Lacerda por terem me auxiliado diante das inúmeras dúvidas e questões surgidas durante o mestrado, pela generosidade das fontes disponibilizadas, pelos livros emprestados, pela leitura atenta e generosa do texto da qualificação, além de terem me ensinado, desde a graduação a dialogar com as fontes históricas e com o cientificismo que a profissão exige. Amigos se vislumbro hoje uma carreira como professor e pesquisador é porque tenho em vocês a referência da excelência na produção do conhecimento histórico.

Aos diretores e funcionários dos arquivos da cidade de Visconde do Rio Branco, os quais contribuíram muito no trabalho de pesquisa. Em especial às funcionárias do Museu Municipal, Terezinha Pinto (diretora) e Vera Lúcia, pela atenção dispensada. A Dra. Vilma, juíza responsável pelo Fórum da cidade e, aos funcionários Rita, Luiz, Wesley e Rosa pela gentileza e acolhida. Ao Cartório do Primeiro Ofício, em especial a Nazareth, Mariângela e Ariane pela receptividade riobranquense. Ao jornal Voz de Rio Branco, em particular ao professor e escritor Cleber Lima, pessoa devotada à memória da cidade. Nestes arquivos tive sempre a certeza de estar realmente em casa. Um agradecimento especial à professora e pesquisadora Roberta Barros Meira, pessoa solidária que contribuiu e muito para a conclusão de nosso trabalho, a você professora o meu muito obrigado.

À Sandra, pelo diálogo, companheirismo e carinho, ou seja, por ser abrigo durante a trajetória.

RESUMO

Esta dissertação tem por finalidade analisar o desenvolvimento da agroindústria da cana-de-açúcar na sub-região central da zona da Mata mineira, entre os anos de 1822 e 1907. As distinções inerentes a este tipo de produção são evidenciadas de forma comparativa. A partir disso, relacionam-se as transformações econômicas ocorridas na produção açucareira na referida região ao crescimento do mercado interno; bem como à modernização dos setores de transportes e aos incentivos estatais à atividade açucareira. Tais mudanças, analisadas ao longo de quase um século, permitem destacar a presença de um grande número de pequenos engenhos na região, no início do séc. XIX e o crescimento da atividade açucareira, no decorrer dos anos, além da sua relação com a construção da Companhia Engenho Central Rio Branco, no final do séc. XIX. Investigar a história do açúcar na zona da Mata mineira, numa perspectiva comparativa, nos faculta entender com mais clareza as razões pelas quais a região se tornou uma das maiores produtoras de açúcar, no Estado de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Açúcar; Minas Gerais; Zona da Mata (MG); Engenhos; Companhia Engenho Central Rio Branco.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is analyzing the development of the sugarcane agro industry in the Central sub-regions of the zona da Mata, in the state of Minas Gerais, between the years 1822 and 1907. Inherent distinctions to this kind of production are evidenced in a comparative way. From that, we can conclude there is a link in the economic transformation occurred in the sugar production, in that above mentioned region and growth of the internal market as well as the modernization of the transport sectors, state aids, tax incentives to this business. Such changes, analyzed for a long period of almost a century, allow us to point out the presence of a great number of small sugar-mill in the region, at the beginning of the XIX century and the growth of this activity over the subsequent years, besides its relation with the construction of the Companhia Engenho Central Rio Branco (Rio Branco Central Sugar-mill Company) at the end of the XIX century. Investigating the sugar history in Zona da Mata, in Minas Gerais, in a comparative perspective, allow us to understand clearly the reasons this region became one of the major sugarcane producers in the state of Minas Gerais in the first decades of the XX century.

Keywords: Sugar, Minas Gerais, Zona da Mata, Sugar-mill, Companhia Engenho Central Rio Branco.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Classificação dos engenhos de cana: conforme a força motriz e o produto beneficiado – Freguesia de São João Batista do Presídio, em 1821.	88
TABELA 2	Caracterização dos engenhos de cana enquanto unidades produtivas.	91
TABELA 3	População na Freguesia de S. João Batista do Presídio em 1825.	104
TABELA 4	Profissões declaradas na Freguesia de São João Batista do Presídio.	105
TABELA 5	Principais gêneros exportados pelas recebedorias da Província de Minas Gerais. Destaque para o valor arrecadado nas recebedorias do Presídio, Pomba, Paraibuna e Mar de Espanha, em 1839.	108
TABELA 6	Rendimentos de Exportação nas Recebedorias, segundo os Balancetes de 1842.	110
TABELA 7	Balanço das Recebedorias da Província de Minas Gerais até 1843.	111
TABELA 8	Pagamento dos impostos provinciais pelas diferentes coletorias que compõem a sub-região central e sul da zona da Mata Mineira, exercício 1844/1845.	112
TABELA 9	Gêneros exportados pelas principais recebedorias, das regiões central e sul da zona da Mata, em 1844 e 1845.	114
TABELA 10	Açúcar exportado pelas principais recebedorias, das regiões central e sul da zona da Mata, em 1844 e 1845.	115
TABELA 11	Relação dos engenhos existentes nas Coletorias do Presídio e Pomba, 1853.	117
TABELA 12	Classificação dos engenhos de cana no município de Visconde do Rio Branco, em 1892, de acordo com a força motriz e o produto beneficiado.	118
TABELA 13	Classificação dos engenhos, de acordo com o local de instalação, força motriz e produto beneficiado na cidade e distritos de Visconde Rio Branco, em 1893.	119
TABELA 14	Engenho Central Rio Branco – Safra de 1885.	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO	Estudo comparativo entre o plantel de cativos das unidades produtivas de gêneros e daquelas produtoras de açúcar e aguardente na região central da zona da Mata mineira, nos anos de 1819 e 1821.	100
QUADRO	Estudo comparativo entre o plantel de cativos das unidades produtivas de gêneros e daquelas produtoras de açúcar e aguardente na região da zona da Mata central, nos anos de 1819 e 1821.	102
QUADRO	Exportação do Município de Rio Branco pela Estação Ferroviária da Leopoldina – 1925.	121
QUADRO	Preço médio do açúcar exportado pela Província – 1º semestre de 1886.	146
QUADRO	Apresentação dos dados referentes à safra de 1886.	149

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I	A historiografia do açúcar.....	25
Capítulo II	A agricultura da cana-de-açúcar na região central da zona da Mata mineira	70
Capítulo III	A construção do Engenho Central Rio Branco	122
Considerações Finais	162
Fontes	166
Referências Bibliográficas	169
Anexos		
	Anexo I	172
	Anexo II	173
	Anexo III	175
	Anexo IV	176
	Anexo V	177
	Anexo VI	178
	Anexo VII	179
	Anexo VIII	180

INTRODUÇÃO

Desde o início de sua ocupação, em meados do séc. XVIII, a zona da Mata mineira e sua economia estiveram longe de apresentar uma homogeneidade em sua composição e desenvolvimento. As particularidades e similitudes existentes entre as suas sub-regiões têm sido tema de diversas pesquisas. Todavia, as sub-regiões central e norte, ainda, necessitam de um número maior de estudos, que venha preencher as diversas lacunas existentes sobre as transformações ocorridas nestas regiões, durante o séc. XIX.

Neste sentido, a pesquisa de mestrado, aqui empreendida, teve como foco a sub-região central da zona da Mata mineira e, dentre as particularidades de sua constituição, destaca-se a importância da economia da cana-de-açúcar no desenvolvimento do município de Visconde do Rio Branco¹, antiga freguesia de São João Batista do Presídio, e a relação deste com a modernização do setor açucareiro em Minas Gerais. Diante disso, no decorrer do trabalho, procuramos observar, à luz da análise comparativa, os diversos momentos que marcaram a economia agroindústria da cana-de-açúcar na referida localidade.

A partir de então, as particularidades na configuração das unidades produtivas, em cada período estudado, ao longo do século XIX, foram se tornando mais evidentes e, por conseguinte, as motivações e diversidades que influenciaram o crescimento da cultura canavieira na cidade até a instalação da Companhia Engenho Central Rio Branco, em 1885.

Realizar um estudo sobre a agromanufatura do açúcar, na sub-região central da zona da Mata mineira, não consistiu tarefa fácil pois requereu uma definição precisa do papel desempenhado pela referida atividade no processo histórico local, no desenvolvimento econômico da região e na relação desta com as transformações ocorridas no setor açucareiro do país, no final do séc. XIX e início do XX. De acordo com a Historiografia Matense², o crescimento da zona da Mata mineira esteve

¹ Vale dizer que a Aplicação de São João Batista do Presídio, pertenceu a freguesia homônima, a qual abrangia o território ocupado pelos atuais municípios de Visconde do Rio Branco, São Geraldo, Guiricema, Paula Cândido, Ubá, Divinésia, Rodeiro, Guidoal e toda a área sudeste dos atuais municípios de Miraf e Muriaé até a fronteira com o estado do Rio de Janeiro.

²Dentre os principais pesquisadores Matenses, que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento da economia cafeeira na zona da Mata, elencamos dois: Anderson Pires, *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004; e Rita de Cássia da Silva Almico, *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*. Dissertação de Mestrado. Campinas:

relacionado à economia cafeeira e à expansão da fronteira agrícola, em meados do séc. XIX. Ou seja, a cafeicultura foi a principal atividade da economia agrícola na Mata. Todavia, no final do séc. XIX, em alguns municípios, dentre os quais estão Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, a agricultura não se resumiu somente ao cultivo do café, uma vez que este último disputou espaço com a cana-de-açúcar.³ Nessa perspectiva, aquele município ganha destaque quanto ao desenvolvimento da atividade açucareira ao longo do séc. XIX.

A produção de derivados de cana-de-açúcar no Brasil pode ser estudada a partir de dois paradigmas.

O primeiro se refere à grande manufatura, que se ocupou de boa parte das terras litorâneas do país e se definiu a partir do modelo nordestino de produção açucareira voltada para os mercados externos. Atividade econômica esta imortalizada pelos engenhos reais e por todo um movimento regionalista que teve em Gilberto Freyre seu maior expoente.⁴ Esses engenhos estiveram diretamente vinculados ao capital mercantil, desde a sua instalação, no início ainda do processo colonizador, o que perdurou até o final do séc. XIX. Neste sentido, porém, impuseram-se algumas determinações: a produção em larga escala, o uso extensivo do solo, a mão-de-obra escrava e a produção voltada para os mercados externos.⁵

No segundo paradigma, os engenhos, voltados à produção de derivados de cana-de-açúcar, eram de tamanho reduzido e foram instalados, sobretudo em Minas Gerais, configurando um modelo destinado ao atendimento do mercado interno. Logo, a instalação e o desenvolvimento destas unidades fabris, durante os séculos XVIII e XIX, não dependeram de determinações externas. Diferente das grandes manufaturas, tais unidades se caracterizavam como engenhos de pequeno porte, por possuírem autonomia frente ao capital mercantil e manterem uma fabricação variada de derivados de cana. Além desses aspectos, chegavam a distribuir pela Província uma grande e indeterminada quantidade de unidades produtivas, marcadas pelo predomínio da organização artesanal

Unicamp, 2001. Segundo esses autores, a zona da Mata, em meados do séc. XIX, respondia por 99% do café produzido na Província mineira, tornando-se a principal produtora do Estado até 1920. Informam ainda que, em 1890, 75% do imposto arrecadado pela Província advinham das taxas de produção cafeeira.

³ CARRARA, Ângelo Alves. **A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)**. 1993. 80f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói: Rio de Janeiro, 1993. p. 13.

⁴ LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. **As elites açucareiras em Pernambuco: um estudo sobre a heterogeneidade da açucarocracia pernambucana nas últimas décadas do Império**. Dissertação. Programa de História Social da Universidade de Brasília, Brasília: Distrito Federal, 2007. p. 4.

⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 246-247.

da produção em virtude do cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar estarem associados a uma diversidade de atividades agropecuárias e pastoris. Os diferentes tamanhos das propriedades produtoras, as múltiplas formas de uso da mão-de-obra – livre e escrava – e, principalmente, a produção voltada para o comércio local e regional, isto é, interno⁶, também constituem esse tipo de engenho.

Neste estudo, priorizamos, no contexto do desenvolvimento da sub-região central da zona da Mata mineira, a história da cana-de-açúcar ao longo do séc. XIX e a construção do Engenho Central Rio Branco, no final do referido século. Como dito anteriormente, a sub-região central não respondia como o centro econômico mais importante da Província e da zona da Mata naquele momento – posto este ocupado pela sub-região sul devido à produção cafeeira, em especial na cidade de Juiz de Fora. Mas, a diferença na estrutura produtiva dessas sub-regiões permitiu destacar aspectos significantes dessas áreas, em especial, do município de Visconde do Rio Branco, local onde a agroindústria do açúcar⁷ manteve um grande número de pequenos e médios engenhos capazes de concorrer com o engenho central, no início de seu funcionamento.

Sendo assim, esta investigação buscou analisar o desenvolvimento da atividade açucareira no referido município, entre os anos de 1822 e 1907. A análise da evolução dessa atividade econômica e a relação desta com as transformações ocorridas, em Visconde, exigiram a reflexão de um tempo histórico relativamente longo. A partir da base documental encontrada, esclarecemos que 1822 é a data de inauguração dos primeiros registros sistematizados sobre Visconde do Rio Branco, cuja denominação era freguesia de São João Batista do Presídio, e a sua produção açucareira. Por sua vez, a data de 1907 já se refere à venda do Engenho Central Rio Branco a um grupo de investidores franceses.

Destacamos ainda que o engenho Central Rio Branco foi o primeiro a ser construído em Minas Gerais, em 1885, com incentivos do governo provincial.⁸ Para tanto, assinou-se um contrato com a Província, no qual esta garantia o pagamento de

⁶GODOY, Marcelo Magalhães. **Civilizações da cana-de-açúcar**: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no novo mundo, séculos XVI a XIX. – Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. p 7. (texto para discussão: 304).

⁷CARRARA, Ângelo. **A zona da Mata Mineira**: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909). 1993. 80f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói: Rio de Janeiro, 1993. p. 42.

⁸O Engenho de Aracaty, no município de Leopoldina, foi o primeiro a ser construído em Minas Gerais e contou com as leis de incentivos do Império brasileiro. Para mais detalhes leia: **Um sopro de mudanças** – texto de Roberta Barros Meira sobre o desenvolvimento do Engenho Central de Aracaty, no final do XIX.

juros sobre o capital investido pela empresa recém-criada. Na pretensão de comprovarmos as nossas hipóteses, utilizamos uma série de documentos no que tange ao desenvolvimento da atividade e à construção e funcionamento do referido engenho.

Em nosso trabalho, um dos grupos mais importantes de fontes foram os documentos agrupados pela série *Documenta*, uma publicação do Núcleo de História Econômica e Demográfica da Universidade Federal de Ouro Preto, MG, que organizou em livro uma série de documentos relativos à freguesia de São João Batista do Presídio, para o ano de 1821.⁹ No livro, os dados foram transcritos e tratados a partir dos documentos originais, o que nos permitiu quantificar e qualificar os engenhos e a qualidade da mão-de-obra utilizada nessas unidades. Desse modo, pudemos agrupá-los por capacidade instalada. Foi nos possível, também, identificar os proprietários de engenhos e a localidade de instalação. Assim, esses documentos se tornaram importantes para entendermos o desenvolvimento econômico da freguesia, no início dos séc. XIX.

Os Relatórios de Presidente de Província, entre os anos de 1837 a 1900, correspondem a uma outra fonte de relevância nesta pesquisa, já que esclarecem dados sobre a economia mineira, a sub-região central da zona da Mata e do município de Visconde do Rio Branco, antiga vila de São João Batista do Presídio. Além do discurso estatal, dos dados econômicos e fiscais da Província, encontramos nestes documentos uma série de outras discussões, dentre as quais destacamos: a necessidade de uma diversificação maior dos setores produtivos, o discurso de modernidade que dominou parte dos debates na Assembléia de Minas Gerais, no final do séc. XIX; a demanda existente no Estado por infraestrutura; a queda dos preços no mercado internacional e a crise do açúcar, também no final daquele século; a necessidade de modernização do setor açucareiro em Minas Gerais e, por fim, a construção de engenhos centrais. Dessa forma, os dados referentes à atividade açucareira, nos referidos intervalos de tempo, foram agrupados e receberam tratamento para que pudéssemos construir um panorama do desenvolvimento econômico da agroindústria do açúcar na localidade.

⁹ Os documentos agrupados pelo Núcleo de História Econômica e Demográfica/UFOP e publicados na Série *Documenta 1*, consistem na Lista Nominativa dos Habitantes e na Relação dos Engenhos (código 398 do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana), no Mapa da Freguesia de São João Batista do Presídio (recenseamento de 1825), Arquivo da Cúria Diocesana de Leopoldina; no relato da Eleição de Eleitores da freguesia do Presídio, fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, do Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte. Para mais detalhes, verificar a publicação **Uma fronteira da Capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999.

Para além desses, utilizamos os documentos do Ministério da Indústria, Comércio e Obras Públicas, Série Agricultura – engenhos centrais, os quais se encontram sob a custódia do Arquivo Nacional. Esses documentos são relatórios anuais, escritos por engenheiros fiscais e consistem numa detalhada prestação de contas do serviço de fiscalização, relativos aos diversos engenhos centrais distribuídos nos 3 distritos brasileiros produtores de açúcar, os quais estavam sob julgo do Ministério da Indústria, Comércio e Obras Públicas. Esses documentos nos possibilitaram entender o funcionamento do setor fabril em diversos engenhos centrais e a relação destes com o setor produtivo. Também serviram para identificarmos os problemas comuns enfrentados pelas Companhias que administravam os engenhos centrais, os quais eram inerentes às questões regionais. O ‘baixo desempenho’ dos engenhos centrais, no final do séc. XIX, pode ser lido em vários pareceres dos engenheiros fiscais. Para além disso, esses documentos serviram de contraponto quanto aos pareceres sobre o Engenho Central Rio Branco, encontrados no Fundo SG (Secretaria de Governo da Província), do Arquivo Público Mineiro.

Outro corpo documental explorado foi o Fundo SG, referentes à Secretaria de Governo da Província, sob custódia também do Arquivo Público Mineiro. O Fundo abriga diversos documentos relativos à administração provincial, responsável por acompanhar a construção de engenhos centrais, em Minas Gerais. Muitos destes documentos referem-se à Companhia Engenho Central Rio Branco, entre os anos de 1883 e 1890. Dentre os pareceres, destacamos o quadro de pessoal e os vencimentos dos funcionários da companhia, a aprovação do projeto e orçamento apresentados pelo Engenho Central, a descrição geral do processo de fabricação dos derivados de cana-de-açúcar, o relatório das câmaras municipais enviado ao pelo Presidente de Província sobre a situação das lavouras de cana, os recibos de pagamento dos fornecedores de canas feito pelo engenho central e os balancetes. Junto a estes, acrescentamos as informações contidas nos diversos documentos existentes sobre o engenho e no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco. Todos esses documentos foram pontuais para delinear os com mais clareza a situação econômica da empresa nos seus primeiros anos, a sua relação com a economia local, permitindo, por conseguinte, o resgate da história da Companhia Engenho Central Rio Branco.

Já os registros pesquisados no Cartório do 1º Ofício de Notas, de Visconde do Rio Branco, nos possibilitaram investigar as características das propriedades da freguesia, com o tamanho, as divisas e as atividades econômicas desenvolvidas nessas

unidades. A partir disso, buscamos identificar a possível relação destas com a atividade açucareira e/ou com o Engenho Central Rio Branco. Novamente, no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco, consultamos os documentos da Coletoria de Rio Branco, livros referentes ao Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões, entre 1892 e 1906. Por meio dessas fontes, conseguimos verificar a identificação das indústrias, das casas comerciais, dos sítios e fazendas existentes no município, a partir dos registros dos impostos pagos anualmente, os quais variavam de acordo com a atividade exercida e a capacidade produtiva/instalada. O tratamento desses dados nos permitiu entender melhor a conjuntura da economia na localidade.

Assim, conseguimos estabelecer quais e quantas unidades fabris concorriam com o engenho central na produção de derivados de cana-de-açúcar, mas, principalmente como tais unidades concorriam na compra de matéria-prima junto aos fornecedores do município, no final do séc. XIX e início do XX.

Desse modo, organizamos a dissertação em três capítulos, além da introdução.

No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão acerca do tema, a agroindústria da cana-de-açúcar, bem como abordamos o desenvolvimento da econômica mineira, entre a crise da mineração e o crescimento da cafeicultura, e o período selecionado: 1822 a 1907. Para tanto, procuramos dialogar com diversos estudos da historiografia brasileira que discutiram a economia mineira, a atividade açucareira, as dimensões estruturais capazes de diferenciar a capacidade instalada nos engenhos mineiros daqueles construídos no nordeste e as políticas estatais de incentivo ao setor, no séc. XIX.

Nessa perspectiva, lançamos mão tanto de estudos estruturalistas, caracterizados pelo viés macroeconômico, quanto os trabalhos em História Regional. Segundo os estruturalistas, a economia açucareira agroexportadora, desenvolvida no período Colonial brasileiro, perdurou até a República. E dentre as *commodities* que marcaram o desenvolvimento econômico brasileiro, o açúcar ganhou notoriedade pelo volume exportado, pela longevidade da produção e por sua influência na estrutura socioeconômica, política e cultural.

Segundo os autores dessa corrente, a economia açucareira e os demais produtos exportados realizavam-se no mercado externo. Ao estudarem a economia desde a colonização, tais estudiosos procuravam encontrar as justificativas para o atraso econômico e as dificuldades de industrialização enfrentadas pelo país nas primeiras décadas do séc. XX. Todavia, não foram unânimes quanto ao desenvolvimento do

mercado interno e sua correlação possível entre com o mercado externo, tanto no período colonial quanto nas primeiras décadas que antecederam à consolidação do Estado brasileiro. Para alguns destes pesquisadores, a agroexportação e a atividade mineradora não promoveram o desenvolvimento do mercado interno. Para os outros, tais atividades, associadas ao processo mercantil, desenvolvido no interior das províncias, tornaram possíveis o reinvestimento de parte dos lucros advindos do setor produtivo na economia local.

Dentre os autores definidos como tradicionais, destacamos principalmente os trabalhos de Roberto C. Simonsen, em *História econômica do Brasil*; de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, de Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil* e Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial – 1777/1808*. Esses estudos se tornaram referência para diversos pesquisadores dedicados a investigar a história do Brasil e, de certo modo, a de Minas Gerais. As gerações posteriores se viram influenciadas pela concepção de ciclos econômicos, apresentada por Simonsen e pela análise interpretativa inaugurada por Caio Prado Jr., para a qual a economia colonial brasileira tinha um caráter extrovertido.

Na concepção desses autores, o desenvolvimento de um mercado interno na economia mineradora era praticamente nulo, devido à política mercantil praticada pela Coroa Portuguesa. Essa nulidade – entendida como uma dificuldade da região em promover o crescimento de atividades manufatureiras de pequeno porte, as quais poderiam substituir os produtos importados – seria rompida com o advento da cafeicultura, em meados do séc. XIX. Ou seja, as consequências dessa involução econômica, em Minas Gerais, ultrapassaram o período colonial, permanecendo até a consolidação do Estado.

Para contrastar com tais abordagens, relacionamos algumas análises que discutiram as mudanças ocorridas no interior da colônia e deram destaque à economia de mercado interno. Metodologicamente, temos aí uma aproximação do viés estruturalista aos estudos regionais. Neste sentido, citamos os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*; de Mafalda Zemella, em *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no séc. XVIII*, e João Fragoso, em *Homens de grossa aventura*.

Nesta dissertação, a citada obra de Sérgio Buarque de Holanda contribuiu na medida que apresenta uma análise do desenvolvimento da economia colonial brasileira e aponta que a produção agrícola esteve dividida em “dois grandes domínios”: o

primeiro, caracterizado pelo cultivo de “grandes plantações” exclusivas para o mercado externo e controlada pelo Estado; e o segundo, distinguido por um “complexo de atividades agrárias”, voltadas para o abastecimento interno. Para o autor, a atividade açucareira no Brasil seguiu a mesma trajetória, pois desde o início se dividiu em duas formas de produção: uma primeira, artesanal, dedicada a abastecer os pequenos grupos familiares, os colonos e, talvez, um pequeno mercado regional; e uma segunda, dedicada à produção de excedentes, voltada para o mercado externo.

Ao mesmo tempo em que se atribui às análises estruturalistas o mérito de terem contribuído para uma visão ampla do desenvolvimento do estado brasileiro e pela formação de uma geração de historiadores, incidem também as críticas de terem cristalizado uma visão de decadência para a economia mineira e de retratarem a atividade açucareira como um modelo estabelecido para o nordeste, quiçá para o Brasil.

Embora inicialmente distantes de nosso recorte temporal, esses trabalhos foram importantes nesta investigação por nos permitirem identificar o princípio do discurso sobre a decadência da economia mineira, e, ao serem contrastados aos estudos de cunho regionalista, nos possibilitam relacionar a atividade açucareira, desenvolvida na sub-região central da zona da Mata mineira, ao quadro econômico e, principalmente, ao mercado regional no qual tal cultura estava inserida, no início do séc. XIX.

Assim, passamos a comparar os trabalhos de concepção tradicional e as diversas lacunas deixadas por estes, aos recentes estudos da Historiografia Regional, cujas pesquisas têm contribuído para validar, e, até mesmo, corrigir alguns apontamentos feitos pelos estudos de caráter mais abrangente.

No segundo capítulo, dialogamos principalmente com os trabalhos em História Regional e Agrária, nos quais os pesquisadores se utilizaram de fontes locais, seriadas ou não, para investigarem, de forma mais detalhada, as atividades agrícolas e manufactureiras numa determinada região, suas estruturas agrárias, as formas de uso do solo, a criação de animais para abastecimento e transporte, além das relações sociais e políticas estabelecidas pelos indivíduos na localidade e/ou região, dentre outras.

Nesse quadro, evidenciamos os principais estudos dedicados ao desenvolvimento econômico da zona da Mata e da Província mineira, nos quais encontramos dados sobre a agroindústria da cana-de-açúcar e seus derivados, mesmo não tendo algumas dessas análises a atividade açucareira como mote principal. Assim, utilizamos os trabalhos realizados por Ângelo Alves Carrara, em *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)*; em *Minas e Currais:*

produção rural e mercado interno em Minas Gerais – 1674/1807 e, ainda, em *Uma Fronteira da Capitania de Minas Gerais – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821*. Elencamos, também, os estudos dos autores Anderson Pires, em *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/1930*; Francisco Eduardo de Andrade, em *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX*; Sônia Maria de Souza, *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*; Miguel Costa Filho, *A cana de açúcar em Minas Gerais*, uma publicação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); Rômulo Garcia de Andrade, *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: zona da Mata de Minas Gerais, séc. XIX*; e, por fim, Marcelo Magalhães Godoy, *Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades Agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX*.

Nessas abordagens, encontramos dados relevantes sobre o desenvolvimento econômico da zona da Mata mineira e de suas sub-regiões, no séc. XIX, tais como: o tamanho das propriedades, dos plantéis e o tipo de atividade econômica desenvolvida em cada uma delas, dentre os quais procuramos destacar aqueles referentes à agromanufatura da cana-de-açúcar, na sub-região central da Mata. A Historiografia Matense nos permitiu, também, relacionar o desenvolvimento da economia açucareira a uma série de fatores, como a chegada da Corte Portuguesa, que transformou a cidade do Rio de Janeiro num grande centro consumidor; a interiorização da cafeicultura em Minas Gerais e os benefícios dos efeitos de encadeamento para a agroindústria da cana-de-açúcar; a composição das fazendas mineiras enquanto unidades produtivas que se dedicavam a várias atividades, mantendo uma complexa agenda agrícola, dentre outras.

Dessa forma, a abordagem em História Regional nos possibilitou analisar de maneira pormenorizada o desenvolvimento da atividade açucareira na freguesia de São João Batista do Presídio nos diversos momentos de sua trajetória histórica e econômica. Na análise, comparamos, também, o desenvolvimento da referida localidade com o de outras freguesias, vilas e cidades da zona da Mata mineira, principalmente aquelas localizadas na sub-região central. Sob essa perspectiva, procuramos relacionar os dados apresentados pela Historiografia Matense e pelos diversos autores que se debruçaram sobre o desenvolvimento econômico da Província de Minas Gerais àqueles encontrados nos Relatórios de Presidente de Província e numa série de outros documentos sobre a dita freguesia.

Por fim, no terceiro e último capítulo, nos dedicamos à história da Companhia Engenho Central Rio Branco, focando sua organização enquanto empresa até a montagem e inauguração, além do estudo da sua produtividade nas primeiras safras. Para tanto, procuramos destacar o contexto no qual o engenho central se constituiu, ou seja, a relação entre a atividade açucareira no município de Visconde do Rio Branco e a construção do Engenho Central Rio Branco. Comparamos também a construção do engenho central às mudanças ocorridas na estrutura de transporte, no processo de urbanização das cidades na zona da Mata e nos incentivos estatais para a modernização da atividade açucareira, no final do séc. XIX.

Assim, nos valem dos diversos estudos sobre a modernização do setor açucareiro, no final do séc. XIX, dentre os quais, destacamos os trabalhos de Vilar Zóia Campos, em *Italianos em São Paulo: de colonos a empresários do açúcar, 1876-1941*; Alice Piffer Canabrava, em *A grande lavoura*; Tatiana Brito de Araújo, em *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*; Roberta Barros Meira, em *Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)* e *Um sopro de mudanças: a Companhia Engenho Central de Aracaty e a produção açucareira mineira no final do Império*; Pedro Ramos, em *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*; Gabriel Bittencourt, em *Açúcar e Legislação: a política brasileira das usinas centrais e sua influência no Espírito Santo (1870-1920)*. Marcelo Magalhães Godoy, em *Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da província de Minas Gerais*; Vera Lúcia Amaral Ferlini, em *A civilização do açúcar: séc. XVI a XXIII*, Francisco Eduardo de Andrade, em *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX*; Andréa Casa Nova Maia, em *Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas*; Oílliam José, em *Visconde do Rio Branco: notas para a sua história* e *Visconde do Rio Branco: Terra. Povo. História*; Carla Martins de Lima Perlatto, em *Engenho Central Rio Branco*.

Ressaltamos que esses trabalhos foram de suma importância, não só para relacionarmos a construção do Engenho Central Rio Branco à política de incentivos, utilizada pelo governo imperial brasileiro e pela Província de Minas Gerais para a modernização do setor açucareiro, no final do séc. XIX, mas, por nos permitirem comparar detalhes dos decretos promulgados pelo Império para a construção de

engenhos centrais, nas diversas regiões/localidades do país, com aquele promulgado pela Província de Minas Gerais, a qual autorizou a organização da Companhia Engenho Central Rio Branco, a construção e o funcionamento do engenho central. Essa análise, por sua vez, evidenciou o capital investido e o percentual de juros a ser pago; as garantias e obrigações da Companhia prescritas em contrato; dentre outros.

Assim, foi nos possível comparar o desenvolvimento do Engenho Central Rio Branco ao dos demais engenhos centrais instalados no país. Para, além disso, a historiografia utilizada, no capítulo, prestou significativa contribuição por nos oportunizar o diálogo também com as fontes pesquisadas, e, no embate, construir um panorama sobre o funcionamento do Engenho Central Rio Branco, entre o final do séc. XIX e início do XX.

1- A historiografia do açúcar

A historiografia, referente à atividade açucareira no Brasil, é vasta e se confunde com os demais estudos que se propuseram a analisar a formação do país. Diversos cronistas, viajantes, naturalistas, literatos e historiadores, de correntes historiográficas distintas, se debruçaram sobre o tema.

Lembramos que a historiografia brasileira se constituiu no mesmo instante em que o país se tornou independente. No século XVIII, caracterizou-se por ser comprometida com as questões nacionais e com a construção de valores formadores do Estado Nacional. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* é um exemplo dessa postura historiográfica inicial, pois congregava a elite intelectual do país.”¹⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen e a obra *História geral do Brasil* representam a expressão máxima da citada Revista. Para a instituição, o momento histórico que marcou o fim do Império e o início da República aconteceu de forma natural e pacífica. A primeira construção ideológica promovida pela Revista foi a idealização do Império brasileiro como fórmula política de integração nacional.

Nesse percurso, vale citar, também, Capistrano de Abreu, que, na passagem do séc. XIX para o XX, tornou-se personagem importante para a historiografia brasileira ao “renovar a fisionomia da história”. Diferente de outros historiadores de seu tempo, como Varnhagen, manteve uma preocupação permanente com a crítica da pesquisa histórica e com a necessidade de um método. Influenciado pelo positivismo de Leopoldo Von Ranke, legou-o à historiografia brasileira. José Honório Rodrigues, ao definir a importância de Capistrano para a historiografia, cita parte da introdução escrita por Paulo Prado, o qual prefacia a segunda edição de *Os Capítulos*, livro publicado em 1928, um ano após a morte de Capistrano. Nas palavras de Paulo Prado:

Ninguém entre nós soube tão bem aliar a paixão dos fatos concretos e precisos e a minúcia erudita às generalizações das grandes leis históricas e biológicas. Capistrano, no Brasil, foi criador de uma Escola de História, que não é ‘livro de livro’, mas estudo completo e complexos do drama humano no correr dos tempos, desde a compreensão dos ritmos mundiais, das forças instintivas e conscientes

¹⁰JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores na república. In.: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 122.

que dirigem os homens e as aglomerações sociais, até o detalhe pitoresco, palpitante, do viver cotidiano nas épocas passadas.¹¹

Os estudos, promovidos por Capistrano, mostraram a necessidade de se conhecer melhor a história do país. Para tanto, o estudioso mantém um olhar voltado para dentro, procurando entender o funcionamento da sociedade colonial. Em *Os Capítulos*, num texto dedicado ao sertão, discute a interiorização da Colônia por meio da criação de gado vacum e do sonho do eldorado. Após apresentar as várias Entradas que se dirigiram a Minas, na busca das lavras, Capistrano afirma que não existiu um único descobridor e que as bandeiras não partiram somente da Capitania de São Vicente. Para o autor, a economia na região das Minas era muito dinâmica, mas convivía com a carestia dos produtos importados. Neste sentido, Capistrano escreveu:

Ainda uma década depois dos primeiros descobertos, custava um boi cem oitavas, a mão de sessenta espigas de milho trinta oitavas, um alqueire de farinha de mandioca quarenta oitavas, uma galinha três ou quatro oitavas, um barrilote de aguardente, carga de um escravo, cem oitavas, um barrilote de vinho, carga de um escravo, duzentas oitavas, um barrilote de azeite duas libras. [...] a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes. [...] Com o vender coisas comestíveis, aguardente e garapas muito em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro.¹²

Sobre o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais, e, conseqüentemente, da cultura da cana-de-açúcar, o autor nos informa a importância dessa atividade para a diminuição dos custos de manutenção dos mineiros. Na visão de Capistrano, o beneficiamento da cana-de-açúcar e a produção de derivados na capitania, em 1728, eram diferentes daqueles encontrados nos engenhos do Nordeste. Para tanto, o estudioso dialoga com o texto, produzido por André João Antonil, a respeito do desenvolvimento da produção canavieira. Assim, Antonil explica:

logo começaram a moer nas moendinhas que chamamos escaroçador e a estilar em lambiques que formavam de tachos, apareceram logo águas ardentes de cana que vendiam a cinco e seis oitavas de ouro e nas frasqueiras a quarenta oitavas. Com isso foi que se começou a lograr saúde, a cessarem as enfermidades e terem os homens boas cores.¹³

¹¹PRADO, Paulo. Prefácio. In: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 25-26.

¹² ABREU, Ibid., p. 164.

¹³ ANTONIL, André João. In: ABREU, Op.cit., p. 165-166.

A partir da análise de Capistrano, entendemos que as desproporções estruturais, que diferenciaram os engenhos mineiros daqueles construídos na região nordeste, promoveram uma diversificação nos estudos sobre a cana-de-açúcar e podem ser verificados pela pluralidade da literatura dedicada ao tema.

As transformações ocorridas na Capitania Mineira, no final dos oitocentos, com o advento da crise de extração do ouro, foram também discutidas por Capistrano. Para ele, a dificuldade de extração motivou ainda mais o dinamismo da economia mineira. Conforme o autor:

Desenganada do ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação de gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo, de algodão; com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos históricos e honrados tropeiros.¹⁴

Além de reconhecermos a relevância da obra de Capistrano para a história da identidade nacional, ressaltamos que o método científico, inaugurado pelo autor, promoveu uma sistematização das fontes e uma orientação metodológica, a qual passou a direcionar as pesquisas no campo da História. A partir de então, os fatos históricos passaram a ser referendados pelos documentos, e deixaram, portanto, de ser vistos como gêneros literários.

Muitos dos pesquisadores desta geração revisitaram a história brasileira apenas numa perspectiva de reescrita da história.

Do final do séc. XIX até as duas primeiras décadas do XX, a historiografia se dedicou à construção da memória nacional do novo regime, uma memória marcada pelo clima de paz e consenso nacional. No início dos anos 30, a superioridade econômica de São Paulo, frente aos demais Estados da federação, identificou a história da referida cidade com a do Brasil. Para muitos pesquisadores, a história do complexo agroexportador cafeeiro e da industrialização brasileira se confundia com a história de São Paulo.

Todavia, a historiografia dos anos 30 passou por uma transformação e, influenciada pelo marxismo, fomentou diversos trabalhos que se voltaram para as questões nacionais. Assim, as obras de caráter histórico e de análises macroeconômicas buscaram romper com a ideia de consenso, existente na historiografia tradicional. Os trabalhos não se preocuparam com os fatos políticos de curta duração, mas revisitaram

¹⁴ ABREU, *Ibid.*, p. 172.

as explicações tradicionais a respeito da história do Brasil, sob a perspectiva da longa duração. Dedicaram-se a investigar as transformações econômicas e sociais que, em meados do séc. XIX, impulsionaram o país rumo ao desenvolvimento. Dessa forma, “desmistificaram o sujeito São Paulo, substituindo-o pelo real conteúdo que ocultavam: a história da dominação exercida pelas burguesias agrária e industrial.”¹⁵

Muitos desses historiadores e demais pesquisadores discutiram a importância da economia agroexportadora na Colônia e no Império. Com relação à atividade açucareira, vários estudos, dedicados a ela, podem ser divididos em dois grupos. O primeiro grupo justifica o desenvolvimento e os momentos de crise do setor, os quais foram determinados por fatores externos, tais como: o sucesso na montagem da empresa agrícola colonial portuguesa e da multiplicação das *plantations*, ao longo do litoral brasileiro no século XVI, estruturadas no tripé mão-de-obra escrava, monocultura e latifúndio. A este grupo, acrescentam-se ainda a perda do monopólio mercantil no mercado europeu, devido à conjuntura internacional desfavorável, marcada pela concorrência dos holandeses, em meados do século XVII; a crise de superprodução no Brasil e a queda nos preços do açúcar no mercado internacional, no final do séc. XIX, provocada pela concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa e Ásia. Com relação aos fatores internos que contribuíram para a crise deflagrada, no final do séc. XIX, esses estudiosos apontam a posição geográfica desfavorável, a técnica de fabricação rudimentar e o alto custo de produção.

O segundo grupo, por sua vez, afirma que o sucesso da economia açucareira na colônia esteve relacionado não só às exportações, mas principalmente ao crescimento do comércio no mercado interno, ou seja, os comerciantes e colonos residentes reinvestiam parte dos rendimentos, advindos do setor açucareiro, do comércio de abastecimento e da produção diversificada de gêneros, na própria economia colonial. Quanto aos fatores internos, ligados à produção que dificultaram o desenvolvimento da atividade açucareira, citam o esgotamento do solo, provocado por uma técnica obsoleta de manejo das áreas cultivadas e a baixa qualidade das canas escolhidas, marcando, efetivamente, ao longo dos anos, uma estagnação do setor. Há ainda o crescimento da produção açucareira, que provocou o alargamento da fronteira agrícola e, conseqüentemente, a afastou cada vez mais do litoral.

¹⁵ JANOTTI, Op. cit., p. 133.

Para muitos autores, as dificuldades no cultivo da cana e na produção do açúcar impediram o fortalecimento das produções local e regional, bem como comprometeram a competitividade do setor no mercado interno e externo, no final do séc. XIX. Para outros, além dos fatores relacionados ao setor produtivo, a crise do século XIX foi provocada também pelas mudanças de ordem técnica. Na concepção de vários pesquisadores, a indústria canavieira procurou se modernizar, ampliando, portanto, a capacidade instalada de seu sistema fabril. Todavia, o aumento dessa capacidade e a construção de novos engenhos, no período, resultaram numa crise de superprodução e, por conseguinte, numa queda vertiginosa dos preços.

E dentre os estudos que compõem o primeiro grupo, destacamos as análises estruturalistas, caracterizadas pelo viés macroeconômico, as quais durante anos foram referência para diversos pesquisadores dedicados a investigar a história do Brasil e, de certo modo, a de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que a estas análises atribui-se o mérito de terem contribuído para uma visão ampla do desenvolvimento do estado brasileiro e pela formação de uma geração de historiadores, incidem também as críticas de terem enrijecido e homogeneizado as interpretações a respeito do crescimento econômico do Brasil. Ou seja, pesa sobre o referido grupo o argumento de que não existiu um mercado interno significativo na colônia. Vale dizer que, neste grupo, estão as interpretações de Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*; as de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo* e as de Roberto C. Simonsen, em *História econômica do Brasil*.

Neste contexto, o trabalho de Roberto Cochrane Simonsen tem uma importância significativa para a história econômica, pois, na citada obra, apresenta de maneira sistematizada as várias fases, ou ciclos, da economia brasileira. Ideólogo do desenvolvimentismo brasileiro, Simonsen escreveu seu livro com objetivo de justificar o atraso econômico do país. Na discussão, alegou que o Estado deveria ser responsável pela industrialização e pelo crescimento econômico. Mas, para tanto, era preciso fazê-lo através da intervenção estatal, pois o protecionismo e o planejamento eram os melhores instrumentos disponíveis a este processo.¹⁶

Em *História econômica do Brasil*, no capítulo dedicado ao Ciclo do Açúcar, o autor também discute inicialmente a importância da atividade açucareira para a

¹⁶BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 84-87.

economia metropolitana portuguesa. Nessa perspectiva, apresenta a evolução da atividade pelas várias colônias portuguesas no Atlântico, cujo início se deu nas ilhas da Madeira e São Tomé, no séc. XV, chegando ao litoral brasileiro, no séc. XVI, como um projeto do Estado Lusitano. Segundo o autor, o desenvolvimento da atividade, na Terra de Santa Cruz, foi motivado e regulado pelo Estado, bem como construído com capital privado.

Para Simonsen, dois tipos de senhores de engenho se estabeleceram na colônia: um primeiro, de senhores de poucas posses e sem condições de montar um engenho, os quais “arrendavam terras próximas e recebiam de seus proprietários pagamento em açúcar pela cana que lhe entregavam.”¹⁷

Num segundo grupo, encontram-se aqueles de grande envergadura, isto é, possuíam grande escravaria, casa de engenho, senzala, animais de tração e corte, casa de morada, enfermarias e utensílios destinados ao fabrico do açúcar.

Assim, nos anos iniciais se construíram engenhos de médio porte, com produção anual de 3.000 arrobas, que, posteriormente, reformados e ampliados, chegavam a uma produção de 10.000 arrobas. Os altos custos de construção, de beneficiamento da cana-de-açúcar, de transporte e de mão-de-obra limitaram a instalação das pequenas engenhocas. Estrategicamente, os primeiros engenhos estabeleceram-se no litoral e o desenvolvimento da produção açucareira na colônia foi determinado pelo crescimento do consumo no mercado internacional.

O sucesso da agroexportação motivou a construção de outras unidades, as quais foram sendo instaladas para além do litoral, alargando a fronteira produtiva cada vez mais para o interior.

A partir do discurso de Simonsen, percebemos que todos os temas econômicos, referentes ao Ciclo do Açúcar, são debatidos numa mesma perspectiva, ou seja, o desenvolvimento da economia colonial brasileira se viu sempre determinado pelo mercado externo. E ao discutir o desenvolvimento dos engenhos, ao longo do litoral, o autor nos informa que estas unidades produtivas representavam uma verdadeira povoação. Distantes um dos outros, os engenhos se tornavam o centro da vida econômica e social de uma determinada região. Neste universo, o senhor de engenho era

¹⁷SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil** (1500-1820). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978. p. 98.

visto e respeitado na colônia como o era um fidalgo em Portugal. Nas palavras de Simonsen:

O ser senhor de engenho, he titulo, a que muitos aspirão, porque traz consigo, o ser servido, obedecido e respeitados de muitos. [...] homem de cabedal, e governo [...] dos senhores dependem os lavradores, que tem partidos arrendados em terras do mesmo engenho, como os cidadãos dos fidalgos; e quanto os senhores são mais possantes, e bem aparelhados de todo o necessário, affaveis, e verdadeiros; tanto mais são procurados, ainda dos que não tem a canna captiva, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberão.¹⁸

Num dos poucos momentos, em que discute o desenvolvimento do mercado interno no comércio colonial, o autor nos mostra o quanto este era insipiente. Segundo Simonsen, o comércio praticado no Brasil estava atrelado à economia agroexportadora. No texto abaixo, podemos observar a relação existente entre o açúcar como produto de exportação, os dividendos gerados pela comercialização do açúcar na Europa e de como essa renda chegava às unidades produtivas nas colônias, bem como às mãos dos senhores de engenho e entravam em circulação no mercado interno. Neste sentido, explica:

O produto era diretamente remetido para além-mar; de além-mar vinha o pagamento em dinheiro ou em objetos dados em troca e não eram muitos: fazendas finas, bebidas, farinha de trigo, em suma, antes objetos de luxo. Por luxo podiam comprar os mantimentos aos lavradores menos abastados e isto era usual em Pernambuco.¹⁹

Ao comentar a evolução do comércio luso-brasileiro, Simonsen nos revela as variações do volume exportado pela colônia, o quanto cresceu e se diversificou. Essa diversificação na exportação dos produtos coloniais pode ser verificada nos dados, apresentados pelo autor, para o ano de 1777. Dentre os principais produtos exportados encontramos: açúcar branco, couros em cabelo, tabaco, cacau, algodão em rama, pau-brasil, aguardente.

Dessa forma, o autor não apresenta a Colônia somente como “um manancial perene de recursos para o tesouro régio”, mas o Brasil figura como um centro dinâmico da economia metropolitana, “em torno do qual gravitava a vida econômica de toda a

¹⁸ Idem, *Ibid.*, p. 105.

¹⁹ Idem, *Ibid.*, p. 101.

monarquia.”²⁰ Nas páginas seguintes, menciona sobre o desenvolvimento do comércio colonial, entretanto, diferente da visão anterior, o comércio entre metrópole e colônia não se apresenta como uma via de mão única. Simonsen também define o Brasil como um mercado consumidor, sendo a relação mercantil determinada pelo mercado externo. Porém, em momento algum, o teórico discute o desenvolvimento endógeno do comércio mercantil. Tal posição pode ser identificada no texto abaixo:

De lá vinham o ouro e os diamantes; pau-brasil, monopólio do Estado; o tabaco, que já em 1716 produzia o quinto das rendas do soberano; o açúcar e a courama, que nessa época concorriam para as receitas do Estado com mais de 200 contos. Soma a que acresciam os direitos de fazendas estrangeiras exportadas para a colônia. Para o Brasil iam os produtos do Portugal europeu, e das ilhas do Atlântico; os que se importavam da Índia, e os escravos de que Angola se sustentava. [...] As estatísticas portuguesas indicam que, da exportação para as colônias, mais de 80% eram destinadas ao Brasil. Ainda cerca de 50% dos produtos de exportação para o estrangeiro eram provenientes dessa colônia.²¹

Simonsen discute a economia de Minas Gerais, quando debate o Ciclo Minerador. Ao final da primeira parte do texto, dedicado à mineração, o autor menciona sobre as vantagens e desvantagens da extração mineral para a Coroa portuguesa e para a Colônia. Segundo o autor, no plano externo, o ouro brasileiro ajudou a inaugurar uma nova etapa do capitalismo, bem como o surgimento do “homem econômico moderno.” Para o Brasil e, principalmente, para a região centro-sul, afirma:

Para o Brasil, esse ouro teve resultados bem diversos: se não ficou incorporado em empreendimentos de grandes resultados para o futuro, incentivou, no entanto, uma vultosa imigração para o Centro-sul do país, que ocupou definitivamente nossos sertões; permitiu a construção de nossas primeiras cidades no interior; criou um grande mercado de gado e tropas, estimulando os paulistas à ocupação e conquista definitiva das regiões do Sul; tornou o Rio de Janeiro a capital brasileira e aí criou fortes elementos de progresso; permitiu, finalmente, a concentração e a formação de capitais em escravos e tropas, que mais tarde facilitaram a implantação da lavoura de café no Vale do Paraíba e nas regiões fluminenses.²²

Como podemos verificar, para Simonsen, em momento algum, a mineração promoveu um surto de desenvolvimento econômico para além do “Ciclo Minerador”,

²⁰ Idem, Ibid., p. 365.

²¹ Idem, Ibid., p. 365.

²² Idem, Ibid., p. 268.

nem mesmo quando a demanda da população por gêneros e ouro promoveu a Guerra dos Emboabas.

Sobre a descoberta do ouro nas Minas e a relação entre a moeda/metal e seus proprietários, ou a sociedade a que esse grupo pertencia, Simonsen pretende, na verdade, justificar o fracasso de um possível desenvolvimento regional no interior da colônia. Para tanto, afirma que os “novos capitais” permitiram dois tipos de movimento: no primeiro, os mineradores tendem a gastar toda a fortuna rapidamente, adquirindo artigos básicos de consumo, como gêneros alimentícios. Esses gastos levariam os mineiros à falência, voltando aos ganhos ordinários.

No segundo movimento, o autor ressalta que, se tais mineradores pertencessem a uma sociedade improvisada e esta não tivesse condições de produzir os elementos essenciais à vida, como os gêneros, deveria comprá-los. A compra promoveria a saída de ouro e a falência de tal sociedade e de seus membros. Para Simonsen, foram esses dois aspectos que se conheceram no Brasil Colônia.

Diante disso, o ciclo minerador foi infecundo no desenvolvimento interno da Colônia. Ao procurar justificar a afirmação, o autor compara os reflexos econômicos da mineração no Brasil, no séc. XVIII, aos da Califórnia, que iniciou a exploração em 1848 e como tal atividade se desenvolveu economicamente. Assim, Simonsen afirma ser o atraso do desenvolvimento brasileiro determinado pelo longo tempo em que o país permaneceu como Colônia e o surto de desenvolvimento provocado pelo ciclo minerador ter sido usufruído pela metrópole portuguesa, uma realidade diferente dos Estados Unidos da América, que, no início do ciclo minerador, era um país independente.

Num segundo capítulo dedicado à mineração, o autor discute as várias fases que marcaram a atividade na Capitania Mineira. Debate, portanto, as primeiras dificuldades enfrentadas pelos mineiros, como o abastecimento da região e a falta de braços para a lavra. Mas, de grande importância, no capítulo, é a discussão sobre a fase de decadência da mineração. Segundo o autor, essa realidade trouxe desolação:

Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresenta o aspecto de uma ruína, os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometedora; e as vilas isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios difíceis de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral.²³

²³ Idem, *Ibid.*, p. 292.

Porém, a análise de Simonsen sobre a economia mineira não discute a interiorização do contexto econômico. Para o estudioso, a mineração foi efêmera, não tendo, pois, a capacidade de desenvolver o comércio e outras atividades produtivas na colônia.

Vale mencionarmos que a crise vivida pela atividade extrativista, definida pelo autor como um período de decadência, influenciou inúmeros historiadores. Semelhantes a Simonsen, outros pesquisadores privilegiaram o viés macroeconômico e, durante muito tempo, foram referência em História do Brasil e, em particular, de Minas Gerais. A partir da concepção desses estudiosos, cristalizou-se a visão de decadência do ouro e o declínio produtivo da economia mineira.

Nesse ínterim, Caio Prado Júnior escreve a obra *Formação do Brasil contemporâneo*, na qual apresenta um estudo sobre o desenvolvimento econômico brasileiro e busca justificar as dificuldades enfrentadas pelo Estado, nas primeiras décadas do séc. XX. Para tanto, discute o desenvolvimento econômico do país, desde o “Descobrimento”, e procura mostrar, por meio de uma análise do “processo histórico”, que o Brasil definiu-se pelo passado colonial e pelas transformações vividas, no séc. XIX e início do XX. A longevidade do passado colonial, segundo o autor, deixou marcas profundas na estrutura econômica e social do país.

Nos capítulos iniciais, dedicados a descortinar o sistema colonial, montado pelos Estados europeus na América, Prado Jr afirma ter a colonização um sentido, uma necessidade de ser. As colônias estabelecidas no Novo Mundo podem ser entendidas a partir da ocupação promovida pelas metrópoles europeias, no final do séc. XV e início do séc. XVI.

Segundo o autor, as colônias estabelecidas nos trópicos diferenciaram-se e muito daquelas estabelecidas nas regiões temperadas do continente americano. Enquanto as colônias de clima temperado formavam, na América, o modelo de sociedade europeia; nas de clima tropical estabelecia-se uma “sociedade inteiramente original”.²⁴ Assim, ao norte do referido continente, estabeleceram-se as colônias de povoamento, destinadas a absorverem o excesso populacional europeu. Mas, ao sul dos EUA, na região central e sul do continente americano, formaram-se as colônias de exploração, verdadeiras

²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

empresas comerciais, voltadas à produção de gêneros para o mercado europeu. Nas palavras de Caio Prado Jr, está o verdadeiro significado dessas colônias:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.²⁵

Dessa forma, o desenvolvimento da colônia seria determinado pelo mercado europeu. Segundo Prado Jr, a colônia portuguesa na América constituiu-se como fornecedor de gêneros agrícolas, metais e pedras preciosas, enquanto que o Brasil, inicialmente, especializou-se no fornecimento de açúcar, tabaco e gêneros, logo depois, explorou ouro, diamantes, algodão e café. O estudioso alega, ainda, que, historicamente, perdemos a oportunidade de construir uma sociedade com características nacionais. Para ele, a estrutura econômica e social formada nos anos iniciais da colonização se manterá dominante através dos três séculos [...] se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país.”²⁶

Em outro livro, *História econômica do Brasil*, também dedicado a discutir o desenvolvimento econômico no país, o modelo explicativo já apresentado por Caio Prado Jr se repete. Ao buscar entender os problemas nacionais, a partir da evolução histórica do Estado, não se furta de abordar a importância do mercado interno existente no período colonial. Todavia, relaciona-o às variantes do mercado externo. Segundo o autor, o desenvolvimento do comércio na colônia foi impulsionado pelo ritmo das exportações, pois este setor funcionava como um “acessório” da estrutura ou do “eixo” das principais atividades econômicas desenvolvidas pela metrópole, na colônia. O tráfico de escravos africanos, responsável pela constituição da mão-de-obra nas *plantations*, juntamente com a produção de gêneros para abastecimento da população, envolvida direta e indiretamente no setor produtivo, compuseram dois dos pilares que sustentaram a agroexportação e o extrativismo. Para o autor:

²⁵ Idem, *Ibid.*, p. 19-20.

²⁶ Idem, *Ibid.*, p. 20.

Neste quadro que sumaria as correntes do comércio colonial, e com elas a natureza da nossa economia, é a mesma coisa que se verificará. Vemos nele a grande corrente de exportação dos produtos tropicais, do ouro e dos diamantes que se destinam, via metrópole, ao abastecimento do comércio internacional: é esse o eixo das atividades coloniais, eixo em torno de que se agrupam os seus demais elementos. Em função dele, dispõem-se os outros setores do comércio da colônia, e que não tem outro fim que alimentar e amparar aquela corrente fundamental.²⁷

No referido livro, o autor dedica um capítulo à evolução agrícola brasileira, ocorrida entre o final do séc. XVIII e início do XIX. Dois fatos políticos marcaram esse ressurgimento: a abertura dos portos e a independência do país. Logo, as Províncias do litoral nordestino e norte recuperaram a posição de destaque vivida em outrora, quando a atividade açucareira passou a dividir o foco das atenções com as minas de ouro e diamantes. Mas, essa retomada não perdurou por muito tempo. Segundo Prado Jr, em meados de 1825, a região centro-sul voltou a ocupar a posição de destaque na economia do país, em virtude do advento da cafeicultura. Nessa perspectiva, entre a crise da mineração e a consolidação da atividade cafeeira, a economia mineira surgiu como decadente. Para o autor, Minas viveu uma involução econômica.

Ao comentar a situação da indústria canavieira no país, no século XIX, o autor é taxativo ao afirmar que o surto de desenvolvimento do setor, no primeiro quartel do séc. XIX, não perdurou devido a uma conjuntura internacional desfavorável, a qual convivia com uma queda do preço do açúcar no mercado externo. Tal situação, vale dizer, seria um dos motivos do crescimento da produção do açúcar de beterraba.

O estudioso comenta, ainda, que, para a região norte continuar como agroexportadora, ela deveria ter cultivado outro gênero, substituindo a cana-de-açúcar por um produto adequado, que tivesse inserção no mercado externo. Para tanto, Prado Jr utiliza o exemplo da cafeicultura. Em discussão sobre a perda do mercado internacional do açúcar, informa que esta situação não foi somente um problema enfrentado pelo Brasil, e que outras regiões produtoras só sobreviveram à crise pelo fato de ainda serem colônias e de terem o privilégio nos mercados de suas metrópoles. Como o Brasil era um produtor independente e de posição geográfica desfavorável, a perda do mercado externo fez com que os produtores disputassem espaço no mercado interno. Dessa forma, temos uma reconfiguração do espaço econômico e político, no século XIX. Nas palavras do autor:

²⁷ Idem, **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 118.

Dentro do Brasil, é no Norte que sofrerá mais com esta situação. Além da concorrência externa, ele suporta a do Sul, para onde as terras virgens e frescas atraem o povoamento e as atividades. As velhas regiões setentrionais, exploradas havia séculos, já começavam a sentir os efeitos de uma longa utilização imprevidente e predadora que devastava os recursos da natureza sem nada lhes restituir [...] caráter primitivo da agricultura brasileira e que não se corrigirá tão cedo. [...] Entre os fatores que mais contribuíram para a decadência do Norte é preciso contar também com a cessação, em 1850, da corrente de escravos importados da África. Abalado já pela conjuntura internacional desfavorável e pelo esgotamento de suas reservas naturais, o Norte sofrerá consideravelmente com este novo golpe que o privava de mão-de-obra fácil e relativamente barata.²⁸

A respeito da posição ocupada pelo Brasil, na lista dos maiores produtores de café, Prado Jr informa que a rubiácea adquiriu notoriedade e conquistou a mesa dos países ocidentais como produto de luxo, no séc. XVIII. Neste período, o Brasil ocupava-se com a mineração, na região centro-sul, e com o cultivo da cana-de-açúcar na região norte e também centro-sul. Ou seja, naquele momento o Brasil alcançava uma posição pouco significativa no mercado internacional de café. Mas, essa realidade iria mudar, em meados do século XIX, pois

É o renascimento da agricultura em fins daquele século [XVIII] que despertará as atenções para o café. Pouco de início: a cana-de-açúcar e o algodão ainda estavam no seu apogeu. Mesmo nas regiões do Centro-sul do país onde o café se difundiria mais tarde tão largamente, ele será desprezado em benefício do açúcar.²⁹

Quando aborda o “renascimento da agricultura” brasileira, no final do século XVIII, Caio Prado também nos informa que, anterior à cafeicultura, a economia açucareira ocupava posição de destaque na agricultura do país e da região centro-sul. Apesar de não ter prolongado a discussão sobre o desenvolvimento do mercado interno, o estudioso chama a atenção para a atividade canavieira nas Províncias da região centro-sul, e, dentre elas, Minas Gerais. Todavia, a análise não comenta sobre o possível desenvolvimento do mercado interno nessa região.

O autor, nas páginas seguintes da obra, procura mostrar também o avanço da monocultura e de como tal processo provoca uma degradação do solo, ou seja, há um empobrecimento da região produtora, a qual seria abandonada em detrimento de outra

²⁸ Idem, *Ibid.*, p. 158-159.

²⁹ Idem, *Ibid.*, p. 159-160.

região que possuísse terras férteis disponíveis para a agricultura de exportação. Assim, o capítulo, destinado à evolução agrícola, não tem como objetivo discutir outras economias que não sejam as agroexportadoras.

Em um dos poucos momentos em que trata do papel do mercado interno, Caio Prado Jr, relaciona-o, novamente, ao desenvolvimento da agroexportação e ao mercado externo. Neste sentido, escreve que:

Passemos ao comércio interior que nos trará mais um pouco de luz sobre a essência da organização colonial. Não temos muito dados; o interesse que despertava, subsidiário como era, foi pequeno, e os contemporâneos nos deixaram poucas informações. Podemos contudo notar com absoluta segurança que o seu movimento principal é constituído ou por mercadorias que se destinam a última instância à exportação, ou aquelas que provêm da importação. São os gêneros que circulam no lugar de produção e das mãos do produtor para os portos de embarque e casas exportadoras; e as mercadorias estrangeiras que se distribuem daqueles portos pelo resto do país. O mais resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois, quanto às populações e estabelecimentos rurais, elas são em regra, a este respeito, autônomas; o mesmo se dá com as pequenas aglomerações que se constituem, em geral, de habitantes do campo que as procuram só aos domingos e dias de festa. Os gêneros que esta gente não produz e precisa ir buscar no comércio não são senão importados do exterior: ferro, sal, manufaturas. Assim, o comércio interno, com exclusão do setor que vimos acima e que deriva do externo, só aparece com vulto ponderável na convergência de gêneros de subsistência para os grandes centros urbanos.³⁰

A partir do exposto, podemos observar que ao definir o comércio no interior da colônia, Prado Jr nos informa sobre as autossuficiências das pequenas vilas e fazendas. No modelo explicativo, apresentado na análise, o desenvolvimento do mercado interno e das pequenas unidades estavam atreladas às unidades agroexportadoras e aos centros urbanos. Essas pequenas propriedades poderiam somente contribuir com uma produção de excedentes para o abastecimento das fazendas agroexportadoras e dos centros urbanos mais próximos, ou seja, seriam incapazes de constituir um mercado que interligasse as várias microrregiões de uma mesma província. Ao identificar a relação mantida entre as unidades produtoras de artigos tropicais, destinados ao abastecimento do comércio internacional, e aquelas voltadas ao abastecimento interno, o estudioso explica que esta última teve por finalidade “amparar” a economia agroexportadora.

Segundo Celso Furtado, as transformações ocorridas no mercado externo, principalmente o europeu, foram sempre determinantes para o desenvolvimento da

³⁰ Idem, Ibid., p. 116.

economia açucareira no Brasil e, num dado momento, para as crises que se abateram sobre o setor. Ao informar a capacidade de capitalização da atividade açucareira, no final do século XVI, Furtado afirma que a referida produção tinha condições de “autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva [a] cada dois anos”.³¹ Todavia, essa possibilidade de crescimento foi pouco explorada, mesmo diante de uma grandiosa capacidade financeira, demonstrando, portanto, que o desenvolvimento da indústria açucareira no período foi controlado pela perspectiva do consumo, ou seja, pela possibilidade existente no mercado externo de sorver tal produto.

Para o autor, o setor mercantil, na intenção de controlar a produção, procurava evitar as crises de superprodução. Assim, o setor mercantil acumulava parte dos recursos financeiros disponíveis na indústria açucareira e os comerciantes eram detentores de parte da renda, antes relacionada somente aos senhores de engenho. Estes, ao reinvestirem parte da renda acumulada no comércio e nas várias etapas da produção, estabeleciam uma relação direta entre o setor produtivo e o mercantil. Tal situação permitiu, durante certo tempo, uma regulação do setor, evitando, portanto, uma tendência natural da atividade à superprodução.

Furtado, em estudos sobre a alta rentabilidade da economia açucareira no Brasil e o seu elevado nível de especialização, afirma ser a atividade detentora de um mercado consumidor de dimensões relativamente grandes, “uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações”.³² Junto à economia açucareira, poderia até haver outras atividades econômicas mercantis, para além do mercado açucareiro. Porém, a falta de circulação monetária na economia açucareira e um conjunto de outras circunstâncias impediram o desenvolvimento dessas atividades, como bem argumentou o autor:

A economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. Um conjunto de circunstancias tenderam, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Em primeiro lugar havia os interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.³³

³¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969. p. 50.

³² Idem, *Ibid.*, p. 59.

³³ Idem, *Ibid.*, p. 60.

A partir do exposto, podemos verificar que o autor reconhece a capacidade de acumulação da atividade açucareira na colônia e de como se poderia promover o crescimento do setor produtivo e mercantil nas várias províncias brasileiras, principalmente na região nordeste. Mas tal desenvolvimento, segundo Furtado, foi infecundo.

Sobre o fluxo de renda e o nível do desenvolvimento econômico na Província de Minas Gerais, durante o período aurífero, o estudioso compara a potencialidade da economia mineira à açucareira nordestina. Para tanto, defende que, mesmo tendo uma renda inferior, a região mineradora apresentou possibilidades muito maiores de crescimento do mercado interno, se comparada à atividade açucareira.

Na concepção de Furtado, uma série de fatores fez da região uma das mais propícias ao desenvolvimento do mercado interno. Dentre os fatores, estão um mercado de dimensões consideráveis, em extensão territorial e número de habitantes; uma distribuição melhor da renda, que nesta economia era muito menos concentrada; uma população livre muito maior, se comparada às demais províncias; uma região de difícil acesso e distante dos portos, o que encarecia o transporte dos produtos importados, e que, de certa forma, garantia o desenvolvimento do mercado interno.

Desse modo, o comércio mineiro esteve inclinado à compra dos produtos de consumo corrente, diferente da região canavieira, direcionada para a compra dos artigos de luxo importados.

O autor justifica a nulidade do desenvolvimento endógeno, em Minas Gerais, no referido período, como sendo uma dificuldade da região em promover o crescimento de atividades manufatureiras de pequeno porte, as quais poderiam crescer e substituir os produtos importados. Todavia, as dificuldades técnicas dos trabalhadores estabelecidos na região impediram o desenvolvimento das pequenas manufaturas, as quais não conseguiram ultrapassar um determinado nível de produção. Furtado, ainda, considera o papel da política portuguesa e as suas tentativas de impedir o desenvolvimento manufatureiro na colônia, por meio de uma série de leis restritivas, dentre elas, o decreto de 1785.³⁴

Dessa forma, além das dificuldades apontadas acima, a região mineradora teve seu desenvolvimento interno comprometido pelo controle rigoroso do Estado Português, e o período pós-mineração foi marcado pela decadência da economia mineira, a qual se

³⁴ Idem, *Ibid.*, p. 86.

reestruturaria, somente, no primeiro quartel do séc. XIX, com a agroexportação da cafeicultura.

O historiador Fernando Novais, inscrito à segunda geração de estruturalistas e autor do livro *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial – 1777/1808*, apresenta concepções que correspondem às de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, para os quais a colonização possuiu um sentido e foi determinada por fatores externos. Ao discutir o sistema colonial português e a relação desse Estado com sua principal colônia, o Brasil, Novais procura investigar minuciosamente o sentido da colonização, desenvolvendo ainda mais a ideia de uma economia, direcionada ao mercado externo.

Para o autor, a expansão marítimo-comercial, iniciada no século XV, faz parte da transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, num contexto capitalista de desenvolvimento industrial, Portugal se aproveitou do exclusivismo metropolitano, praticado nas colônias, e mantido pelo monopólio mercantil, para, por meio deste sistema, promover uma acumulação primitiva de capital, almejando financiar o desenvolvimento capitalista do Estado. Assim, Novais define o sistema colonial:

O sistema colonial apresenta-se-nos como um conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização; na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, parece-nos conveniente chamar essas relações, seguindo a tradição de vários historiadores [...], Antigo Sistema Colonial da era mercantilista. [...] As relações coloniais podem, na realidade, ser apreendidas em dois níveis: o primeiro, na extensa legislação ultramarina das várias potências colonizadoras [...]; segundo, no movimento concreto de circulação de umas para as outras, isso é, no comércio que fazem entre si, e nas vinculações político-administrativas que envolviam. A legislação colonial, na realidade, o que procura é disciplinar as relações concretas, políticas e sobretudo econômicas.³⁵

Ao se debruçar sobre o projeto colonizador português, Novais escreve que este estava em concordância com a mentalidade absolutista. As políticas coloniais dos Estados europeus procuravam modelar as novas colônias, colocando-as nos padrões das políticas mercantilistas de cada Estado. As ações entre metrópole e colônia deveriam funcionar próximos do desejável.

³⁵ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial** (1777-1808). 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 67-68.

Conforme entendimento do autor, podemos descrever de maneira simples o sistema colonial, entendido como um modelo particular de relações políticas. Logo, de um lado, temos a metrópole atuando como um centro de decisões, de outro lado, a colônia como um elemento secundário, subordinado. Nessas relações se estabelece “o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais.”³⁶ No modelo explicativo apresentado, o Brasil esteve fadado ao desenvolvimento de uma economia suplementar, não existindo espaço para o crescimento de um mercado interno e para uma possível capitalização endógena na colônia. Vista sob essa perspectiva, o açúcar não se difere dos demais produtos de exportação.

Novais, quando discute as ações tomadas por Portugal para o desenvolvimento efetivo de sua Colônia na América, aproxima-se dos demais estruturalistas. Sob influência de Caio Prado, escreveu:

As dimensões novas que assumia a atividade colonizadora ao transcender a exploração do comércio ultramarino, a colonização guardou na sua essência o sentido do empreendimento comercial donde proveio; a não-existência de produtos comercializáveis levou à sua produção, e disto resultou a ação colonizadora. Assim se ajustavam as novas áreas aos quadros das necessidades de crescimento da economia européia. A colonização moderna portanto, [...] tem uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia – eis, no fundo, o sentido da colonização.

Com relação à crise do sistema colonial e às mudanças econômicas, promovidas pelo Estado Português, Novais nos informa que Portugal promoveu a concentração de capitais, procurou recuperar os “mercados ultramarinos” e fomentou um surto manufatureiro com incentivo do governo. A política pombalina pôde, assim, ser definida: “Na esfera econômica, a linha de ação pautou-se pelo mercantilismo: monopólio, companhias, exclusivo, estatismo.”³⁷ As reformas pombalinas chegaram às Colônias como forma de recrudescimento. E mesmo influenciados pelos iluministas, os portugueses mantiveram o exclusivo colonial, um mercantilismo “bafejado pelas Luzes”. Neste sentido, o autor esclarece que:

Nada tem tanta eficácia como o comércio, regulador dos interesses humanos; [...] o comércio é o espírito que aviva o engenho, dá

³⁶ Idem, Ibid., p. 62.

³⁷ Idem, Ibid., p. 223.

movimento às artes e ressuscita a indústria; é enfim o comércio a mola principal de todas as forças do corpo político, e produz e atrai todas as riquezas ao Estado.³⁸

Noutro trecho, Novais procura mostrar a rigidez do colonialismo mercantil, praticado por Portugal em suas colônias. Para tanto, o autor dialoga com a obra do Bispo Azeredo Coutinho, um dos principais teóricos do colonialismo ilustrado português. Assim, o estudioso apresenta as propostas sugeridas e adotadas pelo Estado:

O traço ideológico reponta claramente na formulação: <bons ofícios> para a <defesa e segurança> da colônia enquanto colônia; na fase de crise, quando os mecanismos da estrutura começavam a criar condições para o desatamento dos vínculos de dominação colonial, isto necessariamente significa <defesa e segurança> da metrópole, enquanto potência colonial. Mais ainda, dados os mecanismos do sistema que se defende, <posse e fruição> significam assimilação, pela metrópole, dos estímulos da exploração colonial. <Estes benefícios>, prossegue o bispo economista, <pedem iguais recompensas e, ainda, alguns justos sacrifícios; e por isso, é necessário que as colônias também, por sua parte, sofram: 1) que só possam comerciar diretamente com a metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; 2) que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas e da indústria da metrópole>.³⁹

Neste sentido, podemos verificar que a possibilidade de desenvolvimento de um mercado interno na colônia era praticamente nula, já que tudo era determinado pela política mercantil, adotada pela Coroa Portuguesa. Em teoria, enquanto o reformismo ilustrado deveria promover uma maior abertura do Estado Absolutista, este, por sua vez, deveria ter uma menor participação na esfera política e, principalmente, econômica.

Todavia, o mercantilismo ilustrado português surgiu num momento de crise, de transformações políticas e econômicas que assinalaram a passagem do capitalismo comercial para o industrial, do velho para o novo regime. Nesse contexto, para o Estado Português, o sistema colonial precisava funcionar como uma ferramenta no desenvolvimento da economia metropolitana. O exclusivo colonial deveria permitir a acumulação de capital e garantir a industrialização do Estado Português.

³⁸ Idem, *Ibid.*, p. 230.

³⁹ Idem, *Ibid.*, p. 231.

Sobre a execução do Pacto Colonial, no final do período colonial, Novais nos informa que a Coroa Portuguesa procurou incentivar a exportação no Brasil. Para tanto, o Estado procurou aumentar a produção, melhorar a qualidade dos produtos e diversificar o cultivo. No entanto, esse incentivo não significava investimento, pois o país passava por um período de recessão e necessitava cortar gastos. É no relatório do vice-rei Luis de Vasconcelos, de 1779, que podemos encontrar tais dificuldades enfrentadas pelo governo português para promover o crescimento:

Para equilibrar o orçamento, aconselhava-se, além de medidas fiscais, o aumento da produção; como entretanto um dos motivos do desequilíbrio eram os gastos com o patrocínio dos novos produtos, entrava-se num beco sem saída.⁴⁰

Dessa forma, Novais nos mostra que as medidas fiscais, adotadas pelo Estado, visavam ao crescimento da arrecadação e dependia-se dos impostos pagos pelo setor mercantil para equilibrar as contas do erário. Já o aumento da produção estava relacionado ao cultivo dos produtos tropicais, conhecidos na pauta de exportação, como o açúcar e o tabaco. Entre os produtos novos, que deveriam ser cultivados, estavam o arroz, a amoreira, a cochoilha e o linho.

Noutro momento do texto, Novais apresenta as instruções dadas ao Marquês de Barbacena, que foi indicado para governar Minas, em 1788. Tais orientações determinavam que era preciso o governo impulsionar a mineração e o cultivo das terras; garantir à população da Província os meios necessários à exploração das minas; bem como garantir, aos agricultores à comercialização “dos seus frutos e produções por meio de um comércio lícito e permitido, interior e externo”.⁴¹

Com relação ao incentivo dado à cultura canavieira, a Metrópole enviou ao Brasil uma série de livros, destinados a instruir os agricultores quanto às técnicas de cultivo e fabrico do açúcar e demais derivados da cana. As Províncias produtoras receberam uma série de livros sobre a cultura canavieira, porém Minas Gerais não aparece, nas referidas instruções, na listagem das províncias contempladas pelos exemplares.

⁴⁰ Instrução de Luís de Vasconcelos (1779). *R. I. H. G. B.*, t. XXV, p. 482-483. In.: NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema Colonial (1777-1808)**. p. 255.

⁴¹ Instrução para o Visconde de Barbacena (1778). *R. I. H. G. B.*, t. VI, p. 3 segs. In.: NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 256.

Entretanto, verificamos que Novais não faz nenhuma menção à produção de açúcar e aguardente na Província, não considerando, assim, o crescimento da cultura canavieira em Minas. Também, no relatório do Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, citado por Novais, há exemplos das ações da coroa portuguesa e as formas de incentivo, como se pode ler abaixo:

O mesmo ministro, em ofício de 3/4/1798 comunica ao conde de Rezende a remessa de cem exemplares de um livro sobre o açúcar para ser vendido por meio das mesas de inspeções, câmaras, ou pessoas que parecer; indicando que remessas tinham se efetuado para a Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão e São Paulo. Mesmo para a longínqua Capitania de Goiás, enviaram-se instruções e se tomavam medidas para promover o desenvolvimento agrícola.

Para o autor, os incentivos da Coroa portuguesa dados à agricultura e à mineração, tiveram como objetivo o crescimento da exportação, o que garantia à Metrópole maior arrecadação, lucro fiscal, devido ao exclusivo colonial.

Assim, a atividade econômica que permitiu o desenvolvimento da capitania de Minas, segundo o autor, foi a mineração. A agricultura, desenvolvida na Província, servia apenas para dar suporte ao desenvolvimento do extrativismo mineral. Em nenhum momento do período colonial, o autor considera o crescimento da agricultura e o desenvolvimento de um mercado interno na capitania como importantes. Nessa perspectiva, como nos demais trabalhos apresentados anteriormente, a América fazia parte da economia europeia. Nas colônias americanas, os capitais e técnicas investidos buscavam criar um fluxo permanente de bens destinados ao mercado da Europa.

Em *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, Stuart B. Schwartz estuda a formação da sociedade brasileira, que surgiu na experiência da grande lavoura açucareira, viabilizada pelos portugueses, no período colonial, e influenciada pelo trabalho escravo, pela relação mercantilista mantida com a metrópole e pelas tradições e atitudes senhoriais portuguesas. O longo período como sociedade escravista e monocultora marcou profundamente as relações sociais no país, mesmo após a abolição. Nossa herança colonial nos legou uma estrutura social complexa e hierarquizada. Nas palavras do autor:

Desde seus primórdios como colônia européia, em 1500, até que se abolisse finalmente a escravidão em 1888. [...] Desse processo resultou uma sociedade multirracial e estratificada, profundamente influenciada pelo sistema de grande lavoura e pelas hierarquias das

diferentes condições sociais inerentes à sua força de trabalho, bem como pela estrutura hierárquica derivada dos códigos jurídicos e religioso.⁴²

Como podemos observar, há uma crítica à historiografia tradicional, que, desde os anos 30, se dedica a discutir a origem da sociedade brasileira, sem ultrapassar os limites impostos pela documentação existente, tais como, os relatos dos viajantes do séc. XIX e dos cronistas do período colonial.

Em seu estudo, Stuart, além dos documentos “tradicionais”, utilizou registros de notas e paroquiais, testamentos, documentos dos engenhos remanescentes e os censos, os quais lhe permitiram entender a formação e a interação dos vários grupos e categorias sociais num contexto produtivo da economia colonial agroexportadora. Diferente dos demais trabalhos de viés estruturalista, o de Stuart procurou entender a formação da sociedade brasileira ao estudar uma única capitania: a Bahia. Segundo o autor, o desenvolvimento socioeconômico do Estado, nos três séculos dedicados à lavoura de exportação, atribuem-lhe todos os elementos constitutivos da sociedade brasileira: latifúndio, monocultura e mão-de-obra escrava.

Vale mencionarmos que o trabalho de Schwartz é um estudo monográfico, no qual se mantém um diálogo estreito com a corrente paulista e relaciona o desenvolvimento da economia colonial agroexportadora ao funcionamento do mercado externo. Há, no estudo, influência dos trabalhos de Fernando Novais, Vera Ferlini, José Jobson Arruda, José R. Amaral Lapa, Iraci del Nero da Costa e, também, o diálogo com uma série de trabalhos, cuja discussão aborda o desenvolvimento socioeconômico na colônia.

Dentre os inúmeros textos, apresentados por Stuart, na bibliografia que serviu de ‘contraponto’ para as análises sobre as relações de produção no complexo açucareiro, destacamos *A brecha camponesa no sistema escravista*, de Ciro Flamarion S. Cardoso; *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado*, de Kátia M. de Queiros Mattoso; e o livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. A análise dialoga, também, com trabalhos que se dedicaram ao estudo do complexo açucareiro na colônia e à formação do Estado Nacional. Stuart, num trabalho detalhado da realidade das unidades produtoras, procurou demonstrar como as ações relativas ao trabalho nas *plantations* foram importantes para a montagem da sociedade baiana.

⁴² SHWARTS, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Dessa forma, as relações sociais estabelecidas no setor produtivo permitiram entender a formação dos grupos sociais, das instituições e de como se relacionavam.

Ao justificar a importância da expansão da cultura canavieira para oeste, cujo destino fora da Europa para o continente americano, Schwartz associa a chegada desta produção à dos Ibéricos, no Novo Mundo, e, no Brasil, à montagem do sistema colonial. Acrescenta, também, que a expansão para o oeste iniciou muito antes do séc. XV. Vinda do sudeste da Ásia, a cana-de-açúcar chegou à Pérsia e, com os árabes, alcançou a costa oriental do Mediterrâneo. Dos países árabes, a Palestina se tornou grande produtora nos séc. XII, XIII e Chipre, no séc. XIV, assumiu a posição de grande fornecedor. A referida cultura se desenvolveu ainda em Creta, ao norte da África e, logo depois, na Sicília. De Palermo, chegou às ilhas do oceano Atlântico e, posteriormente, à América. A montagem e o desenvolvimento da economia agroexportadora no Brasil colonial tiveram para Schwartz o mesmo significado encontrado em Simonsen, Furtado e Novais, ou seja, a economia colonial nada mais é do que uma expansão da economia europeia. Segundo Schwartz:

A produção do açúcar e as origens das economias coloniais americanas estiveram intimamente ligadas. O cultivo da cana-de-açúcar vinha se deslocando em direção ao oeste por séculos antes de ser introduzido no Novo Mundo pelos portugueses e espanhóis, e sua chegada às Antilhas e ao Brasil foi uma extensão lógica do longo processo histórico. [...] as lavouras canavieiras americanas apenas constituíram outro capítulo no deslocamento do açúcar para o oeste. A inovação no Brasil e nas Antilhas foi a ampliação de escala, tanto das unidades produtivas individuais quanto da indústria como um todo.⁴³

Como podemos ver, a cultura da cana-de-açúcar, vinda da Europa, se disseminou por todas as capitanias portuguesas na América. Para o autor, o acesso às mudas aconteceu de duas maneiras: no início, as primeiras mudas foram importadas, trazidas das ilhas do Atlântico, São Tomé e Madeira; num segundo momento, foram obtidas em capitanias vizinhas, por senhores de engenhos menos abastados. Vários engenhos foram construídos ao longo do litoral, mas boa parte desses malogrou devido à negligência dos proprietários ao ataque dos índios; bem como de uma série de outras dificuldades de ordem técnica, como a falta de mão-de-obra especializada.

Para Schwartz, o sucesso de alguns engenhos se deve à dedicação de alguns senhores no desenvolvimento da atividade açucareira e no relacionamento mantido com

⁴³ Idem, *Ibid.*, p. 21.

os silvícolas. A força motriz dos primeiros engenhos se dividia em duas categorias: aqueles movidos à água e outros à tração animal. A diferença técnica existente entre os engenhos pode ser observada pela força motriz utilizada pelo número de moendas e tachas, pelo tamanho dos canaviais e, pela quantidade e qualidade da mão-de-obra dispensada no fabrico do açúcar.

Ao comentar a importância da atividade açucareira para o Recôncavo baiano, no séc. XVI, o autor afirma que a cana-de-açúcar era o principal produto de exportação. No entanto, chama a atenção para a ação dos proprietários de terras e da Coroa portuguesa na introdução de novos gêneros tropicais de exportação, uma tentativa de diversificação das fontes de renda. Schwartz reconhece a diversificação dos gêneros agrícolas na colônia, mas mantém a visão de economia agroexportadora voltada para o mercado externo. Neste sentido, explica:

Muito embora o Recôncavo fizesse jus à sua reputação de região açucareira, na verdade nunca foi completamente tomado pelos canaviais. [...] No século XVI foram introduzidos o arroz e o gengibre. Este último desenvolveu-se bem e, embora não fosse de qualidade tão boa quanto o cultivado na Índia. [...] Os portugueses procuraram introduzir outros produtos tropicais que pudessem tornar-se culturas comerciais. [...] Apesar dessas tentativas não muito entusiasmadas de encontrar outras culturas comerciais lucrativas, apenas o fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar no Recôncavo.⁴⁴

Ao comentar a introdução de novos gêneros na economia colonial, como o arroz, o gengibre e a canela, o autor informa que estes eram produtos exportáveis, cujos incentivos tiveram origem na Coroa portuguesa para a montagem de novas empresas agroexportadoras. Porém tais gêneros encontraram dificuldades de se consolidar como artigo de exportação. Todavia, acreditamos que não deixaram de ser plantados no Recôncavo baiano, após o malogro da exportação, sendo, portanto, consumidos na região.

Vale notarmos que o autor não avança na discussão da comercialização dos gêneros, pois o único mercado citado refere-se à produção e à comercialização da mandioca, utilizada na manutenção dos escravos da grande lavoura canavieira. Neste sentido, as paróquias de Camamu e Boipeda, no litoral sul da capitania baiana, são descritas como grandes produtoras de farinha e responsáveis pelo abastecimento da cidade de Salvador e da região do Recôncavo.

⁴⁴ Idem, *Ibid.*, p. 83-84.

Tanto os novos gêneros quanto o fumo eram cultivados em regiões periféricas do Recôncavo, as quais eram diferentes das de produção de cana. Devido ao desenvolvimento da cultura do fumo, não depender de grandes investimentos, exigindo menos custos aos agricultores, provocou-se “o abandono por esses agricultores das culturas de gêneros alimentícios [o que] causou consternação do governo, que promulgou leis limitando o cultivo do fumo.”⁴⁵

Mesmo diante da produção de mandioca, de fumo e dos novos gêneros, Schwartz não discute a formação de um possível mercado interno, que se desenvolveu a margem da atividade açucareira. Essa ausência de dados, na análise, se deve a uma limitação teórica, pautada na discussão de dependência da economia colonial para com a economia metropolitana portuguesa. Também não aborda o desenvolvimento de uma produção de açúcar, voltada para o mercado interno. A participação dos pequenos agricultores, no mercado produtor de fumo, em momento algum, está relacionada ao mercado interno. Segundo o autor, a importância dessa atividade pode ser assim entendida:

Podia ser cultivada eficientemente em pequenas plantações familiares de alguns hectares, bem como unidades maiores, com vinte e quarenta escravos. [...] Os agricultores mais pobres não possuíam mão-de-obra própria para essa tarefa, tendo de pagar pela sua execução. O fumo podia ser produzido em pequena escala, e seu beneficiamento era menos complexo que o do açúcar, além de menos dispendioso. Por esse motivo, atraía modestos agricultores interessados em ingressar no mercado exportador.

Ao discutir a ocupação das terras ao sul da Capitania da Bahia, o autor nos informa que duas atividades se desenvolveram na região: uma pequena e tradicional lavoura e a grande unidade agroexportadora, dedicada à cultura da cana-de-açúcar. Descreve, ainda, que os grandes engenhos estavam concentrados no Recôncavo, alcançando, em 1724, o número 139, e somente um grande engenho foi montado na região sul, o Engenho de Santana, construído no início dos setecentos às margens do rio de denominação homônimo e próximo à cidade de São Jorge de Ilhéus.

Schwartz afirma que, apesar da colonização no sul da capitania ter sido iniciada há muitos anos, passados 200 anos, tal processo não acontecera efetivamente, definindo-se ainda como uma terra “esparçadamente povoada”. Os pequenos produtores da região, especializados no plantio da mandioca, fizeram deste cultivo uma tradição do lugar.

⁴⁵ Idem, *Ibid.*, p. 85.

Metade da população era formada por cativos e a escravidão estava intimamente ligada ao comércio agroexportador, sendo também de suma importância para outras atividades da economia baiana. O número de escravos, em 1724, na capitania, chegava a 45.482, sendo 12.132 de Salvador. A Região do Recôncavo, no mesmo período, respondia por 24.217 e a região Sul, por 3.667, enquanto o sertão abrigava 5.466 cativos.⁴⁶ Tais diferenças se devem a Salvador e ao Recôncavo terem concentrado mais de 80% dos habitantes da capitania, no período. Somente Salvador possuía 25.000 habitantes. Desse número, menos da metade eram escravos.

A análise de Stuart Shwartz, sobre o desenvolvimento da economia agrícola, no sul da Capitania da Bahia, no séc. XVIII, ilustra bem a relação desta realidade com o desenvolvimento da economia de mercado interno no período colonial. Assim argumenta que, nos engenhos beneditinos de Pernambuco e da Bahia, a venda de melado e cachaça ajudava a completar a renda anual, e os subprodutos do açúcar eram comercializados no mercado externo e interno, sendo grande o consumo da aguardente no Brasil. E nos momentos de crise do mercado açucareiro internacional, os senhores de engenho transformavam o açúcar barreado em melado, e que ao ser destilado se transformava em aguardente. Já o Rio de Janeiro, no mesmo período, produzia mais aguardente que açúcar, sendo a cachaça amplamente utilizada no comércio de escravo com Angola. A esse respeito, Shwartz esclarece que:

As bebidas alcoólicas derivadas da cana, localmente denominadas de cachaça ou garapa, eram consumidas em grande quantidade no Brasil, mas os interesses dos vinicultores de Portugal causaram a proibição da exportação daqueles produtos para a metrópole e em várias ocasiões procuraram limitar sua fabricação na própria colônia. [...] É impossível saber a quantidade de aguardente produzida pelos engenhos baianos, pois a maior parte era vendida e consumida localmente. Como já mencionado, senhores de engenhos ocasionalmente afirmavam que a produção de açúcar só pagava suas despesas e que era a venda de 'aguardentes' e melos o que lhes proporcionava a margem de lucros. [...] [de] 7 a 17% da renda anual. [...] A ausência de informações adequadas sobre a consignação de cada senhor de engenho, o papel da aguardente no comércio açucareiro e o problema das refinarias devem deixar nossa análise, assim como qualquer outra, incompleta.⁴⁷

⁴⁶ Idem, *Ibid.*, p. 86-87.

⁴⁷ Idem, *Ibid.*, p. 146.

Mesmo encontrando na economia agrícola da região uma diversificação dos produtos cultivados, a utilização, por esta atividade, de metade da mão-de-obra livre e, conseqüentemente, da ocupação de boa parte das terras disponíveis, o citado autor não aborda o crescente mercado interno e a sua importância para a manutenção das unidades agroexportadoras, principalmente nos momentos de crise internacional. Diferente desta análise, Sérgio Buarque procurou mostrar o dinamismo existente na economia colonial. Logo, busca confrontar as atividades agrícolas, voltadas para o abastecimento do mercado externo, àquelas dedicadas ao mercado interno, mesmo que fosse esse mercado incipiente em muitas localidades.

Ao aproximarmos os dois estudos, podemos observar melhor o dinamismo das unidades produtivas surgidas, em Minas Gerais, durante o desenvolvimento da mineração. O avanço da discussão teórica, promovida por Sérgio Buarque, está na afirmativa de que, nos momentos de crise do setor agroexportador, os produtos destinados ao mercado externo passam a ser comercializados no mercado interno. Todavia, as limitações existentes, nesse mercado, restringiam o crescimento das atividades econômicas na colônia. Schwartz, por sua vez, alega ser a produção do mercado interno uma atividade periférica, destinada a atender as necessidades do setor agroexportador, como se a grande lavoura não utilizasse desse mercado nos momentos de dificuldade. Os argumentos do autor aproximam-se daqueles apresentados por Celso Furtado no que se refere ao fluxo de renda e expansão da economia agroexportadora.

Segundo Furtado, a economia escravista possuiu características muito particulares, podendo ser definida, sem dúvidas, pelo processo de constituição do capital. Para o autor, os empresários do setor açucareiro precisaram, desde o início da construção dos engenhos, trabalhar em grande escala, para terem retorno frente ao investimento feito. Logo, o fluxo de renda era estabelecido entre a unidade produtiva e o mercado externo, pois os fatores de produção pertenciam aos senhores de engenho. Furtado explica que as formas de aumentar a renda eram o aumento da produção, conseguido, principalmente, com o aumento da área cultivada e a redução dos custos fixos, bem como o aumento no preço dos produtos exportados, obtidos através de melhoria da qualidade dos artigos vendidos no exterior. Dependente do mercado externo, a atividade açucareira se via em decadência sempre que ocorria uma queda nos preços ou uma redução do consumo no mercado internacional de açúcar. Nesses

momentos de dificuldade, o atrofamento monetário não permitia uma inversão no fluxo de renda, o que, por sua vez, impedia o desenvolvimento do mercado interno.⁴⁸

Ressaltamos que o trabalho de Schwartz tem importância por abordar a escravidão e a formação da sociedade escravista, no Brasil colonial, uma realidade que perdurou por muitos anos e influenciou a constituição de uma sociedade hierarquizada e desigual, no período republicano. Além disso, o estudo também traz uma investigação minuciosa dos engenhos baianos e explica como estes empreendimentos mudaram a paisagem de uma região, provocando um eficaz desenvolvimento econômico e social.

Assim, o que se encontra é um estudo minucioso sobre o funcionamento da sociedade do açúcar, constituída por seus engenhos e lavouras, bem como por posições sociais das diversas categorias que a compunham. Menciona ainda as formas de financiamento da unidade produtiva e de como esta exportava a produção, as mudanças na qualidade técnica utilizada na fabricação do açúcar e o trabalho escravo.

No capítulo dedicado aos cativos, o autor nos mostra a relevância da mão-de-obra escrava para a grande lavoura, as formas de resistência estabelecida pelos cativos e a importância da instituição escravidão para o modelo capitalista, praticado pela Coroa Portuguesa em sua fase mercantilista.

Dentre os pesquisadores do segundo grupo, estão Sergio Buarque de Holanda, Francisco Iglesias, Mafalda Zemella, Clotilde Paiva, dentre outros. No entendimento desses estudiosos, a economia açucareira, desenvolvida no período Colonial e Monárquico, corresponde a uma atividade agroexportadora, a qual tinha como objetivo a confecção de produtos primários para a exportação.

Dentre as várias *commodities* do período colonial, o açúcar ganhou notoriedade pelo volume exportado, pela longevidade da produção e pela influência desta na estrutura socioeconômica, política e cultural.

Assim, a economia açucareira e os demais produtos exportados, mesmo voltados para o mercado externo, não deixaram de promover o desenvolvimento econômico na Colônia. A atividade mercantil, desenvolvida no interior das províncias, tornou-se possível, devido à ação de comerciantes e de colonos residentes, os quais reinvestiam parte dos rendimentos, advindos do setor açucareiro, na economia local.

Em *Raízes do Brasil*, ainda nos anos 30, Sérgio Buarque de Holanda, ao refletir sobre a formação da nação brasileira, apresenta os motivos de Portugal para investir no

⁴⁸ Idem, *Ibid.*, p. 52-58.

processo de colonização, o qual consistiu numa etapa da expansão do sistema colonial do Estado Português. A ação dos lusos na montagem do “latifúndio agrário”, no Brasil, não constituiu um feito extraordinário, significando um ato de genialidade inventiva dos colonos portugueses. Para Holanda, a montagem do sistema agrário na colônia se constituiu por uma série de fatores externos e por uma série de “conveniências da produção e do mercado”. A cana-de-açúcar, mesmo antes da montagem da empresa agrícola, já estava definida como a principal cultura a ser desenvolvida na economia colonial. A metrópole encontrou, na agricultura de exportação, algumas facilidades que lhe permitiu, simultaneamente, abastecer o crescente mercado europeu e, garantir, portanto, a consolidação da colonização nas terras americanas. A possibilidade da agricultura de exportação ter se formado por influência do meio físico, nas regiões tropicais e subtropicais da América, foi descartada. Na visão do autor, o desenvolvimento das atividades coloniais portuguesas, no Brasil, pode, assim, ser entendido:

Foi a circunstância de não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para o seu próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário.⁴⁹

Em *História geral da civilização brasileira*, nos anos 60, em discussão sobre a grande propriedade, Sérgio Buarque reafirma os objetivos que motivaram a Coroa Portuguesa no estabelecimento do sistema colonial, apoiado na agroexportação.

Dessa forma, para entendermos os verdadeiros motivos da montagem da empresa agrícola no Brasil, precisamos relacionar sua forma de organização e seu funcionamento ao processo histórico de colonização, estabelecido na América pelos portugueses, como escreve Buarque:

Quando procuramos conhecer os elementos predominantes da colonização das Américas, ressalta como característico básico o fato de ter sido um capítulo da expansão comercial dos povos europeus na época moderna. Os europeus vieram a se interessar pelo continente americano no séc. XV e, sobretudo no XVI, na qualidade de comerciantes e não propriamente como colonizadores. Este interesse

⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1981. p. 16-17.

resultara logicamente das transformações que ocorreram no comércio europeu, durante aquele século.⁵⁰

A sociedade constituída pelos portugueses, no Brasil colonial, do início do séc. XVI, a partir do estabelecimento da agricultura, não consistiu, a princípio, numa sociedade de fato agrícola. Na verdade, os portugueses estavam interessados no enriquecimento que não deveria demandar trabalho. Nas palavras de Sérgio Buarque, lemos: “o que os portugueses vinham buscar era [...] a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.”⁵¹

Para o autor, o que descaracterizou a sociedade como agrícola, em seu início, foi o espírito aventureiro dos portugueses, os quais desembarcaram na colônia interessados em fazer fortuna, mas não em lavrar a terra. Cita, ainda, que a pequena população da colônia impediu a migração sistemática de trabalhadores rurais para a colônia, e o fato dos portugueses não reconhecerem a agricultura como uma atividade nobre seria também outro empecilho. Ou seja, a empresa agrícola, estabelecida na colônia e estruturada no tripé – monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava – pouco contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da colônia. Ao conceituar a grande lavoura e o seu significado para o desenvolvimento da colônia brasileira, o autor, assim, a definiu:

A grande lavoura que se estabelece com as donatárias, organizou-se para fornecer em grande escala, para o exterior, gêneros tropicais produzidos em quantidade ínfima na Europa, desconhecidos nela ou importados do Oriente. Por esse motivo, seja no engenho de açúcar, como na lavoura algodoeira ou na fazenda de fumo, a exploração agrária mantém os característicos fundamentais comuns que lhe advêm da similar organização da produção, condicionada que foi pelos mesmos objetivos preponderantemente mercantis. [...] A célula fundamental da exploração agrária será a grande propriedade monocultora e escravocrata.⁵²

A análise de Sérgio Buarque sobre a instalação da *plantation*, no Brasil colonial, e a sua importância para o desenvolvimento da economia portuguesa não se difere dos estudos de Furtado, Prado Jr e Simonsen. Porém, ao investigar a montagem do sistema colonial português, na América, ao contrário daqueles autores, Buarque não se dedica

⁵⁰ Idem, A instituição do Governo Geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, 2 vol. São Paulo: DIFEL, 1960. p. 118.

⁵¹ Idem, *Ibid.*, p. 18.

⁵² Idem, **A grande propriedade rural**. In: *Op.cit.* 1 vol. p. 198.

apenas a pesquisar a economia agroexportadora, mas discutir também as mudanças ocorridas no interior da colônia.

Assim, a economia de mercado interno, formada à margem da grande lavoura e que, no séc. XVIII, contribuiu para o abastecimento da região mineradora, ganha destaque nos estudos do autor.

Na discussão a respeito da monocultura na colônia, sua instalação, cultivo e de como a cana-de-açúcar se estabeleceu, Buarque nos informa que o Governador Tomé de Souza quando chegou à Bahia, em 1549, deparou com o cultivo da cana-de-açúcar e com o funcionamento de pequenos engenhos, trazidos, possivelmente, pelo primeiro donatário a se estabelecido na capitania. As “rústicas engenhocas” se dedicavam a uma pequena produção, direcionada ao consumo doméstico. Já o estabelecimento dos grandes engenhos e a exploração comercial do açúcar tiveram início somente no Governo de Mem de Sá.⁵³

Sobre os trezentos anos da atividade agrícola na colônia, Sergio Buarque, destoando da concepção de outros autores, menciona que tal cultura estava dividida em “dois grandes domínios”: o primeiro, caracterizado pelo cultivo de “grandes plantações” exclusivas para o mercado externo e controlada pelo Estado Português; o segundo, diferenciado por um “complexo de atividades agrárias”, voltadas para o abastecimento interno da colônia, ou seja, a lavoura, juntamente com a criação de animais, que diante das dificuldades de estabelecimento dos colonos, garantia-lhes a subsistência.

Para o autor, a atividade açucareira, no Brasil, seguiu a mesma trajetória, pois, desde o início, se dividiu em duas formas de produção: uma primeira, artesanal, dedicada a abastecer os pequenos grupos familiares e os colonos e, talvez, um pequeno mercado regional, os quais não podiam contar com o governo português para um abastecimento regular da colônia; e uma segunda, dedicada à produção de excedentes, direcionada ao mercado externo. Diferente de seus pares, o autor reconhece a importância da agricultura de subsistência e, na tentativa de entender as transformações que marcaram o crescimento e a transformação da referida cultura, numa dinâmica economia de mercado interno, passa a investigá-la nos seus vários períodos históricos, não aceitando a ideia de estagnação econômica no mercado interno, como alegam Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado.

⁵³ Idem, *Ibid.*, p. 118.

Assim, a economia de subsistência no início do período colonial foi definida pelo autor da seguinte forma:

[...] a agricultura de subsistência, também praticada em solos florestais, porém menos ricos, e disseminada descontinuamente pelas zonas litorâneas e sublitorâneas, de certa forma ainda amarradas à ação de presença dos primeiros embriões de núcleos urbanos estabelecidos na costa e em raros compartimentos de planalto. [Essa] foi uma imposição das necessidades de alimentação dos agrupamentos humanos radicados em terras brasileiras, e que não participavam das áreas de colonização mais bafejadas por grandes sucessos agro-econômicos. [...] Tratou-se de um singelo complexo de atividades agrárias, mais ou menos comum a numerosas áreas do mundo tropical, definido por uma lavoura itinerante e baseado na cultura de alguns produtos agrícolas, que muito cedo provaram bem na garantia da subsistência dos primeiros povoadores, indefesos e isolados.⁵⁴

A respeito da interiorização das atividades na colônia, Holanda chama a atenção para a contribuição da atividade mineradora, no povoamento, e para o desenvolvimento econômico das regiões, distantes do litoral. Informa que a população colonial, de origem europeia, cresceu vertiginosamente na região das minas, no período mais “intenso do trabalho nas lavras”. Além do crescimento demográfico e do alargamento da fronteira de ocupação do território, a riqueza, acumulada pelos mineradores, proporcionou também uma participação maior de Minas Gerais, no cenário intelectual e artístico da colônia. Todavia, foi o comércio, nas áreas de mineração, a atividade que mais se ampliou e integrou as diversas economias do período colonial. O povoamento da região aurífera promoveu uma demanda grande por gêneros, animais de tração e corte, além de uma série de produtos importados.

Assim, regiões produtoras, como Rio Grande de São Pedro, Sorocaba na capitania de São Paulo, o sul da Bahia e a região norte da capitania do Rio de Janeiro, foram integradas ao centro minerador.

O desenvolvimento da região mineradora, em meados do séc. XVIII, e o dinamismo que a mineração provocou na Colônia, em cinco décadas de extração, foram pontos abordados no capítulo VI, *Metais e pedras preciosas*, da obra *História geral da civilização brasileira*. Nesse texto, as várias etapas da atividade mineradora estão representadas, desde as primeiras lavras de ouro descobertas em Minas Gerais, passando

⁵⁴ Idem, *Ibid.*, p. 180-181.

pelo estabelecimento dos forasteiros até o desenvolvimento artístico e cultural da Capitania. Neste sentido, escreve Holanda:

Em meados do século o negócio dos metais e das gemas preciosas não ocuparia senão o terço, ou bem menos, da população. [...] O grosso dessa gente compõe-se de mercadorias de tenda aberta, oficiais dos mais variados ofícios, boticários, prestamistas, estalajadeiros, taberneiros, advogados, médicos, cirurgiões-barbeiros, burocratas, clérigos, mestres-escola, tropeiros, soldados da milícia paga ou, desde 1766, do corpo auxiliar, que se tornaram uns e outros [...] Sem falar nos escravos, cujo total, segundo os documentos da época, ascenderia a mais de cem mil.⁵⁵

Diante de tal realidade, o autor dá destaque às mudanças provocadas pela mineração, tanto na Capitania de Minas Gerais quanto nas do Mato Grosso e Goiás, as quais permitiram a formação de novos núcleos rurais, dedicados à produção e ao abastecimento das lavras. Para tanto, nos mostra a relação entre a capitania do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais. O Rio de Janeiro, devido à proximidade com o centro minerador, se transformou num “escoadouro natural” para o ouro e as gemas, extraídas em Minas Gerais. Essa proximidade permitiu também o crescimento do comércio entre essas regiões. O desdobramento da economia na região centro-sul foi tão profícuo que possibilitou àquela capitania concorrer com a da Bahia e, mais tarde, se transformar em sede do vice-reinado. Nas palavras de Sérgio Buarque:

[...] parece hoje inegável que a grande expansão mineira não determinara, tão desgraçadamente como pareceu a Azevedo Coutinho, e a tantos outros, o abandono da riqueza agrária. [A mineração] servira para alentar nossa economia justamente numa fase de aguda depressão, quando se perdia a lavoura com a perda de mercados para seu produto. E, se desfalcou de braços muitos lavradores de cana e senhores de engenho mais afetados pela crise, não impediu, ao contrário, que outros, os melhor equipados, pudessem sobreviver de algum modo, criando, no interior da própria América lusitana, um mercado que no exterior lhes faltava. [...] o desenvolvimento da mineração ajudou a incrementar a formação de novas áreas de produção rural a menor ou maior distância de seus distritos. [...] Dessa forma reanima-se necessariamente e diversifica-se a economia de toda uma vasta região do centro-sul, relegada até então a uma posição secundária na vida da colônia.⁵⁶

⁵⁵ Idem, **Metais e pedras preciosas**. In: Op. cit., Tomo I, 2 vol. p. 289.

⁵⁶ Idem, *Ibid.*, p. 309.

Diferente da historiografia estruturalista, a qual condicionou o desenvolvimento colonial à economia agroexportadora, a vertente inaugurada por Sérgio Buarque de Holanda, ao discorrer sobre o desenvolvimento econômico da colônia, não refuta a importância da economia agroexportadora. Todavia, procura entender o desenvolvimento da economia colonial, analisando as duas principais atividades que o marcaram: a economia agroexportadora e a extrativista, de um lado, e, do outro, a economia de mercado interno.

O estudo comparativo, promovido por Sérgio Buarque, permite relacionar os trezentos anos de história do nordeste açucareiro e as transformações vividas pela região centro-sul, no séc. XVIII, com o advento da mineração, e dessa atividade com as economias periféricas. Para tanto, o autor examina a relação da grande lavoura com a economia de subsistência, na região norte, e a relação da economia de subsistência, na região aurífera, com o crescimento do mercado interno e como essa economia passou a equacionar as transformações do mercado externo com as flutuações do crescente mercado interno. Sobre a ‘crise’ da mineração e o desenvolvimento do mercado interno na Capitania Mineira, Holanda escreveu:

Para meados e sobretudo para fins do mesmo século [XVIII], a decadência da mineração e a situação dos mercados consumidores poderiam dar novo estímulo, aqui como em outras partes do Brasil, à produção de açúcares. Contudo, a posição geográfica de Minas impede-a de concorrer vantajosamente, para a exportação do produto, com as províncias marítimas, em particular com a do Rio de Janeiro. Destinando-se assim, de preferência, a produzir para o consumo local, que aliás não é pouco, seus engenhos, movidos quase sempre por tração animal, encontram poucas possibilidades para progredir. Dedicam-se, na grande maioria dos casos, ao simples fabrico de aguardente ou quando muito de rapaduras e mascavos.⁵⁷

Os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* e no livro *História geral da civilização brasileira*, estão organizados de forma que permitam a utilização de “conceitos polares”. A verdade histórica, no referido livro, segundo Antonio Cândido, se forma a partir do jogo dialético, na contraposição dos fatos. Essa dualidade de conceitos e sua confrontação permitiram aos historiadores aprofundarem a discussão das diferenças e, a partir dessas, compor uma nova realidade. A metodologia pode ser verificada ao analisarmos as dicotomias estruturais e tecnológicas apresentadas pelo referido autor. O diálogo estabelecido no livro 4, *Economia e Finanças*, em

⁵⁷ Idem, *Ibid.*, p. 290.

História geral da civilização brasileira, sobre a Época Colonial, 2º volume, exemplifica essa metodologia, pois Buarque discute o desenvolvimento técnico da agricultura na economia colonial. A referida obra representou uma importante contribuição para a historiografia, dedicada ao estudo do mercado interno, no Brasil Colônia e na Província de Minas Gerais.

O aumento das pesquisas históricas sobre a Capitania de Minas Gerais revelou uma série de evidências, as quais indicavam ser o comércio de abastecimento, juntamente com a diversificação da produção de gêneros agrícolas, formado por um capital que não era absorvido pela Metrópole, mas reaplicado na própria colônia. Os donos desses capitais procuraram diversificar suas atividades, investindo na agricultura, na pecuária, no comércio e na mineração.

Os primeiros trabalhos, dedicados a discutir a diversidade e o dinamismo da economia mineira, nos séculos XVIII e XIX, foram escritos por Daniel de Carvalho e Mafalda Zemella, no início da década de 50. Esta autora, em 1951, apresentou, ao departamento de História da USP, a primeira edição do livro *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no séc. XVIII*, como tese de doutoramento em História. No referido trabalho, Mafalda não rompe com a visão interpretativa, inaugurada por Caio Prado Jr., sobre a existência de uma economia colonial de caráter extrovertido, voltada para o mercado externo. Mas, formula uma série de críticas sobre o desenvolvimento da economia de abastecimento na capitania mineira, que a distancia do conceito de decadência, apresentado pela historiográfica marxista dos anos 30 e 40.

Para José Jobson de Andrade Arruda, a autora coloca em destaque vários pontos importantes da história econômica de Minas Gerais, cujos estudos recentes tiveram a oportunidade de confirmar. Dentre essas preocupações, destacamos a economia de autoconsumo, a inversão promovida por Minas, ao passar de importadora de gêneros, no séc. XVIII, para fornecedora, no séc. XIX, o desenvolvimento das fazendas mistas, constituídas por mais de uma atividade produtiva.⁵⁸

A nova geração de historiadores, que se enveredou pela contenda da economia mineira, procurou fundamentar a discussão utilizando uma volumosa pesquisa documental, a qual permitiu demonstrar que a “decadência” da economia mineira significou, na verdade, uma crise vivida pela atividade mineradora e não pelas demais atividades econômicas, distribuídas nos vários espaços regionais da capitania.

⁵⁸ ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo Hucitec: 1990. p. 14.

Segundo Zemella, a descoberta de ouro, no final do séc. XVII, promoveu uma corrida em direção às minas. Assim, houve um processo migratório que foi incentivado pela Coroa, interessada na extração, como explica a autora:

As autoridades governamentais se preocuparam em abrir novas vias de comunicação com as Gerais. [...] Retrato de tal política é a carta régia de 27 de maio de 1703 em que o soberano ordena aos seus prepostos que providenciassem para que, na passagem dos rios que cortam os caminhos que conduziam às lavras, houvesse barcas para os passageiros e mantimentos que os viandantes pudessem comprar, para se sustentarem na jornada.

A preocupação de facilitar o acesso às minas e de incrementar o povoamento não era desinteressada. Visava apenas aumentar a produção de ouro e, com isso, auferir mais quintos. Era uma política fiscal e não social.⁵⁹

Para a Zemella, o aumento na produção aurífera e o crescimento da população de mineiros estiveram diretamente relacionados ao abastecimento de gêneros nas regiões mineradoras. Os produtores locais de gêneros não tinham como concorrer no mercado minerador, devido ao custo elevado da mão-de-obra e o rápido crescimento da demanda. Assim, no séc. XVIII, o abastecimento da capitania dependia da importação de gêneros. Esse abastecimento era realizado pelas demais capitanias e pelo mercado europeu, como esclarece Zemella:

E não era apenas na vila de São Paulo que havia carência de artigo de subsistência, mercê da concorrência feita pelo generoso mercado consumidor das Gerais. Também em outros povoados planaltinos se verifica o mesmo fenômeno [...] Escasseando os gêneros, logicamente se elevaram os preços.⁶⁰

Segundo a autora, passadas as dificuldades iniciais de abastecimento da região mineradora, momento este marcado por roçados improvisados, nos quais o objetivo era evitar a fome e a morte dos mineiros, a agricultura se desenvolveu nos arredores dos centros mineradores. A produção de gêneros para o abastecimento da população se ampliou, mas não o suficiente para dar fim à importação. Os primeiros a se dedicarem à produção de gêneros foram os ricos mineradores – senhores de muitos escravos – que plantavam para garantir a alimentação do plantel e baratear o custo de manutenção da mão-de-obra.

⁵⁹ Idem, *Ibid.*, p. 47.

⁶⁰ Idem, *Ibid.*, p. 58.

Todavia, a autora nos informa que a região das lavras demorou vários anos para ter uma relativa autossuficiência. Isso se deveu ao caráter absorvente da extração aurífera, pois tal atividade apresentava condições de pagar preços elevados para ter determinada mercadoria ou produto. Os mineradores pagavam por escravo um preço inacessível para os roceiros.

Para Zemella, a agricultura de Minas somente se desenvolveu com a crise da mineração. A estagnação do final do séc. XVIII fez com que a economia mineira promovesse uma transformação ao deslocar os mineradores para outras atividades.

Assim, passaram a intercalar o extrativismo com a lavoura, com a pecuária e com as manufaturas. Além dessa integração, outros fatores contribuíram para o desenvolvimento da “agricultura, como a alta dos preços dos gêneros, o menor dispêndio de ferramentas, o menor desgaste dos escravos, a economia da pólvora e a maior segurança do rendimento.”⁶¹

O cultivo da cana-de-açúcar e a produção de derivados na capitania foram determinados pelo crescimento da população mineira, principalmente, pela população escrava. Utilizava-se aguardente para amainar o difícil trabalho das lavras, cuja importância se equiparava à dos gêneros de primeira necessidade.

No início dos oitocentos, muitos foram os engenhos construídos na região mineradora, em sua grande maioria, dedicados à produção de aguardente. Todavia, o governo Régio, em novembro de 1715, proibiu a instalação de novos engenhos, sob a alegação da lavoura canaveira dispendiar grande quantidade de mão-de-obra e, também, pelo consumo de aguardente promover a perturbação do sossego público. Outro fator deve ser somado a esses aspectos: o comércio da aguardente nas minas prejudicava o fornecimento deste gênero para o Reino, pois o produto era utilizado na compra de escravos na África. Mas, a ordem não foi obedecida e o número de engenhos e a produção de derivados continuaram crescendo. Logo, a Coroa precisou reforçar a proibição e anunciar uma nova ordem régia, em junho de 1743.

O desenvolvimento econômico da zona da Mata passou a ser revisitado, em virtude da intensidade do debate sobre mercado interno e capitalização endógena, os quais ganharam destaque, no final dos anos 80 e início dos 90. Assim, promoveu-se uma série de reflexões a respeito do desenvolvimento econômico de algumas regiões, até então, consideradas periféricas. Essas reflexões se tornaram possíveis devido ao uso

⁶¹ Idem, *Ibid.*, p. 217.

de fontes cartoriais, registros paroquiais e de uma série de outros documentos, ainda, pouco estudados.

Um dos autores que motivou esse diálogo, considerando o método e as fontes utilizadas, foi João Fragoso. No livro “Homens de grossa aventura”, o autor investiga as formas de acumulação e de enriquecimento na praça mercantil do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830. Através dessa abordagem, o estudioso procura mostrar a formação de uma sociedade e de uma economia colonial com características próprias, a qual se constituiu sob influência de fatores externos e conjunturas internas.⁶²

Segundo Fragoso, para entendermos a economia colonial e imperial, precisamos estudá-la a partir de suas mudanças estruturais e verificar como comerciantes e senhores de terra construíram, sob um movimento coordenado, mecanismos de acumulação voltados para o seu próprio mundo. Ou seja, houve uma lógica muito particular, a qual permitiu àqueles grupos acumulações endógenas, promovendo o desenvolvimento do mercado interno colonial. Com isso, provocou-se uma mudança no comportamento da elite, formada por comerciantes residentes, os quais passaram a reinvestir na colônia boa parte da riqueza acumulada.

Dessa forma, a economia passou a ter uma flutuação econômica própria e adquiriu, com o tempo, um estatuto econômico que lhe garantia certa autonomia frente às conjunturas internacionais, um movimento que só foi possível por não estar o crescimento econômico da economia colonial vinculado ou determinado somente por fatores externos.

Numa perspectiva contrária àquela apresentada por Fragoso, os historiadores do açúcar, na análise do complexo açucareiro nordestino, afirmam que as mudanças na economia açucareira, ao longo do séc. XIX, e a modernização do setor, no final do referido século, foram determinadas pela dependência deste tipo de produção para com o mercado externo.

Assim, os avanços técnicos, do final do séc. XVIII e início do XIX, são apresentados no estudo como forma necessária para a indústria açucareira brasileira concorrer com a antilhana. Neste sentido, o Instituto do Açúcar e do Alcool menciona que “As primeiras máquinas a vapor trazidas para a indústria açucareira no Brasil foram

⁶²FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 12.

instaladas em Pernambuco.”⁶³ Além desse avanço, o uso do bagaço de cana para alimentar as fornalhas nos engenhos permitiu a reativação dos engenhos paralisados pela falta de lenha. O engenho de São Carlos, na Bahia, foi um dos primeiros engenhos a trabalhar com essa fonte de energia. Todavia, mesmo com a modernização promovida pelo uso do vapor e a queima do bagaço para alimentar os engenhos, o açúcar brasileiro continuou enfrentando dificuldades de venda no mercado europeu.

Dessa forma, até mesmo o discurso de modernização da indústria açucareira, realizado pelo Governo Imperial, estava relacionado às transformações no mercado externo. As dificuldades enfrentadas pelo açúcar no mercado europeu fizeram com que o Governo Imperial desenvolvesse uma política de incentivo, visando a garantir o desenvolvimento do setor. Em 1875, através do decreto de lei 2.687, de 06 de novembro do referido ano, estabeleceram-se novas medidas para incentivar a construção de Engenhos Centrais e, assim, promover a modernização do setor no país. Tais medidas consistiam no pagamento, pelo Estado, de uma garantia de 7% de juros ao capital privado despendido pelos investidores na construção dos engenhos. A construção de um engenho central deveria ser autorizada pelo Executivo, se o investimento fosse realizado por uma empresa, que deveria ter a princípio os estatutos aprovados e, posteriormente, o projeto de construção do engenho.

Inicialmente, tais concessões privilegiaram o centro produtor, isto é, as Províncias do Nordeste e, logo depois, as demais regiões do país. Ao serem concedidas, essas autorizações determinavam um tempo limite para a construção do engenho. Após o funcionamento da unidade produtiva, as suas atividades, no período de safra e entressafra, eram reguladas pelo Estado, o qual se preocupava com o cumprimento das metas produtivas estabelecidas em contrato com os concessionários.

A modernização da indústria açucareira, pretendida pelo governo Imperial, no final dos novecentos, acompanhava as transformações no mercado externo do açúcar. Tais transformações foram motivadas primeiramente pelo crescimento do consumo de açúcar branco na Europa e na América do Norte, e, em um segundo momento, pela crescente oferta do referido produto no mercado mundial, no último quartel do século XIX. Crescimento este, vale notar, determinado pelo restabelecimento da economia

⁶³INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Brasil/Açúcar. **Coleção Canavieira**, n. 8. Rio de Janeiro: IAA, 1972.

açucareira sulista, após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, bem como pela substituição dos engenhos banguês por engenhos centrais, na região do Caribe, na segunda metade do séc. XIX, e, por fim, pelo crescimento da produção do açúcar de beterraba, na Europa e Ásia.

No Brasil, as primeiras transformações na indústria canavieira incidiram sobre a força motriz e sobre o combustível, usados para alimentar as taxas e caldeiras. Essas mudanças tinham como meta o binômio: melhoria da qualidade do açúcar e diminuição dos custos de produção. A partir dos incentivos do governo Imperial, entre os anos de 1877 e 1884, foram construídos os Engenhos Centrais de Quissamã e Barcelos, no Rio de Janeiro; e Santo Inácio, Firmeza, Cuiambuca e Bom Gosto, em Pernambuco. Mas a precariedade no plantio permaneceu, transformando-se no grande problema da empresa canavieira.

Diante do exposto, percebemos que esse olhar para fora da historiografia se fez a partir das orientações de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr e Celso Furtado. Ao mencionar os fatores determinantes do sucesso de Portugal, Furtado escreve:

o domínio da técnica de fabrico do açúcar, tecnologia essa adquirida com o plantio iniciado nas Ilhas do Atlântico e, o desenvolvimento, em Portugal, de uma indústria de equipamentos destinada à construção dos engenhos de cana em meados do séc. XIV; a criação de um mercado consumidor na Europa; o financiamento das unidades produtivas e a disponibilidade de mão-de-obra.⁶⁴

Guardadas as devidas proporções, parte das dificuldades apontadas pelo autor persistiu, até o final do Império, principalmente, as limitações técnicas e a falta de crédito. Porém, esse modelo de desenvolvimento econômico, proposto pelos estruturalistas, pouco se adequava à realidade dos Engenhos Centrais, construídos em Minas Gerais, no final do séc. XIX.

Ao consultarmos os textos da Coleção Canavieira, publicados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e dedicados exclusivamente aos problemas e soluções da lavoura canavieira, no final do séc. XIX e início do séc. XX, identificamos que tais documentos, ao comentarem as transformações na indústria açucareira, privilegiaram as transformações ocorridas no Nordeste, ou seja, eram influenciados, de igual forma, pela

⁶⁴ FURTADO, **Formação econômica do Brasil**.

literatura estruturalista. Assim, o Instituto discutiu de maneira incipiente o crescimento da atividade açucareira no mercado interno brasileiro.

Os estruturalistas não excluíram o referido mercado, mas não apontaram um caminho satisfatório para entendermos os centros dinâmicos produtores de açúcar, existentes no Sudeste. Logo, o debate sobre o desenvolvimento do setor açucareiro, promovido por essa literatura, a partir de um contexto internacional, não explicou a “realidade anunciada” nas diversas fontes consultadas por nós para a Freguesia de São João Batista do Presídio.

Nos Relatórios de Presidente de Província, em Minas Gerais, no séc. XIX e início do XX, observamos a chegada do discurso de modernidade no setor açucareiro, o crescimento da produção açucareira em diversos períodos, a montagem de engenhos centrais na Província, no final do séc. XIX. Essas transformações evidenciam um quadro econômico que nos permite relacionar o desenvolvimento da economia açucareira às melhorias na infraestrutura – destinada a atividade agroexportadora –, e o crescimento do mercado interno. Para os estruturalistas, as mudanças ocorridas na produção de açúcar e aguardente, nos diversos engenhos instalados nas sub regiões da zona da Mata mineira, e os efeitos de encadeamento, promovidos pela economia cafeeira na zona da Mata Sul, no final do séc. XIX, não se relacionavam

Os primeiros engenhos centrais, construídos na zona da Mata Mineira, estavam localizados nos municípios de Visconde do Rio Branco, Ponte Nova e Leopoldina. Essas cidades se beneficiaram, *a posteriori*, do incentivo de crédito e da garantia de juros disponibilizados, inicialmente, aos senhores de engenho do nordeste. Mas, a construção do Engenho Central Rio Branco, além do incentivo estatal, contou também com as transformações no mercado interno de açúcar, as quais foram motivadas pela expansão da cafeicultura na região e pelas transformações estruturais promovidas por esta cultura.

Assim, a construção de um engenho central na cidade de Visconde do Rio Branco é resultado de uma série de transformações na sub-região central da zona da Mata e na relação desta com a sub-região-sul. Fatores como o desenvolvimento da economia cafeeira; o surgimento da ferrovia; o crescimento do mercado interno, os incentivos do governo provincial mineiro e a disponibilidade de capitais para o financiamento da indústria açucareira estão relacionados à sua construção.

Ao procurarmos identificar o contexto que propiciou a construção do Engenho Central, no município de Visconde do Rio Branco, no final do séc. XIX, e a relação do

empreendimento com o mercado açucareiro, desenvolvido no município e na região, iniciamos um diálogo mais próximo com os trabalhos de João Fragoso, Ângelo Carrara, Anderson Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Marcelo Magalhães Godoy e Clotilde Paiva.

A respeito da complexidade da economia colonial, o texto de Fragoso critica a visão dos estruturalistas por estes acreditarem no caráter extrovertido dessa economia, a qual tem seu desenvolvimento determinado por suas relações com o mercado internacional. O autor reconhece a importância da referida corrente e da teoria como marco teórico geral, mas discorda do modelo por crer que suas explicações não conseguem responder a uma série de fenômenos não previstos, os quais foram importantes para o entendimento da economia. Segundo Fragoso, devemos considerar a possibilidade da economia agroexportadora manter rendimentos positivos, mesmo nos períodos de queda dos preços no mercado externo. Acrescenta ainda que o desenvolvimento da economia colonial não pode ser mensurado somente pelo desenvolvimento do setor exportador e deve-se considerar o tamanho do mercado interno e o grande volume de negócios que este representa.⁶⁵

Fragoso, ao analisar o surgimento da cultura canavieira na região de Campos dos Goytacazes e a semelhança desta com a lavoura cafeeira fluminense, no final do século XVIII e primeira metade do séc. XIX, buscou identificar as características que aproximam esses sistemas escravistas e agroexportadores. Tais sistemas tinham em comum, em primeiro lugar, o tempo, relativamente curto e gasto na sua montagem; bem como os agentes ou comerciantes que participaram desse processo; e, por último, o fato das referidas atividades serem montadas numa região de fronteira.

Na análise de Fragoso, nesses sistemas agroexportadores de fronteira, podemos observar a transformação da acumulação mercantil em produção. O capital mercantil, segundo o autor tem a capacidade de recriar, de tempos em tempos, as formas de produção historicamente estabelecidas.⁶⁶

Assim, não devemos desconsiderar os traços estruturais da economia colonial, ou seja, seu caráter escravista e exportador. Precisamos atentar ainda que esta economia foi influenciada pelas conjunturas da economia internacional.

⁶⁵ FRAGOSO, Op. cit., p. 20.

⁶⁶ Idem, Ibid., p. 25.

Nas palavras do autor, não podemos esquecer que este sistema agroexportador necessita ser estudado como uma economia complexa, bem distante dos modelos explicativos apresentados pela historiografia. Tais características estruturais nos permitem distinguir o modelo tradicional de economia colonial, daquele estudado por Fragoso, cujo modelo se vê marcado por diferentes formas de produção. Estas funcionam em conjunto com as formas escravistas e a formação de um mercado interno que permite acumulações endógenas.

Ressaltamos que essas abordagens são a contribuição maior do trabalho de Fragoso para a investigação, aqui proposta. Os seus estudos, para o Rio de Janeiro, permitiram ampliar o nosso ângulo de visão ao permitir investigar a economia açucareira, a partir de duas conjunturas: uma primeira ligada ao mercado interno e outra, ao mercado externo.

Dessa forma, percebemos a importância de relacionarmos os dados encontrados sobre o centro produtor de açúcar aos dados referentes ao(s) centro(s) consumidor(es), a proximidade entre esses centros e os meios de transporte que os interligaram, as flutuações de preço do produto nesses centros, além da necessidade de conhecermos os “agentes” envolvidos na produção e comercialização do produto. Descobrimos, ainda, como o estudo das origens das fortunas pode ser essencial para depreendermos os referidos agentes e a origem do capital investido na economia canavieira. O trabalho de Fragoso nos oportunizou, de forma significativa, a reflexão sobre o contexto de construção do Engenho Central Rio Branco, no final do XIX.

Logo, buscamos entender a dinâmica do mercado interno e de um mercado de açúcar na zona da Mata Central, e como este último pôde ter influenciado na produção de açúcar, bem como na construção de um Engenho Central no município de Visconde do Rio Branco. Para tanto, nos apoiamos na historiografia Matense e numa série de trabalhos monográficos, artigos e outros textos sobre a região.

O desenvolvimento econômico da zona da Mata passou a ser revisitado em virtude da intensidade do debate sobre mercado interno e capitalização endógena, os quais ganharam destaque no final dos anos 80 e início dos 90. Assim, promoveu-se uma série de reflexões a respeito do desenvolvimento econômico de algumas regiões, até então, consideradas periféricas. Essas reflexões se tornaram possíveis devido ao uso de fontes cartoriais, de registros paroquiais e de uma série de outros documentos ainda pouco estudados.

Um dos autores que motivou esse diálogo, considerando o método e as fontes utilizadas, foi João Fragoso. No livro “Homens de grossa aventura”, o autor investiga as formas de acumulação e de enriquecimento na praça mercantil do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830. Através dessa abordagem, o estudioso procura mostrar a formação de uma sociedade e de uma economia colonial com características próprias, a qual foi influenciada por fatores externos e conjunturas internas.⁶⁷

Segundo Fragoso, para entendermos a economia colonial e imperial, precisamos estudá-la a partir de suas mudanças estruturais e verificar como comerciantes e senhores de terra construíram, sob um movimento coordenado, mecanismos de acumulação voltados para o seu próprio mundo. Ou seja, uma lógica muito particular, a qual permitiu àqueles grupos acumulações endógenas, promovendo o desenvolvimento do mercado interno colonial. Com isso, provocou-se uma mudança no comportamento da elite, formada por comerciantes residentes, os quais passaram a reinvestir na colônia boa parte da riqueza acumulada.

Dessa forma, a economia passou a ter uma flutuação econômica própria e adquiriu, com o tempo, um estatuto econômico, que lhe garantia certa autonomia frente às conjunturas internacionais. Movimento este que só foi possível por não estar o crescimento econômico da economia colonial vinculado ou determinado somente por fatores externos.

Numa perspectiva contrária àquela apresentada por Fragoso, os historiadores do açúcar, na análise do complexo açucareiro nordestino, afirmam que as mudanças na economia açucareira, ao longo do séc. XIX, e a modernização do setor, no final do referido século, foram determinadas pela dependência deste tipo de produção para com o mercado externo. Assim, os avanços técnicos do final do séc. XVIII e início do XIX são apresentados no estudo como forma necessária para a indústria açucareira brasileira concorrer com a antilhana. Neste sentido, o IAA menciona que “As primeiras máquinas a vapor trazidas para a indústria açucareira no Brasil foram instaladas em Pernambuco.”⁶⁸ Além desse avanço, o uso do bagaço de cana para alimentar as fornalhas nos engenhos permitiu a reativação dos engenhos paralisados pela falta de lenha. O engenho de São Carlos, na Bahia, foi um dos primeiros engenhos a trabalhar com essa fonte de energia. Todavia, mesmo com a modernização promovida pelo uso

⁶⁷FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 12.

⁶⁸INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Brasil/Açúcar. **Coleção Canavieira**, n. 8. Rio de Janeiro: IAA, 1972.

do vapor e a queima do bagaço para alimentar os engenhos, o açúcar brasileiro continuou enfrentando dificuldades de venda no mercado europeu.

Dessa forma, até mesmo o discurso de modernização da indústria açucareira, realizado pelo Governo Imperial, estava relacionado às transformações no mercado externo. As dificuldades enfrentadas pelo açúcar no mercado europeu fizeram com que o Governo Imperial desenvolvesse uma política de incentivo, visando a garantir o desenvolvimento do setor. Em 1875, através do decreto de lei 2.687, de 06 de novembro do referido ano, estabeleceram-se novas medidas para incentivar a construção de Engenhos Centrais e, assim, promover a modernização do setor no país. Tais medidas consistiam no pagamento, pelo Estado, de uma garantia de 7% de juros ao capital privado despendido pelos investidores na construção dos engenhos. A construção de um engenho central deveria ser autorizada pelo Executivo, se o investimento fosse realizado por uma empresa, que deveria ter a princípio os estatutos aprovados e, posteriormente, o projeto de construção do engenho.

Inicialmente, tais concessões privilegiaram o centro produtor, isto é, as províncias do Nordeste e, logo depois, as demais regiões do país. Ao serem concedidas, essas autorizações determinavam um tempo limite para a construção do engenho. Após o funcionamento da unidade produtiva, as suas atividades no período de safra e entressafra eram reguladas pelo Estado, o qual se preocupava com o cumprimento das metas produtivas estabelecidas em contrato com os concessionários.

A modernização da indústria açucareira, pretendida pelo governo Imperial, no final dos novecentos, acompanhava as transformações no mercado externo do açúcar. Tais transformações foram motivadas primeiramente pelo crescimento do consumo de açúcar branco na Europa e na América do Norte, e, em um segundo momento, pela crescente oferta do referido produto no mercado mundial, no último quartel do século XIX. Crescimento este determinado pelo restabelecimento da economia açucareira sulista, após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, bem como pela substituição dos engenhos banguês por engenhos centrais, na região do Caribe, na segunda metade do séc. XIX, e, por fim, pelo crescimento da produção do açúcar de beterraba, na Europa e Ásia.

2 - A agricultura da cana-de-açúcar na região central da zona da Mata mineira

A zona da Mata mineira está localizada a leste de Minas Gerais. Ao longo do século XIX, as suas fronteiras geográficas variaram. A região recebeu, neste tempo, uma concentração populacional, resultante do processo histórico de ocupação da província, que, inicialmente, foi incentivado pela mineração e pelos setores dinâmicos, promovidos por essa atividade nas demais regiões, durante o século XVIII. Segundo Libby, a concentração populacional se garantiu pela “diversificação da economia mineira” e, junto desta, “pela agricultura de subsistência”.⁶⁹ Tal importância se deve ao fato de que, após a crise da mineração em final dos oitocentos, seria a referida atividade a mantenedora da organização socioeconômica da província, permitindo, desse modo, a permanência do modelo escravista. Modelo este sustentado pela cafeicultura em seu processo de expansão em Minas Gerais, no início do século XIX.

Ao final da primeira década do século XX, a região central abrigava a maior população da Capitania de Minas Gerais e, ao ser composta por uma “vintena de municípios, concentrava, dentre as regiões da província, a mais alta taxa de densidade demográfica”.⁷⁰

Para o desenvolvimento de cada região, as diversidades regionais e intrarregionais foram determinantes. Segundo Ângelo Carrara⁷¹, na Mata, o tamanho dos plantéis, das propriedades e o tipo de atividade econômica variavam de acordo com as características de cada sub-região. De ocupação tardia, a Mata manteve boa parte de suas florestas até o primeiro quartel do século XIX, podendo ser dividida em três sub-regiões:

Uma primeira, ao sul, seria formada pelos municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina, caracterizada pelo latifúndio monocultor escravista no Império. Uma segunda, na sua parte mais central, caracterizada pela pequena e média propriedade rural, pela diversificação das atividades agrícolas e pela baixa utilização de mão-de-obra escrava. E uma terceira, ao norte, compreendida pelos municípios de Ponte Nova e Manhuaçu, cujas características econômicas eram as propriedades rurais medidamente parceladas, e tardiamente incorporadas à cafeicultura de exportação.⁷²

⁶⁹ LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX. In: CARRARA, Ângelo Alves. **A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuidade: (1835-1909)**. 1993. 80f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1993. p. 13.

⁷⁰ CARRARA, Ângelo Alves. Op. cit., p. 24.

⁷¹ Idem, Ibid.

⁷² Idem, Ibid., p. 24.

No início dos novecentos, a sub-região sul se viu ocupada por mineradores, originários da região de São João Del Rei, Barbacena e Campos das Vertentes. Tais sesmeiros ocuparam grandes extensões de terra, nas localidades de Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha e se dedicaram quase que, exclusivamente, à cafeicultura.⁷³

Logo, o plantio do café e a proximidade entre os dois centros agroexportadores – a zona da Mata sul e o Rio de Janeiro – permitiram, na concepção de Anderson Pires, “uma homogeneidade básica entre a estrutura produtiva de ambos os núcleos [...], no que se refere à distribuição da propriedade fundiária, sistema de uso do solo, padrões sociais, etc.”⁷⁴ Para o autor, a ocupação populacional efetiva da zona da Mata esteve relacionada ao processo de expansão e interiorização da cafeicultura. Apesar de a produção da rubiácea ter sido um fator de importância para a riqueza da região, seu cultivo exigiu dos senhores de terras uma busca permanente por braços escravos e terras virgens, visando à ampliação de suas lavouras. Vale notar que essas demandas justificariam a importação contínua de escravos até o período próximo da abolição, além de promover uma busca por terras virgens nas outras sub-regiões.

Entretanto, essa caracterização não pôde ser utilizada nas demais sub-regiões – central e norte – pois ainda que tais localidades tenham convivido com o escravismo em suas unidades produtivas, o predomínio do sistema camponês interferiu até mesmo numa imigração extensiva para essas regiões.

Já a ocupação da sub-região central da zona da Mata teve início, em meados de 1750, com a migração de um pequeno número de pessoas para Descoberto de Arrepiados. Em 1755, ao buscar uma conciliação com os indígenas, Portugal procurou garantir-lhes terras. Assim, “todo português que se casasse com uma índia seria preferido em quaisquer lugares da colônia e, por conseguinte, seus descendentes”.⁷⁵

Dessa forma, inúmeros colonizadores partiram da região mineradora em direção aos sertões do Piranga, Pomba, Sumidouro, Calambau e São Bartolomeu e

ao invés de pessoas enriquecidas com o ouro, chegaram tropeiros, negociantes, gente miúda, sem muitas posses, com muito poucos escravos. Além da migração, o Estado promovia o assentamento dos indígenas.⁷⁶

⁷³ CARRARA, Op.cit., p. 26.

⁷⁴ PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 50.

⁷⁵ Idem, Ibid., p. 28.

⁷⁶ Idem, Ibid.

Em relatório de 1833, Guido T. Marlière, responsável pelos aldeamentos nas freguesias de São João Batista e São Manuel da Pomba, informou que cada pai de família-índia havia recebido terras e muitos se desfizeram dessas propriedades. Logo, sedentarizaram-se e passaram a ser agregados nas fazendas da região. Para Carrara, a ocupação da região foi promovida por esta situação e pelo estabelecimento dos colonos oriundos da periferia da região mineradora. Neste sentido, o pesquisador explica que:

Foram estes os responsáveis pela formação da mentalidade dominante no sertão do Pomba. Aí, as atividades econômicas não dependiam tanto do escravismo, como na sub-região sul. Longe disso, o que se encontra é um conjunto de pequenos e médios proprietários rurais, produzindo para o autoconsumo ou para um parco comércio local. Pode-se caracterizá-la como uma região formada predominantemente, senão exclusivamente, por uma população camponesa. Os escravos existentes igualmente participam dessa economia camponesa. [...] Mesmo que houvesse latifúndios na sub-região central da Mata, estes não caracterizaram a monocultura.⁷⁷

Para a historiografia, enquanto a economia cafeeira agroexportadora na sub-região sul crescia a passos largos, o desenvolvimento econômico das demais sub-regiões se mostrava modesto. Após 1850, essas regiões alcançaram alto índice de desenvolvimento e de produção, em virtude da expansão e da interiorização da cafeicultura, além de se beneficiarem dos efeitos de encadeamento, no último quartel do século XIX.

Todavia, vale lembrar que, anterior à expansão e consolidação dessa atividade na região central da zona da Mata mineira, a economia esteve voltada para a produção de subsistência, sendo o excedente comercializado no mercado interno.

Com relação à produção canavieira na zona da Mata, Carrara nos informa que a cana-de-açúcar foi cultivada, inicialmente, para suprir as necessidades da economia local⁷⁸. Seu crescimento esteve relacionado a uma série de fatores, dentre eles, a chegada da Corte Portuguesa, no início do séc. XIX, que transformou a cidade do Rio de Janeiro num grande centro consumidor de gêneros. Por conseguinte, essa realidade faria com que a Província de Minas se tornasse um centro de abastecimento. Outro fator de importância seria o crescimento da cafeicultura no sul da província, o qual transformou as regiões circunvizinhas num centro dinâmico.

⁷⁷ CARRARA, Op. cit., p. 28-29.

⁷⁸ CARRARA, Op. cit., p. 33

Dessa forma, enquanto parte das fazendas da região sul da zona da Mata se dedicava à monocultura agroexportadora, as demais regiões, central e norte, cultivavam gêneros para o crescente mercado interno.

A economia desenvolvida na freguesia do Presídio, na região central da zona da Mata pode ser percebida por meio da *Lista Nominativa dos Habitantes*, confeccionada, em 1822, pelo vigário, Marcelino Rodrigues Ferreira. Tal documento expressa o número de habitantes e de atividades econômicas nos dois principais povoamentos existentes na região central da Mata. Assim, há informações populacionais importantes sobre a freguesia de São João Batista do Presídio e da Capela de São Januário de Ubá, nas quais se concentrava uma população de 5.493 habitantes, num total de 654 fogos, sendo 512, no primeiro, e 142, no segundo. Dos 620 trabalhadores listados pelo vigário, 525 deles eram agricultores; 31, comerciantes, sendo 28 residentes no Presídio, e 3, na Capela de São Januário de Ubá.

Ao buscarmos uma definição para o termo ‘engenho de cana’, conceito importante, tanto para a Capitania mineira quanto para a sub-região central da zona da Mata, no séc. XIX, pesquisamos, na historiografia do açúcar, trabalhos que nos apresentassem resultados diferentes daqueles encontrados no modelo estipulado para o nordeste agroexportador, ou seja, estudos que não fossem devotados às *plantations*. Encontramos vários estudos dedicados ao tema da agricultura e da economia de mercado interno em Minas Gerais. Todavia, poucos se dedicaram exclusivamente ao tema da cana-de-açúcar. Para tanto, procuramos identificar a importância da composição dos engenhos mineiros, através de sua capacidade instalada e sua produção. Na concepção de Vera Lúcia Amaral Ferlini, em *A Civilização do açúcar: séc. XVI e XVII*, os engenhos devem ser analisados segundo as características de suas moendas, assim,

A Carta Regimento de Tomé de Souza insistia na cessão de sesmarias em regiões próximas a rios, com incentivo para o erguimento de engenhos d’água. A denominação “engenhos reais” não se devia a serem propriedade da Coroa, mas por serem os “reis” dos engenhos, produzindo mais. Os engenhos d’água conviveram, em todo o período colonial, com outros tipos de aparelhagens, como os engenhos movidos por bois, bestas ou cavalos e mesmo, em alguns casos, a tração humana. No século XVI, Fernão Cardim assinalava que “outros não são de águas, mas moem com bois e são chamados trapiches”. Para essas moendas eram conhecidas, também outras denominações:

molinetes ou almanjaras. No início do séc. XIX, Vilhena chamou-os de engenhos menos compostos.⁷⁹

Francisco Eduardo de Andrade, no livro *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX*, investigou a relação e a transição entre a atividade mineradora e agrícola na região de Mariana, entre o final do século XVIII e o início do XIX. Ao estudar a transformação econômica na região aurífera de Minas Gerais, Andrade pesquisou a composição das unidades produtivas, sítios e fazendas, e nos aponta ainda uma significativa diversificação econômica nessa região da Capitania para o dito período. Para o autor, as transformações, na estrutura agrícola, e, por conseguinte, nas atividades agroaçucazeiras, foram impulsionadas, sobretudo, pela crise de extração do ouro.

Dessa forma, as unidades produtivas estudadas foram caracterizadas pelas benfeitorias existentes e pela capacidade instalada, dentre as outras que compuseram as unidades na região, tais como: a mão-de-obra livre e servil, os semoventes e as atividades agrícolas.

As análises realizadas por Francisco Andrade se sustentam a partir das informações coletadas nos inventários *pos-mortem*. Chamamos a atenção para a definição dada pelo autor para os diversos tipos/tamanhos de engenhos encontrados. Neste sentido, escreve que:

Voltando a atenção para as benfeitorias, verifica-se que em Furquim e São Caetano os investimentos dos fazendeiros eram maiores do que os percentuais destes investimentos encontrados para os roceiros destes lugares. Isso indica que as construções e instalações – moradias dos proprietários, senzalas e engenhos, por exemplo – das fazendas eram de maiores dimensões do que as que se achavam nos sítios. Portanto, apesar de existir a manufatura canavieira em sítio e fazendas, e nestas últimas que a atividade tinha maior vulto. [...] Conforme entendido nos inventários, os equipamentos de beneficiamento agrícola relacionavam-se, sobretudo, ao instrumental ligado à produção de aguardente e/ou rapadura e açúcar (aguilhão da moenda, alambiques, rominhóis, tachas, formas de açúcar etc.)⁸⁰

Marcelo Magalhães Godoy, no texto intitulado *Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucazeiras no novo mundo, séculos XVI a XIX*,

⁷⁹ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**: séc. XVI a XXIII. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1992, p. 35 e 36.

⁸⁰ ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a roça e o engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p. 218-220.

compara a estrutura produtiva da indústria manufatureira do açúcar do nordeste agroexportador às atividades agroaçucares em Minas Gerais. Para Godoy, as unidades do nordeste se distinguiam das mineiras pela composição de suas fazendas e sítios e por sua produção ser comercializada no mercado externo. Buscando demonstrar a dicotomia existente entre esses dois grupos de produtores de derivados de cana-de-açúcar, o autor elenca as principais características dos engenhos mineiros, os quais produziam para o mercado interno. Nas palavras de Godoy:

Até o final do século XIX, as atividades agroaçucares de Minas Gerais apresentavam pronunciado contraste em relação à produção de açúcar de exportação. Desconcentração espacial da produção, reduzida dimensão média dos engenhos, heterogênea base técnica, variável composição da força de trabalho, ausência de especialização produtiva, complexa agenda agrícola e produção preferencialmente destinada ao autoconsumo e mercados locais são atributos que conferiram identidade ao espaço canavieiro mineiro e contrastavam com as características dos grandes espaços canavieiros exportadores do litoral.⁸¹

O autor discute ainda a diversidade dos padrões técnicos, a capacidade produtiva dos engenhos de cana em Minas Gerais e as formas de modernização do setor açucareiro na Capitania. Assim,

Na produção de autoconsumo, principalmente a de caráter camponês, impunha-se a opção pelo mais reduzido custo de montagem de engenhos e engenhocas. Larga disponibilidade de materiais para a construção das instalações e para a montagem dos equipamentos, reduzido custo da mão-de-obra especializada necessária à confecção das máquinas de moagem e, sobretudo, a possibilidade de irrestrito recurso ao trabalho familiar permitiram que indivíduos de poucas posses se tornassem pequenos produtores de derivados de cana. Excetuando o cobre necessário à confecção de recipientes de cozimento e destilação, todos os materiais empregados na montagem de fábricas de cana tendiam a estar disponíveis àqueles que dominassem os conhecimentos para a montagem das instalações e equipamentos ou que possuíssem algum recurso para remunerar profissionais habilitados. No século XIX, sobretudo em sua segunda metade, a redução dos custos dos transportes e a crescente integração do Brasil a mercados fornecedores de produtos industrializados, que ampliou a oferta e reduziu o preço do cobre importado, permitiu substancial expansão do número de engenhos e engenhocas em Minas Gerais [...] Os engenhos de maior porte e com padrões técnicos relativamente sofisticados e atualizados habitualmente estavam

⁸¹ GODOY, Marcelo Magalhães. **Civilizações da cana-de-açúcar**: dois paradigmas de atividades Agroaçucares no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. Texto para discussão n° 304. p. 20.

integrados em grandes fazendas. Nesses casos, a geração de excedentes programados, comercializados em mercados regionais, permitia regular incorporação de inovações técnicas. [...] Os melhoramentos técnicos tendiam muito mais a ampliar a capacidade produtiva do que permitir a diferenciação dos preços em função dos desníveis nos custos de produção e qualidade de produtos.⁸²

Ao relacionarmos a produção dos derivados de cana a outras atividades econômicas, Godoy nos informa que o regime de trabalho nas fazendas e sítios de Minas era determinado pela sazonalidade. De acordo com o pesquisador, ao longo do séc. XIX, existiu, nessas unidades, uma complexa agenda agrícola que determinava o funcionamento do setor produtivo ano a ano, promovendo uma rotatividade de culturas/produtos agrícolas. Desse modo,

[...] no século XIX, a produção de derivados da cana estava fortemente consorciada com outras atividades econômicas. [enquanto] o tamanho das safras canavieiras fosse determinado pela direção da produção, pela expectativa de geração de excedentes destinados a mercados locais ou regionais, a integração de distintas atividades sempre foi um traço estrutural do calendário agrícola das fazendas com cultivo e transformação da cana.⁸³

A composição das fazendas mineiras, enquanto unidades produtivas e dedicadas a várias atividades econômicas, tornou-se um tema recorrente para vários historiadores que estudaram a Capitania. Porém, o conceito de fazenda mista foi apresentado inicialmente, por Miguel Costa Filho, em 1963, com a publicação do livro *A Cana Açúcar em Minas Gerais*. Posteriormente, o conceito passou a ser utilizado por outros pesquisadores, tais como: Marcelo M. Godoy, Francisco Eduardo Andrade e Ângelo Alves Carrara, conceito esse que adotamos no presente estudo sobre os engenhos no município de Visconde do Rio Branco. Carrara, ao investigar a estrutura agrária, pesquisou inúmeros inventários e registros de compra e venda de terras de diversas fazendas e sítios, distribuídos nas diferentes regiões da província mineira. A pesquisa tinha como princípio identificar os sistemas agrários e os horizontes rurais existentes em Minas Gerais, entre o final do séc. XVII e início do XIX. Carrara, assim, definiu o sistema agrário:

⁸² GODOY, Marcelo Magalhães. Op. cit. p. 28.

⁸³ Ibid., p. 26.

Por sistema agrário entende-se a forma de exploração dos espaços agrários, isto é, os distintos cultivos e as diferentes práticas agrícolas, como são, por exemplo, os sistemas de agricultura de corte e de queima (ou coivara), pecuária em grandes extensões, agricultura em pequena escala (mais ou menos mecanizada, mais ou menos diversificada), monoculturas em grande escala, perímetros irrigados, cinturões verdes, etc.

O presente autor conceitua, ainda, as propriedades rurais, fazendas e sítios, existentes nas Minas Gerais, e classifica-as de acordo com a dimensão territorial que ocupavam nas paisagens rurais da província. A este respeito, escreve que:

Categorias primeiras da percepção geográfica setecentista, as “minas” e os ‘sertões’ conformaram igualmente duas paisagens rurais distintas. Uma, nas áreas de ocorrência das jazidas minerais ou à beira das principais estradas e caminhos que lhes acessavam, compreendiam os sítios. Outra, sertaneja, curraleira, abrangia as fazendas. Esta distinção caracterizada nas descrições das propriedades rurais dadas a inventário ou sujeitas às operações de compra e venda lançadas nas escrituras públicas deve ser de imediato assinalada. A fórmula mesma das concessões sesmarias consagrava-a. Ambos os termos parecem, de fato, denotar elipses: de um lado, as fazendas [e pastos de largar gados vacuns e cavaleares]; de outro, os sítios [de roças de mantimentos ou de engenhos de moer e fabricar os efeitos de canas]. Todavia, essa distinção não exclui a possibilidade de um sítio, em razão de suas dimensões comparativamente às demais propriedades rurais que lhe fossem próximas, fosse guindado à condição de fazenda.⁸⁴

A produção açucareira na região também foi apontada pelo vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, escrito em 27/08/1822. No relatório, cuidou de listar os engenhos de cana existentes na freguesia de São João Batista do Presídio, os quais somavam um total de 40. Desse número, 15 engenhos se dedicavam à produção de rapadura e 1, à de aguardente; 17 produziam os dois subprodutos, como aguardente e rapadura, e, para 7 destes, não há descrição da produção e dos utensílios. Dos engenhos descritos, 2 apenas eram movidos por força hidráulica, enquanto os demais exploravam a tração animal. O uso da força hidráulica na movimentação das moendas era próprio de engenhos de médio e grande porte, pois essa força motriz exigia investimentos maiores, principalmente em canaviais e em mão-de-obra. O relatório nos evidencia, ainda, as diferenças estruturais das benfeitorias nos engenhos. Assim, 17 eram descobertos e 23 cobertos, sendo 21 cobertos por telha e 2, por capim.

⁸⁴ CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais – 1674/1807. Ed. UFJF, 2007. p. 188-189.

Vale notar que o crescimento da atividade açucareira na região central da zona da Mata pode ser observado ao compararmos os dados apontados pelo vigário Marcelino com a relação dos engenhos existentes nas diversas coletorias da província mineira. Essa relação foi apresentada pelo Sr. Valeriano Manso Ribeiro de Carvalho, 1º escriturário e chefe de Seção, à Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 20 de dezembro de 1853, e faz parte do relatório elaborado pelo Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Nesse ano, a província contabilizava um total de 2.552 engenhos, sendo 112 deles construídos na freguesia do Presídio. Desse número, seis eram movidos por água. O documento aponta também o desenvolvimento da economia canavieira na freguesia do Pomba, a qual possuía um total de 211 engenhos. Juntas, as freguesias do Pomba e do Presídio, somavam 323 engenhos, o que correspondia aproximadamente a 13% dos engenhos na província.

Ao analisarmos somente o crescimento da atividade açucareira no Presídio, encontramos um índice de 280%, no decorrer de 31 anos. Neste contexto, devemos ainda verificar o número relativamente alto de engenhos, se considerarmos principalmente as dificuldades de transporte e a restrição imposta pelo governo provincial à construção de engenhos, entre os anos de 1714 e 1827.

Segundo a relação das comarcas, cidades, vilas, distritos e freguesias da província de Minas Gerais, encontrada no relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva, em fevereiro de 1846, a vila do Presídio pertencia à comarca do Paraibuna. Como distritos e povoações, o Presidente listou as seguintes cidades: Presídio, Nossa Senhora do Glória, Senhora do Patrocínio, São Paulo do Muriaé, Arrepiados, São Sebastião dos Aflitos, São Januário de Ubá, Meia Pataca, Santa Rita do Turvo, São José do Barroso e Conceição do Turvo.⁸⁵

Dessa forma, não podemos relacionar o desenvolvimento da região somente à proximidade desta com a sub-região sul da zona da Mata. Acreditamos que seu crescimento se deveu também ao fato de a economia da região do Presídio servir de um entreposto comercial, o qual interligava a região mineradora à região norte da província do Rio de Janeiro, conforme mapa confeccionado pela província mineira, em 1844, Anexo I. Assim, a demanda do mercado consumidor da sub-região sul apenas se tornou influente, após a abertura da estrada que, a partir de 1850, interligou a vila do Pomba à

⁸⁵ Relatório de Presidente de Província apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva, no dia 3 de fevereiro de 1846. Rio de Janeiro, órgão de impressão (dado inteligível), 1846, anexo n. 1.

comarca de Juiz de Fora. Fato este que permitiu uma reestruturação da economia da região, motivada pela proximidade com o centro cafeeiro agroexportador e com o crescente mercado consumidor na Comarca do Paraibuna.

Por essa razão, os relatórios dos Presidentes da Província se tornaram documentos relevantes para entendermos o desenvolvimento econômico da região. E é a partir desses textos que procuramos estreitar o diálogo com a historiografia Matense sobre o desenvolvimento da região central da zona da Mata. Ao considerarmos o mapa de 1844 (anexo I), observamos que a região da vila do Presídio, diferentemente do que apontava a historiografia tradicional, estava inserida num circuito mercantil, servindo possivelmente de entreposto para o comércio que interligava a região aurífera ao litoral. Inicialmente, confeccionou-se o mapa para demarcar os limites provisórios das regiões Sudeste e Sul, de Minas Gerais, as quais eram confrontantes com a região Noroeste da província do Rio de Janeiro. Além das fronteiras, mapearam-se as estradas que interligavam a capital mineira à cidade de Campos dos Goytacazes, situada na província fluminense. Vale mencionar que, na confecção do referido documento⁸⁶, a vila do Presídio ganhou destaque.

Também a prosperidade da região pode ser observada ao relacionarmos, a partir do mapa, os dados dos gêneros exportados pelas recebedorias Mineiras, no segundo semestre de 1839, às informações existentes no mapa cartográfico de 1844 e ao da população mineira de 1853. Dessa forma, podemos perceber o desenvolvimento econômico na região do Presídio, durante pouco mais de uma década.

Verificamos que, primeiramente, a região aparece como a principal recebedoria da província mineira, no segundo semestre de 1839, respondendo por 31,38% das receitas, e tendo um rendimento parcial de 10:480\$540 (Dez contos, quatrocentos e oitenta mil, quinhentos e quarenta réis).

Num segundo momento, na carta geográfica elaborada para definir as divisas da capitania, surge como entreposto comercial entre a antiga região mineradora e o porto de Campos dos Goytacazes.

E num terceiro momento, há o crescimento demográfico, que, de acordo com os dados apresentados pela Presidência da Província, em março de 1854, atendendo a uma circular de 28 de novembro de 1853, a região possuía 42.300 habitantes, sendo 80% de

⁸⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andrea, no dia 3 de fevereiro de 1844. Rio de Janeiro, Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844, p. 85.

homens livres.⁸⁷ Assim, entre 1825 e 1853, a população da região cresceu, em termos absolutos, 770,61%, ou seja, dobrou de tamanho a cada nove anos. Tal realidade demonstrou um dinamismo considerável para uma região considerada periférica.

Quanto à sub-região sul, segundo o senso de 1850, esta possuía, dentre as três regiões da Mata, a maior concentração fundiária por cidade, contando com 497 proprietários de terra, distribuídos entre as cidades de Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha. Já a região central, fracionada pela ocupação de um grande número de migrantes, durante o séc. XIX, possuía 3.191 proprietários, os quais se distribuíram nas cidades de Rio Pomba, Viçosa, Visconde do Rio Branco (antigo Presídio), Muriaé e Cataguases. A sub-região norte, por sua vez, permaneceu, durante o final do século XIX e início do XX, como região de fronteira aberta. Dessa região, Ponte Nova foi a única paróquia a ser recenseada, registrando 365 proprietários de terras.

Segundo Carrara, relacionar o tamanho dos municípios ao número de proprietários existentes, em cada comarca, nos permite identificar o retalhamento das terras numa região, classificando-as pela concentração fundiária.⁸⁸ Através desse coeficiente, verificamos a importância econômica e política de cada propriedade na região e desta na província. Todavia, não é somente o tamanho da propriedade que define a sua importância econômica e, conseqüentemente, política. Assim, consideramos, além do fator apontado pelo autor, outra variante: a diversificação das atividades nas unidades produtivas existentes na Mata.

Diferentes autores, em cujas análises se discutiu o desenvolvimento do mercado interno e da economia de subsistência, afirmaram que quanto maior a diversificação nas unidades produtivas, melhor seria a capacidade dessas em concentrar riquezas e reduzir custos. Diante do exposto, podemos justificar o desenvolvimento econômico das unidades, na região central da zona da Mata, sendo determinado por dois aspectos: o tamanho das propriedades e a diversificação do setor produtivo. Acreditamos que, até 1850, a cana-de-açúcar ocupou posição de destaque na região do Presídio, perdendo espaço apenas para o cultivo do café, na segunda metade do referido século.

A hierarquização das propriedades, utilizada por Carrara para definir o desenvolvimento econômico e político da sub-região central da Mata, pode ser aplicado às fazendas e aos sítios da sub-região sul. De economia agroexportadora, essa região

⁸⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província Luiz Antônio Barboza, no dia 28 de novembro de 1853. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1854, p. 159.

⁸⁸ CARRARA, Op.cit.

aproveitava os melhores campos no cultivo da rubiácea, enquanto os demais campos ou aqueles esgotados pelo cultivo do café, por sua vez, eram utilizados na produção de gêneros para o mercado interno.⁸⁹ Essas unidades, localizadas próximas às unidades agroexportadoras, dedicaram-se à produção de gêneros para o abastecimento das unidades monocultoras.⁹⁰ A este contexto, acrescenta-se ainda a criação de animais de tração, os quais eram vendidos aos vários fazendeiros da Mata. É justamente esse mercado diversificado, vale esclarecer, que permitiria, aos pequenos e médios produtores, nas regiões que formavam a zona da Mata, acumular capital.

Para Anderson Pires, algumas das ações, que melhorariam a infraestrutura da zona da Mata e garantiriam o desenvolvimento econômico da região, surgiram a partir de projetos idealizados por fazendeiros da região, mais precisamente pelos da sub-região sul, no último quartel do séc. XIX. Neste sentido, o autor nos informa que os cafeicultores eram conscientes dos problemas da Mata.⁹¹ Revela também que esses produtores se constituíram como os responsáveis pelas iniciativas e pelo financiamento de boa parte dos empreendimentos em infraestrutura na região. Os investimentos foram realizados, principalmente, a partir do capital local, tendo pequena participação do estatal.

Dessa forma, podemos entender que as construções da rodovia União Indústria e, posteriormente, da rede ferroviária, a Leopoldina, foram as soluções encontradas pelos cafeicultores juiz-foranos, no final do séc. XIX, para tentar sanar a deficiência dos transportes na região. Neste contexto, destacamos a construção do Engenho Central Rio Branco, na sub-região central, um empreendimento que reuniu os fazendeiros da região interessados em aproveitar as facilidades de crédito e de transporte, surgidos no final do

⁸⁹ Àqueles interessados no debate sobre o desenvolvimento econômico da região, a leitura de alguns trabalhos é de extrema importância, dentre os quais citamos: **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**, de Anderson José Pires; **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do séc. XIX**, de Sônia Souza; e **A zona da Mata mineira: diversidade e continuidade – 1835/1909**, de Ângelo Carrara. Os trabalhos de Anderson Pires e de Sônia Souza servem de contraponto, já que aquele analisa a produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do séc. XIX economia agroexportadora, e esta aborda a economia de subsistência. Aparentemente vistos como contraponto, tais estudos são na verdade complementares, pois juntos permitem observar de maneira ampla o desenvolvimento da economia da região. O terceiro trabalho, por sua vez, possibilita entender a formação da elite mineira, a partir do desenvolvimento da economia na região.

⁹⁰ SOUZA, Sônia Maria de. **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. 1998. 203f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1998. p. 136-137.

⁹¹ PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/1930**. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009.

Império com o propósito de expandir a produção açucareira, além de melhorar a qualidade do produto comercializado na região.

Segundo Taunay, a deficiência de transporte colocava os produtores mineiros em desvantagem, se comparados aos produtores do Rio de Janeiro. Assim, argumenta:

Os produtos mais valiosos da província, como o café, o açúcar e o tabaco, não haviam deixado de prosperar, porque a fertilidade do solo remunerava exuberantemente os cultivadores, mas sua exportação não era tão considerável como poderia ser, pela dificuldade e carestia de transporte.⁹²

A dificuldade de escoar a produção para a praça mercantil do Rio fez com que muitos dos produtores das sub-regiões, central e norte, negociassem seus produtos em Juiz de Fora, a maior praça mercantil do sul da província e entreposto comercial entre a região produtora e o centro consumidor. Procurando relacionar a expansão da cafeicultura na zona da Mata ao desenvolvimento industrial e urbano, em Juiz de Fora, Anderson Pires investigou os efeitos de encadeamento e as mudanças provocadas por tal processo na estrutura produtiva na região sul e das demais sub-regiões da Mata.

Conforme Taunay, essas transformações consistiram na construção de uma malha ferroviária, na diversificação da agricultura e na mudança da estrutura comercial da região. A construção da ferrovia, além de ter sido determinante para a interiorização da cafeicultura e escoamento da safra, permitiu também a construção dos engenhos centrais nas regiões central e norte. E, ao mesmo tempo em que interligou as várias regiões da zona da Mata e esta à região portuária e mercantil do Rio de Janeiro, a ferrovia promoveu um surto de desenvolvimento econômico no interior da Mata.

Assim, além de formar “uma rede hierarquizada de cidades”⁹³, o empreendimento integrou os vários mercados existentes na província. Caso os mercados continuassem isolados, não passariam de espaços restritos. Além disso, a ferrovia se tornou um símbolo da modernidade para a região. Posteriormente, vale dizer que, no final dos noventa, tais transformações viriam impulsionar a produção açucareira na região, como menciona Pires:

⁹² TAUNAY, Afonso E. **História do café no Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1939. p. 225.

⁹³ PIRES, Anderson. Op. cit., p. 117.

a articulação com o Rio de Janeiro como centro de importação e exportação, ponto de contato em última instância da economia regional com o mercado externo, era fundamental, já que dessa articulação resultava não só o acesso a insumos, máquinas e equipamentos, como também a canalização da produção agrária local para o mercado externo, dois dos componentes fundamentais do movimento de reprodução da estrutura agroexportadora regional.⁹⁴

O referido desenvolvimento econômico promoveu algumas transformações nas regiões central e sul da zona da Mata. Primeiramente, as facilidades, resultantes da instalação da ferrovia, como o escoamento da produção e a expansão do mercado consumidor, possibilitaram, de igual modo, a consolidação da cafeicultura como principal produção agrícola, a qual dividiu espaço com outras atividades também rentáveis aos produtores da sub-região central da Mata. Ou seja, ao mesmo tempo em que a ferrovia contribuía para a expansão e a consolidação da cafeicultura, permitia também a implantação, na sub-região central, de um importante centro produtor de açúcar. Para tanto, relacionamos alguns dados referentes ao crescimento dessas duas atividades. Ângelo Carrara, ao traçar uma síntese da divisão regional, nos informa que:

Em 1888, [...] a lavoura cafeeira do sul da Mata começou a entrar em colapso [...] Essa desestruturação da lavoura cafeeira foi resolvida com o redirecionamento das atividades econômicas no campo e na cidade. [...] Na Mata central e norte, contudo, os solos ainda férteis ou pouco gastos, conjugados com o reduzido impacto da crise do escravismo e conseqüente manutenção do padrão de mão-de-obra livre, permitiram um boom cafeeiro até as crises de superprodução do final do séc. XIX. E mesmo ao assumir um papel fundamental nas economias dos municípios, mesmo que por um período curto, o café continuou a disputar espaço com os canaviais em Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, onde eram bem mais extensos, e com o fumo em Ubá.⁹⁵

Para o autor, o espaço agrícola em Visconde do Rio Branco esteve dividido, desde meados do séc. XIX, entre as duas atividades. Todavia, noutro momento do estudo, o pesquisador nos informa que esse município e Ponte Nova “exportavam, em 1905, 55% de todo o açúcar produzido na Mata.”⁹⁶

⁹⁴ Idem, *Ibid.*, p. 117.

⁹⁵ CARRARA, Ângelo. **A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)**. 1993. 80f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1993. p. 41-42.

⁹⁶ Idem, *Ibid.*, p. 39.

Sônia Souza, ao estudar o lançamento dos impostos na cidade de Juiz de Fora, na intenção de identificar os produtores, comerciantes e criadores que se dedicavam ao mercado interno, nos anos de 1879 e 1880, encontrou 18 proprietários de engenhos.⁹⁷ Conforme os dados do Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais, a autora menciona que, em 1865, o município de Juiz de Fora possuía 91 engenhos. Em 1870, esse número decresce para 44 e, em 1875, atinge apenas 4 unidades. Por meio desses dados, percebemos que, enquanto os engenhos de cana perdiam cada vez mais espaço em Juiz de Fora, o mesmo não ocorria na sub-região central da zona da Mata, principalmente na cidade de Visconde do Rio Branco, sede da antiga freguesia São João Batista do Presídio.

Segundo registros do Livro de Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões da Contadoria do Tesouro do Estado de Minas Gerais, referente à Coletoria de Visconde Rio Branco, encontramos um total de 192 engenhos para a cidade no exercício de 1893. Vale lembrar que, neste total, estava incluso o Engenho Central Rio Branco.

Por fim, relacionamos ainda os dados apresentados por Anderson Pires sobre as empresas atacadistas de Juiz de Fora, entre os anos de 1877 e 1925. Para o pesquisador, o município possuía, neste período, 16 empresas que refinavam açúcar. Desse número, somente 4 se dedicavam exclusivamente ao refino, não exercendo, portanto, qualquer outra atividade. Notamos também que apenas uma das empresas informou a posse de um engenho.⁹⁸

Diante do exposto, podemos afirmar que, enquanto a produtividade açucareira diminuía na região sul e, conseqüentemente, na cidade de Juiz de Fora, tal realidade não se presenciava nas regiões central e norte. Porém, como Juiz de Fora era o maior mercado consumidor e principal entreposto comercial do sul de Minas Gerais, passou a abrigar as principais empresas de refino e distribuição de açúcar da zona da Mata.

Com relação à região central, destacamos a construção e instalação do Engenho Central Rio Branco, cuja história, em virtude de sua importância como indústria do açúcar, se confunde com a própria história do município de Visconde do Rio Branco e da zona da Mata mineira. Inaugurado em 1885, o Engenho Central transformou-se em Usina, nas primeiras décadas do século XX. Seus canaviais estenderam-se por uma

⁹⁷ SOUZA, Sônia Maria de. **Além dos cafezais:** produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. p. 162.

⁹⁸ PIRES, Op. cit., p. 127-131.

dúzia de cidades e, no decorrer dos anos, tornou-se uma das maiores proprietárias de terras do município e região.

É preciso mencionar que muitos dados ainda precisam ser pesquisados e incorporados ao estudo sobre a história do Engenho Central Rio Branco e a transformação da região. Os estudos iniciais nos apontam que a construção do engenho só foi possível a partir de um determinado contexto. Tal empreendimento se serviu dos incentivos dados à indústria canavieira pelos governos imperial e provincial e da acumulação de capitais oriundos da cafeicultura na zona da Mata. Essa acumulação garantiu mudanças na estrutura de mercado e de transportes.

Quanto à construção de um engenho central na cidade de Visconde do Rio Branco, este foi resultado de uma série de transformações na sub-região central da zona da Mata e na relação desta com sub-região sul. Fatores, como o desenvolvimento da economia cafeeira, o surgimento da ferrovia, o crescimento do mercado interno, a ação do governo provincial e a disponibilidade de capitais – destinados ao financiamento da indústria açucareira – estão relacionados à sua construção.

Segundo Carrara, a cafeicultura no município em questão, no final do séc. XIX, mostrou-se efêmera.⁹⁹ O seu cultivo também na sub-região central durou pouco tempo e disputou espaço com os canaviais em Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, cidades definidas como grandes produtoras de açúcar e álcool, no séc. XX.

Ao comentar sobre o pronunciamento do Deputado Francisco Bernardino Rodrigues Silva, na Assembleia de Minas, no início de dezembro de 1879, Miguel Costa Filho nos mostra o entusiasmo do referido político com a possibilidade de modernização do setor açucareiro na província.¹⁰⁰ O deputado afirmou ser este setor de futuro próspero e de interesse. Acrescentou, ainda, que as terras, abandonadas pela cultura do café, poderiam proporcionar grandes rendimentos, se fossem aproveitadas pela indústria do açúcar.

Posteriormente, em dezembro de 1882, a construção do Engenho Central foi definida por meio de contrato firmado entre a Presidência da Província e Joaquim José Campos de Bittencourt. Este, ao obter a concessão, transferiu o contrato feito com a província à Companhia Engenho Central Rio Branco.

⁹⁹ CARRARA, Op. cit.

¹⁰⁰ COSTA FILHO, Miguel. **A cana de açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), 1963.

Dessa forma, a companhia se constituiu em conformidade com o art. 3º § 1º n. 2, da lei n. 3150, de 4 de novembro de 1882. O capital inicial foi de 800:000\$000 (Oitocentos contos de réis), sendo dividido em 4.000 ações, no valor de 200\$000 (Duzentos mil réis).

Os primeiros diretores do empreendimento foram Antônio Paulo de Mello Barreto, José Arthur de Murinelly e Lindolpho Martins Ferreira. E sua sede foi estabelecida no Rio de Janeiro. Conforme registros, o Decreto Imperial nº 9434, de 6 de junho de 1885 ratificou a ação do governo provincial, o qual autorizou o concessionário a organizar a Companhia enquanto sociedade anônima.¹⁰¹

Ao observarmos a Tabela de Créditos Especiais, identificamos o pagamento dos juros, realizado pela Província à Companhia. O pagamento se referia aos primeiros seis meses da obra, correspondendo aos meses de janeiro a junho de 1884. Ao informar sobre as estradas, no citado relatório, o autor menciona, novamente, a construção do Engenho Central. A respeito do empreendimento, o documento informa terem sido aprovadas as modificações apresentadas ao projeto original do referido engenho. A reforma visava a instalar uma série de filtros destinada à fabricação do açúcar. Ao final do relatório, o autor retrata ainda o Engenho e explica que as contas, relativas ao segundo semestre de 1884, foram entregues à Província mineira, todavia a Cia chegou a reclamar da morosidade referente à aprovação das despesas e ao pagamento dos juros. Após estas mobilizações, em 7 de setembro de 1885, inaugurou-se o Engenho Central Rio Branco, o qual se tornou pioneiro na produção do açúcar em Minas.¹⁰²

Logo, ao buscarmos entender a dinâmica do mercado interno e de um mercado de açúcar na zona da Mata central e como este último pôde ter influenciado na produção de açúcar, bem como na construção de um Engenho Central no município de Visconde do Rio Branco, no final do séc. XIX, nos apoiamos na historiografia Matense e numa série de trabalhos sobre a região.

Nos estudos, realizados por Ângelo Carrara, sobre a zona da Mata mineira, identificamos conceitos e dados que nos permitiram reconhecer a diversidade regional existente nas três sub-regiões da zona da Mata e, a partir dessas localidades, entender o desenvolvimento econômico da sub-região central. No que tange à caracterização das propriedades na região, Carrara escreveu:

¹⁰¹ Decreto n. 9434, de 6 de junho de 1885. In: **Coleção de leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.

¹⁰² Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em: 28 mar. 2010.

Uma primeira, ao sul, seria formada pelos municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina, caracterizada pelo latifúndio monocultor escravista no Império. Uma segunda, na sua parte mais central, caracterizada pela pequena e média propriedade rural, pela diversificação das atividades agrícolas e pela baixa utilização de mão-de-obra escrava. E uma terceira, ao norte, compreendida pelos municípios de Ponte Nova e Manhuaçu, cujas características econômicas eram as propriedades rurais medidamente parceladas, e tardiamente incorporadas à cafeicultura de exportação.¹⁰³

A partir dessa diversidade, procuramos identificar e correlacionar os dados apresentados por Carrara na sua dissertação, *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)*, com aqueles listados no livro *Uma freguesia da Capitania de Minas Gerais – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821*. Este último refere-se a uma publicação que reúne uma série de documentos concernentes à freguesia do “Presídio”, no início da década de 1820. Publicada pelo Núcleo de História Econômica e Demográfica, da Universidade Federal de Ouro Preto, a série *Documenta* tem por objetivo reunir diversos documentos de uma determinada região ou tema, os quais são preparados para servir como fonte aos pesquisadores da área de História, sobretudo.

Na referida série, selecionamos, sobre a freguesia de São João Batista do Presídio, o relatório do vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, então pároco no Presídio. O vigário listou todos os engenhos de cana existentes na freguesia e, conforme relatório, a maioria produzia açúcar e aguardente. O número de engenhos relacionados, num total de 40, a princípio parece pouco expressivo, se comparado aos 395 fogos, ou propriedades rurais existentes fora do arraial do São João Batista do Presídio.¹⁰⁴ Mas, vale lembrar que esses engenhos foram construídos num período de restrição, entre 1714 e 1827, em que eram proibidas a construção de engenhos de cana-de-açúcar e a produção de derivados na Província.

Segundo Marcelo Magalhães Godoy, o crescimento da atividade açucareira, em Minas Gerais, no final dos setecentos e início dos oitocentos, se deveu, além dos fatores

¹⁰³ CARRARA, *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)*. p. 24.

¹⁰⁴ Relatório apresentado pelo vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, em 27/08/1822. In.: **Uma fronteira da capitania de Minas Gerais – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821**. Ângelo Alves Carrara. (Org.) Mariana: UFOP, 1999. p. 102-105.

relativos às dificuldades de abastecimento da capitania, caracterizados por uma oferta insuficiente; à percepção de que as atividades agrícolas se constituíram numa empresa rentável, ante a conjuntura mineradora que dispunha de grande quantidade de recursos e preços elevados. Assim, “inseridas nesse movimento, as atividades agroaçucareiras estabeleceram-se orientadas para o mercado interno da capitania”.¹⁰⁵

Dessa forma, o desenvolvimento da região central da zona da Mata, apontado por Ângelo Carrara para os anos de 1819 e 1822, estava em desacordo com as determinações da metrópole e, posteriormente, do Estado. Para tanto, basta observarmos a estrutura produtiva das fazendas encontradas na região. Os dados contidos na tabela 1 nos mostram esses números:

Tabela 1 – Classificação dos engenhos de cana: conforme a força motriz e o produto beneficiado – Freguesia de São João Batista do Presídio, em 1821.

	Engenhos Classificados pela Força Motriz e Produto	Quantidade	%
Engenhos classificados pela Força Motriz utilizada na unidade produtiva	Engenhos movidos a vapor	-	-
	Engenhos movidos a água	02	5
	Engenhos movidos por animais	38	95
Engenhos classificados pelos Produtos Beneficiados na unidade produtiva	Café	-	-
	Rapadura	15	37,5
	Aguardente	01	2,5
	Rapadura e Aguardente	17	42,5
	Açúcar	-	-
Outros tipos de engenhos	Serra	-	-
Engenhos com informações incompletas	Sem descrição da produção e dos utensílios	07	17,5
Total		40	100

Tabela 1 - Construída a partir do Relatório do Vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, escrito em 27/08/1822. In.: **Uma fronteira da capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p 73, 77, 100, 108-111.

Para fins de análise, dentre os 40 engenhos existentes na Freguesia do Presídio, excluímos 7, por estes não terem seus equipamentos e instalações discriminados no relatório, e 1, por se dedicar exclusivamente à fabricação de aguardente. Assim, temos

¹⁰⁵GODOY, Marcelo Magalhães. **Civilizações do açúcar**: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no novo mundo, séculos XVI ao XIX. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. p. 21-22.

um número de 32 engenhos que, juntos, possuem 50 taxas de cobre, cujo destino era a fabricação de rapadura.

Desses 32 engenhos, número que corresponde a 80% do total de engenhos da freguesia, 17 são produtores, tanto de rapadura quanto de aguardente. Logo, representam 42,5% do total dos engenhos. Esses números são significativos, se comparados ao total de engenhos, o que nos permitem entender a importância destes para a freguesia. A diversidade técnica desses últimos, ou o total de equipamentos instalados e o número de taxas e alambiques, destinados ao beneficiamento da cana, constituíram numa estratégia de boa parte dos produtores da região. De acordo com o preço e a demanda de açúcar e aguardente, no mercado interno, os produtores poderiam optar pela produção de um derivado em detrimento do outro.

Portanto, entendemos que quase metade dos engenhos na freguesia, 42,5%, poderia responder às mudanças do mercado de maneira rápida, garantindo maior lucratividade aos senhores de engenho. Ou seja, esses proprietários poderiam aguardar até o início da safra para definir o que produzir, sem que isso significasse perda ou quebra na produtividade da lavoura de cana. Essa atitude denota o dinamismo econômico desses produtores e a capacidade dos mesmos para suportarem as flutuações de preço no mercado interno.

Apesar de não termos dados empíricos suficientes, acreditamos que a venda de aguardente e açúcar de rapadura (açúcar escuro), no mercado interno, garantiam a manutenção das fazendas e sítios. Segundo Ângelo Carrara, “as atividades econômicas não dependiam tanto do escravismo [...]. Na verdade, o que se encontra é um conjunto de pequenos e médios proprietários rurais”¹⁰⁶, cultivando a terra numa perspectiva de autoconsumo e, em certa medida, para atender a um pequeno mercado local. O autor alega ainda que a Mata central foi ocupada inicialmente por uma população camponesa, da qual os escravos também participavam. Vale esclarecer que Carrara, no referido trabalho, não está preocupado com o desenvolvimento do mercado interno de açúcar, pois busca entender a formação de uma elite política e das articulações parentais que permitiram a essa mesma elite continuar no poder, no final do Império e início da República.

Porém, ao relacionarmos os dados existentes no primeiro trabalho de Carrara, a dissertação *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1835-*

¹⁰⁶ CARRARA, Op. Cit. p. 28-29.

1909), àqueles apresentados num segundo, a série *Documenta*, observamos que esses estudos se divergem. O autor afirma que os produtores do Presídio tinham uma produção voltada para o autoconsumo e um “parco” mercado local.

Todavia, ao fazermos uma análise comparativa sobre os apontamentos do vigário Marcelino com relação aos produtores de açúcar e aguardente no Presídio, percebemos que essas unidades apresentam características distintas daquelas propriedades destinadas ao cultivo de gêneros para o abastecimento interno dessas unidades. De acordo com a extensão das unidades canavieiras, a produção não esteve somente destinada ao abastecimento de sítios e fazendas.

Na tabela 2, encontramos 11 fazendeiros, definidos como tais pelo número de trabalhadores existentes nas suas fazendas. O número variava entre 10 e 32 indivíduos. Números estes relativamente altos, se comparados àqueles que definiram os proprietários como roceiros. Essa categoria possuiu, por sua vez, um número menor de trabalhadores, variando entre 1 e 9 indivíduos. Outro fator que definiu roceiro foi o tamanho das propriedades. Ou seja, os fazendeiros, devido à capacidade instalada em suas unidades e o número de trabalhadores, não produziam somente para o autoconsumo e para um pequeno comércio local, mas para o mercado interno de circuito mercantil bem maior.¹⁰⁷ Lembramos também que esses estudos são distintos e distantes historicamente um do outro, todavia trazem uma similitude que nos auxilia no entendimento socioeconômico da região. Construímos a tabela 2, a partir do relatório de 1821, e a tabela 3, conjugando os dados de 1819 e 1821.

¹⁰⁷Sobre o tamanho das propriedades e o conceito de roceiro e fazendeiro, conferir as seguintes obras: **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco**: zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove, de Rômulo Andrade, tese de Doutorado; **Entre a roça e o engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, de Francisco Eduardo de Andrade. Outro pesquisador que também discute o tamanho das propriedades e sua importância para o desenvolvimento econômico da Província de Minas Gerais é João Fragoso, em **Homens de grossa aventura** e, podemos conferir ainda o trabalho de Sônia Souza: **Além dos cafezais**, produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do séc. XIX, no qual a autora discute a produção de gêneros e a sua relação com o mercado interno numa região agroexportadora.

Tabela 2 - Caracterização dos engenhos de cana enquanto unidades produtivas:

	Roceiros							Total	Fazendeiros							Total	
	Entre 01 e 09 trabalhadores								Acima de 10 trabalhadores								
Total de Trabalhadores nos Engenhos: cativos e homens livres	2	3	4	5	6	7	9		10	11	12	13	16	17	19	32	
Total de Senhores de Engenhos: Agrupados pelo número de trabalhadores nas unidades	2	4	9	4	2	5	2	28	2	1	2	1	2	1	1	1	11
Total de cativos nos Engenhos	2	11	16	6	12	25	18	90	20	5	24	12	26	14	19	30	150
Total de homens livres nos Engenhos	2	1	20	14	-	10	-	47	-	6	-	1	6	3	-	2	18
Total da mão-de-obra nos Engenhos	4	12	36	20	12	35	18	137	20	11	24	13	32	17	19	32	168
Número de Alambiques nessas Unidades	2	3	1	-	1	1	2	10	1	-	2	1	1	1	1	1	8
Número de Taxas de Cobre nessas Unidades	2	3	8	2	3	8	4	30	1	1	5	3	2	2	2	3	19
Observações		A	B	B		A			A				A	C			

A: Um engenho nessa categoria/agrupamento não apresentou a descrição dos instrumentos: Taxa e Alambique; **B:** Dois engenhos nessa categoria/agrupamento não apresentaram a descrição dos instrumentos: Taxas e Alambiques; **C:** Um dos engenhos não lista os instrumentos destinados ao fabrico da rapadura, apenas coloca “taxas”, no plural. Para efeito de agrupamento, contamos como duas taxas.

Fonte: Tabela 2 - Construída a partir do Relatório do vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, apresentado em 27/08/1822. In.: **Uma fronteira da capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p 73, 77, 100, 108-111.

Em ambos os trabalhos, encontramos informações referentes, em especial, ao crescimento populacional e econômico da região, os quais nos permitiram uma discussão sobre a composição das unidades produtivas na região central da zona da Mata. Isto é, através dos estudos citados, foi nos possível entender a capacidade produtiva dos sítios e fazendas da região, de acordo com a capacidade instalada, a quantidade de cativos por unidade produtiva, a participação da mão-de-obra livre nessas propriedades e dos produtos cultivados.

Todos esses dados agrupados são importantes para compreendermos a dinâmica da região, além de poderem ser comparados a outros trabalhos acadêmicos que estudam a zona da Mata e, até mesmo, aos estudos dedicados às regiões fronteiriças, ou a outras regiões com características econômicas e estruturais próximas e equivalentes à região central da zona da Mata mineira.

Ao procurarmos justificar a configuração dada à tabela acima, passamos a discutir o conceito de camponês, ou roceiro. Para tanto, elencamos alguns autores, estudiosos da zona da Mata e das regiões circunvizinhas, os quais definiram a pequena e a média propriedade, a partir do número de trabalhadores existentes nessas unidades produtivas e da área ocupada por tais propriedades.

Rômulo Garcia de Andrade foi um dos primeiros a definir o tamanho das propriedades na zona da Mata. Em trabalho dedicado à escravidão, o autor investiga a organização familiar da população escrava e, no decorrer da análise, compara os plantéis existentes nas cidades de Juiz de Fora e Muriaé. O método comparativo exigiu do autor estabelecer alguns parâmetros para as propriedades nas suas próprias localidades, para que, posteriormente, pudessem ser confrontadas. Dois desses parâmetros referem-se à extensão das propriedades e ao número de cativos.

Segundo Andrade, em Juiz de Fora, o conceito de fazenda estava associado à produção e à área ocupada, as quais não eram, em sua maioria, inferiores a 200 alqueires. Em Muriaé, esse conceito apresentou-se mais maleável, ficando a média em 100 alqueires, mas eventualmente alguns estabelecimentos agrícolas com até 50 alqueires eram vistos como fazendas. Os sítios, por sua vez, possuíam áreas de até 100 alqueires, diferenciando, portanto, das fazendas devido às “unidades produtivas instaladas”. Já as partes de terras correspondem a uma porção de terras com tamanho menor que 50 alqueires e foram “adquiridas por herança ou compra de herança”.

Andrade elenca ainda outras classificações como “sorte” ou “porção de terras” e “situação de terras”, sendo essas propriedades de tamanho inferior a uma fazenda, não ultrapassando 50 alqueires.

A posse foi outro tipo de propriedade citada. Para o autor, esse tipo de propriedade não se definiu em nenhum dos documentos pesquisados em Muriaé e, raramente, apareceu na documentação de Juiz de Fora. Todavia, constituiu-se como a única forma de acesso à terra encontrada pelos diversos colonos pobres e sem condições de ultrapassar a burocracia do Estado. A posse consistiu-se num contraponto às Sesmarias. Assim, entre 1822 e 1850, ao legalizarem as suas terras, os colonos

difícilmente se declaravam “possuidor[es] de uma posse; e, sim, de fazendas, sítios ou outra instalação rural adquiridas por posse”.¹⁰⁸

Em sua tese, *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora 1889/1930*, Anderson Pires critica a historiografia tradicional, por esta considerar a evolução socioeconômica da zona da Mata sul uma continuação do núcleo agroexportador fluminense ou “extensão produtiva”. Neste sentido, o autor afirma, apoiado nos registros paróquias de terra, de 1855/56, que a produção da economia agroexportadora, em nível local e regional, se caracteriza “por um regime fundiário marcado pela concentração da distribuição da propriedade, com o domínio visível daquelas consideradas grandes propriedades”.¹⁰⁹

Pires, ao afirmar existir um predomínio da grande propriedade na cidade de Juiz de Fora, sub-região sul, em meados do séc. XIX, não nega a existência das pequenas unidades produtivas e de uma hierarquização dessas propriedades. Para ele, as propriedades nessa região podem ser classificadas pelo tamanho e divididas em três categorias, sendo uma primeira correspondendo até 100 hectares; uma segunda acima de 100ha e uma terceira acima de 200ha. Para tanto, Pires compara as unidades cafeeiras na zona da Mata, compreendidas entre os municípios de Além Paraíba, Carangola, Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Mar de Espanha e Muriaé, aos centros produtores do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Noutro momento, ao comentar os elementos característicos da cafeicultura, cita o uso extensivo do solo como característica principal do sistema. Tal processo promoveu a ocupação de novas áreas destinadas ao plantio dos novos cafezais, o que, por sua vez, significou o abandono do solo esgotado, posteriormente ocupado pelo gado e pela produção de gêneros. Segundo Pires, “o movimento de expansão de fronteiras deu a região um ciclo produtivo diverso [...], o que permitiu uma dinâmica geral da produção agroexportadora da zona da Mata”.¹¹⁰

Mesmo estudando a sub-região sul, o trabalho do referido estudioso nos permite observar a presença de pequenas e médias propriedades naquela região e compará-las àquelas existentes na região central. Dessa forma, suas considerações ampliam a caracterização das três sub-regiões da Mata, apresentadas inicialmente por Carrara e

¹⁰⁸ ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove**. São Paulo, Ed. USP, 1995. p. 33-35.

¹⁰⁹ PIRES, **Café, finanças e indústria: Juiz de Fora 1889/1930**. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 14.

¹¹⁰ Idem, *Ibid.*, p. 49-51.

Andrade e corroboram com a concepção defendida por Fragoso de ser a economia colonial mineira, no início do séc. XIX, formada por “complexos agropecuários”.¹¹¹

Por uma opção metodológica, Anderson Pires privilegiou as grandes propriedades do complexo cafeeiro na região sul da zona da Mata. Diferente da análise desse autor, o estudo realizado por Sônia Souza investigou a produção de gêneros, na região central da zona da Mata, dando enfoque à pequena propriedade produtora. Segundo a autora, a região pode ser definida como área marcada economicamente pela economia agroexportadora. Tal discussão serviu de contraponto ao trabalho de Anderson Pires, por nos apresentar os primeiros apontamentos organizados sobre a produção de açúcar nas unidades da região sul da zona da Mata. Guardadas as particularidades, vale dizer, esses trabalhos mais se completam que se contrapõem.

Sônia Souza, ao definir seu objeto de estudo e quais unidades produtivas poderiam ser qualificadas como pequena propriedade, nos esclarece que:

O primeiro passo do nosso trabalho foi a definição de nosso objeto de estudo, ou seja, quem poderia ser classificado como um pequeno proprietário, e, num sentido mais estrito, como um camponês. O critério utilizado foi o da força de trabalho, mais precisamente o da posse de escravos, e o acesso à terra. Sendo assim, consideramos como tais aqueles que possuíam no máximo 5 escravos e algum vínculo com o meio rural, mesmo que não possuísse terra legalmente. Este vínculo se expressa na presença de benfeitorias, culturas e animais. [...] Os que possuíam um maior número de escravos, mesmo não se descuidando deste tipo de cultivo [alimentos], já começavam a se envolver mais na produção cafeeira.¹¹²

Segundo a autora, os homens pobres, intitulos roceiros, dedicaram-se menos a produzir excedentes para uma economia agroexportadora. Neste tipo de atividade, o produto era comercializado em grande escala. Porém, tais proprietários não deixavam de produzir e buscar o lucro e apesar de não venderem toda a sua produção, estocava-a para a manutenção da unidade. A autora chama a atenção ainda para a organização da força de trabalho na propriedade, a qual era sempre composta pelo núcleo familiar e completada pela mão-de-obra cativa ou livre. Essa composição de unidade produtiva, identificada pela autora na sub-região sul, aproxima-se muito daquela encontrada por nós na freguesia de São João Batista do Presídio, em se tratando daqueles roceiros que

¹¹¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹¹²SOUZA, **Além dos cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do séc. XIX. p. 85-86.

compõem um dos grupos de produtores de açúcar e aguardente da região, em 1821. Esses roceiros, foram definidos na Tabela 2 como proprietários de unidades que têm como força de trabalho entre 1 e 9 indivíduos.

Os trabalhos de Sônia Souza e Anderson Pires estudam períodos que compreendem à segunda metade do século XIX e início do XX, na região sul da zona da Mata. Para tanto, não desconsideramos as diferenças intrarregionais, citadas por Ângelo Carrara, o qual afirma não serem estas semelhantes em tamanho de propriedade, número de proprietários e no tamanho de sua população escrava. Sobre o tamanho das propriedades, nas sub-regiões sul e central, Carrara escreve que a zona da Mata sul, compreendida pelos municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina, possuíam, juntas, no ano de 1855, um total de 497 proprietários, enquanto na sub-região central esse número era de 3.191. E em 1870, a população cativa de Juiz de Fora era de 47,5% e Mar de Espanha, 42,6%. Já na sub-região central da zona da Mata – constituída pelos municípios de Ubá, Guiricema, Paula Cândido, Miráí, Guidoal e Visconde do Rio Branco – a população escrava chegava apenas a 22,27%.¹¹³

A partir desses dados, podemos afirmar que a estrutura fundiária na sub-região central se difere, e muito, da sub-região sul quanto ao retalhamento da área ocupada por fazendas e sítios e a mão-de-obra escrava não foi predominante.

Sobre a extensão das propriedades e as transformações fundiárias ocorridas no Município de Visconde do Rio Branco, antiga freguesia de São João Batista do Presídio, entre os anos de 1856 e 1907, Ângelo Carrara escreveu que:

Visconde do Rio Branco, antigo distrito de Ubá, experimentou situação distinta. Desde 1881 emancipado de Ubá, sempre teve parcelamento maior da propriedade fundiária. O registro paroquial de 1856 assinalou 553 proprietários numa área menor que a de Ubá. Afinal, era originalmente aldeamento indígena numeroso. De um lado, isto conferia maior força à economia de subsistência, e impedia o surgimento de grandes proprietários rurais. Mas a situação mudou a partir de 1885, ano em que foi montado o Engenho Central Rio Branco, usina de produção de açúcar, e que em 1907 passou às mãos da Societé Sucrière Rio Branco. Carlos Prates registrou que em 1905, 500 ha já pertenciam à empresa.¹¹⁴

¹¹³ CARRARA, A *Zona da Mata Mineira*: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909). p. 32-33.

¹¹⁴ Idem. *Ibid.*, p. 40.

Esse debate, que envolve a discussão de tamanho das propriedades, também foi realizado por Francisco Eduardo de Andrade, em seu livro *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. O autor, nesse estudo, busca compreender a relação entre a extração de minerais preciosos e as atividades agrícolas em Minas Gerais. Para tanto, discorda da historiografia tradicional no que se refere ao processo de transição da economia extrativista para a agroexportadora, como substituição de uma atividade pela outra, no final do século XVIII e início do XIX.

Assim, sugere outras abordagens mais complexas, como as de articulação e acomodação. Logo, Andrade definiu como objeto de estudo algumas localidades que tinham a cidade de Mariana como centro político, administrativo e religioso. Tais localidades compreendiam as freguesias de São Caetano, Furquim, Catas Altas do Mato Dentro e as povoações de Antonio Pereira e Nossa Senhora dos Remédios. Já o conceito de camponês, ou roceiro, é apresentado pelo autor da forma seguinte:

Os roceiros eram geralmente pequenos e médios proprietários de escravos, ou, ainda, não-proprietários de escravos. Eram, portanto, chefes de grupos domésticos e donos de unidades produtivas em que os membros do núcleo familiar exerciam as principais funções mantenedoras do grupo. O roceiro, a esposa e filhos engajavam-se no processo produtivo doméstico, podendo incorporar, ou não, escravos ao grupo de trabalho. [...] A denominação de roceiro, de acordo com o dicionário *Moraes* (edição de 1823), aplicava-se àquele “que faz, e planta roçados, comumente de mandioca e legumes”. Era uma ocupação, portanto, própria daqueles que se dedicavam especialmente à lavoura de gêneros alimentícios de subsistência. [...] As unidades produtivas que contam com mais de 10 escravos formam, por sua vez, outro grupo cujas condições de produção mostraram ser diferentes daquelas encontradas nas unidades de roceiros. [...] Os proprietários dessas unidades agrícolas fortemente escravistas serão chamados de fazendeiros. [...] “Fazenda [significa] no Brasil terras de lavoura, ou de gado: uma fazenda de canas”. Aqui se sugere que é uma propriedade agrícola de maior potencial produtivo e econômico. Se, se entender o fazendeiro como dono de fazenda, a ocupação toma um significado elucidativo das características da produção de um escravista com posses mais expressivas.¹¹⁵

Ressaltamos que o presente estudo não se difere dos demais quanto à definição utilizada para classificar propriedades fundiárias, a partir do tamanho de seus plantéis. Todavia, se torna mais abrangente por avaliar a diversificação dessas unidades, a partir

¹¹⁵ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. – Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p. 209-210.

do número de agregados, benfeitorias e ferramentas utilizadas na lavoura. Logo, aproxima-se das definições de unidade produtiva feitas por Souza e Pires. Vale lembrar que, para este último, a mecanização do processo de beneficiamento do café significou uma garantia de reprodução do sistema. Dessa forma, demonstra a capacidade de capitalização dessas unidades, o que, por sua vez, indica também a capacidade destas de promoverem uma inversão econômica.

Porém, é o conceito, apresentado por Francisco Eduardo de Andrade, que nos permitiu classificar de maneira mais precisa as unidades existentes no Presídio, relacionando diversos fatores como o plantel de cativos, o número de agregados e de suas benfeitorias. Esclarecemos que a Tabela 2 foi composta a partir das diversidades apontadas pelo mesmo autor.

Na referida tabela, observamos, inicialmente, que 28 donos de engenhos, ou roceiros, possuíam, juntos, 10 alambiques e 30 taxas de rapadura. Esse número nos possibilitou identificar uma proximidade entre tais grupos, em termos de capacidade de investimento e de tecnologia, pois, apesar de possuírem 61,2% das taxas da região, tinham uma baixa capacidade produtiva, caso os relacionemos ao maquinismo instalado ao número de propriedades. Lembramos ainda que a produtividade também deve considerar o tamanho dos canaviais e, conseqüentemente, o tempo de duração da safra.

Além do maquinismo, devemos entender que, nesses engenhos, por uma necessidade de funcionamento das moendas, existiu, no mínimo, um animal de tração, ou seja, um boi. Teremos, assim, um mínimo de 32 cabeças de gado nessas unidades entendidas como unidades de roceiros.

No grupo dos fazendeiros, o número de taxas é menor, somente 19, no total, o que equivale a 38,7%. Desse número, 5 unidades possuem 1 alambique e mais de uma taxa para fabricar rapadura. Tal condição significou, portanto, uma diferenciação na referida categoria devido à capacidade instalada. Todavia, devemos considerar que a quantidade de taxas e alambiques não determina o tamanho da produção. Estes números apenas nos permitem entender a capacidade instalada nas unidades e na região.

A propriedade do Capitão João da Fonseca Faria, exemplifica bem o que dissemos anteriormente. Localizada na Conceição, essa unidade tinha um plantel de 12 cativos e um trabalhador livre. Possuía ainda um “Engenho coberto de telhas, [como força motriz fazia uso] de bois; [possuindo] três taxas, um alambique, um alqueire de

planta de cana pronta para moer no presente ano”.¹¹⁶ Como podemos ver essa propriedade não se dedicava somente ao mercado local. Se associarmos a mão-de-obra ao fator produção, veremos que essa unidade ultrapassa o conceito de pequena propriedade, apresentado por Sônia Souza e Francisco Andrade, para os quais o número de cativos, utilizados para conceituarmos as unidades produtivas, não ultrapassava, para o primeiro, o limite de 5 cativos, e, para o segundo, o de 10 cativos.¹¹⁷

Na tabela 2, podemos observar uma quantidade maior de taxas instaladas no grupo dos fazendeiros, o que demonstrou um investimento maior por parte deste, mas não os diferiu dos roceiros quanto à organização da produção. Dessa forma, ao verificarmos os recursos tecnológicos nesses grupos, percebemos que a diferença entre um grupo e outro era o valor do investimento feito na unidade produtiva, ou seja, na quantidade de terras, benfeitorias e escravos adquiridos.

A partir da discussão acima, e tendo os recursos tecnológicos como parâmetro, equacionamos a força motriz que tracionava as moendas nos engenhos do Presídio ao número de taxas e alambiques existentes.

Dessa forma, verificamos que apenas dois dos engenhos não eram movidos por animais, mas por força hidráulica: a roda d'água. Isso nos mostra que, em agosto de 1822, 95% dos engenhos da região tinham a mesma tecnologia. Esses dois engenhos possuíam uma tecnologia mais avançada, a qual, certamente, dispendiou mais recursos para ser instalada numa região periférica e de ocupação tardia. Região esta que se dedicou ao cultivo de um produto proibido, até então, pela Metrópole em Minas Gerais. A instalação mostra, assim, a capacidade de financiamento dos fazendeiros da região do Presídio e a dificuldade de fiscalização por parte do Estado.

Na referida tabela, podemos observar ainda o tamanho do plantel de cativos para os dois grupos de senhores de engenho. No grupo dos roceiros, ao somarmos os pequenos plantéis, encontramos um total de 90 cativos, o que corresponde a 37,5% do número de escravos listados nos 40 engenhos e apresentados no relatório de 1821. Esse percentual era relativamente menor, se comparado ao total de cativos existente nas fazendas, ou pertencente ao grupo dos fazendeiros, ou seja, 150 cativos correspondendo a 62,5% desses.

¹¹⁶ Relatório do vigário Marcelino Rodrigues Ferreira em 27/08/1822. In.: **Uma Fronteira da Capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p. 103.

¹¹⁷ SOUZA, Op. Cit. p. 118.

Esses números podem ser comparados aos percentuais encontrados por Carrara para as sub-regiões sul, central e à freguesia do Presídio. Para o autor, o percentual de cativos nos municípios de Juiz de Fora e Mar de Espanha, na região sul, em 1870, foi de 47,5% e 42,6%, respectivamente. Para a sub-região central, identificamos um crescimento da população cativa, nos anos de 1819, 1854 e 1872, em 18%, 20% e 22,27%. Empregando os dados do recenseamento de 1825, encontramos o índice 14,2% para os cativos existentes na freguesia do Presídio. A partir desse índice, podemos afirmar que existiu, em 1821, uma concentração de cativos nos engenhos da freguesia do Presídio, os quais se diferem daqueles apontados por Carrara para a região central da zona da Mata. Francisco Andrade, ao classificar e nomear os proprietários das unidades produtivas próximas à cidade de Mariana, afirma que tais proprietários possuíam mais de 10 cativos, definindo-se, assim, como “proprietários [...] agrícolas fortemente escravistas [...] chamados de fazendeiros”.¹¹⁸

A montagem das tabelas 1 e 2 e a correlação dos dados nos permitiram identificar, mesmo de maneira incipiente, a montagem de um centro produtor de açúcar na freguesia do Presídio, nas primeiras décadas dos novecentos. Freguesia esta dividida em pequenas e médias propriedades. A caracterização dos engenhos relacionados na freguesia pelo vigário Marcelino pode ser entendida a partir de sua capacidade instalada nas unidades, da tecnologia empregada no fabrico do açúcar e da aguardente e ainda pelo total de cativos nessas unidades. Mas, além disso, nos permite entender a formação e o desenvolvimento socioeconômico da freguesia e, quiçá, da sub-região central da zona da Mata, na primeira metade do século XIX.

No quadro nº 1, editamos os dados dos plantéis de cativos, encontrados nos dois estudos e publicados por Carrara sobre a região central da zona da Mata, para os anos de 1819 e 1821. O quadro foi composto pelo número de cativos encontrado nas unidades produtivas e disposto em categorias, considerando o tamanho do plantel, o número de senhores de engenho e proprietários rurais, agrupados, assim, por ano e por posse de escravos. Através desses dados, buscamos identificar a concentração de cativos nas unidades produtivas da referida freguesia.

Desse modo, tentamos comparar a estrutura fundiária existente, tanto nas unidades produtoras de gêneros quanto naquelas dedicadas à cultura da cana-de-açúcar. Para tanto, vejamos o quadro:

¹¹⁸ ANDRADE, Op. cit. p. 210.

Quadro 1 - Estudo comparativo entre o plantel de cativos das unidades produtivas de gêneros e daquelas produtoras de açúcar e aguardente na região central da zona da Mata mineira, nos anos de 1819 e 1821.

	Número de cativos agrupados de acordo com sua distribuição nas unidades produtivas na sub-região central da zona da Mata					
	A	B	C	D	E	F
Tamanho do Plantel das unidades produtivas nas Freguesias de Ubá e Presídio	1	2 a 5	6 a 9	10 a 19	20 a 40	Mais de 41
Total de Proprietários Rurais em Ubá/Presídio agrupados pelo número de cativos nas unidades em 1819	24	19	6	7	2	–
Total de Senhores de Engenhos no Presídio agrupados pelo número de cativos nas unidades em 1821	2*	12	7	9	1	–

* No relatório de 1821, do vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, duas unidades produtivas possuíam um escravo cada uma. Outras sete não apresentaram a posse de cativos, somente confirmaram a presença de mão-de-obra livre e um único senhor não preencheu os dados referentes ao número de trabalhadores cativos ou livres, existentes em sua propriedade. Todavia, para o ano de 1819, seguimos apenas as classificações estabelecidas por Carrara para os distritos de Presídio e Ubá. Os cativos, existentes no relatório de 1821, foram reagrupados a partir da tabela 2 para atender as categorias usadas por Carrara ao analisar a estrutura fundiária, no ano de 1819.

Fonte: Quadro 1 - Construído a partir dos dados contidos no Relatório do vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, apresentado em 27/08/1822. In.: **Uma fronteira da Capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p 73, 77, 100, 108, 109, 110 e 111. E dos dados extraídos da dissertação do autor, intitulada: **A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)**. Niterói, 1993. Dissertação de Mestrado. UFF. p. 29.

A partir do quadro acima, observamos as diferenças existentes, na coluna A, entre o número de produtores de gêneros e aqueles dedicados ao cultivo da cana. Agrupados na mesma categoria, devido ao tamanho de seus plantéis, os dois grupos que se diferem pela quantidade de unidades produtivas, sendo 24 unidades para os primeiros e apenas 2, para os segundos. Conforme o quadro, as pequenas propriedades, que possuíam apenas 1 escravo, estavam inclinadas à produção de gêneros, respondendo por 91,67%. Já os produtores de rapadura correspondiam a apenas 8,33%.

Ao compararmos o percentual de proprietários de engenhos e produtores de gêneros por categoria, ou plantel, procuramos entender a composição das unidades na freguesia do Presídio, nesse pequeno intervalo de dois anos. Percebemos ainda que o número de proprietários rurais, ou roceiros, dedicados ao cultivo de gêneros, diminuiu à proporção que aumentou a posse de cativos por proprietários, nas demais categorias do quadro. Ou seja, quanto menor a unidade produtiva, ínfimas as chances desta se dedicar ao cultivo da cana-de-açúcar. Vale notar que muitos dos produtores de rapadura e aguardente no Presídio ultrapassavam a caracterização atribuída ao conceito de camponês, ou roceiro, devido ao número de escravos e benfeitorias realizadas nessas fazendas.

Ao investigar as formas de produção e acumulação, existentes na região Sudeste, Fragoso procurou mostrar que, nas províncias dessa região, havia tanto áreas dedicadas à monocultura agroexportadora quanto àquelas ligadas ao abastecimento do mercado interno. A respeito dessa última, o modelo se difere do escravista agroexportador. Com relação à população escrava dessas unidades produtoras, agroexportadora e produtora de gêneros, no Estado do Rio de Janeiro, o autor afirma que existiu uma concentração de cativos nessas duas unidades. Esse percentual, nas regiões produtoras de gêneros para o mercado interno, era de 40%, enquanto nas regiões onde prevalecia a economia agroexportadora, destinadas à monocultura da cana-de-açúcar, como a região de Campos dos Goytacazes, o índice de escravos alcançava 59% da população total de escravos. Segundo Fragoso, o estudo permitiu mostrar que o trabalho escravo não pode ser relacionado somente à *plantation*. Tal concepção corrobora, por sua vez, com os dados iniciais, apresentados por nós, relativos às primeiras décadas do séc. XIX, na freguesia do Presídio.

Em sua pesquisa, Fragoso investigou 104 inventários *post-mortem* da cidade do Rio de Janeiro, depositados no Arquivo Nacional, tendo como recorte temporal os anos de 1790 e 1830. Esses documentos permitiram a confecção de várias tabelas destinadas ao estudo comparativo das unidades agroexportadoras e não exportadoras.¹¹⁹ Ao relacionarmos os dados, os resultados obtidos autorizam o autor a afirmar “que os plantéis com mais de 20 escravos concentram a maior parte, em geral mais de 50% dos cativos presentes na amostragem”.¹²⁰ Nas palavras de Fragoso, esses escravos podem ser encontrados com mais facilidade nas empresas envolvidas com a exportação. Essas unidades correspondem a 70% das propriedades estudadas e, em 1820, possuíam mais de 20 cativos cada uma. Em contrapartida, explica que, nos demais inventários, as unidades de produção, voltadas para o mercado interno, tinham menos de 5 cativos nos seus plantéis. Assim,

¹¹⁹ João Fragoso, na tabela 4.4, apresenta a “Distribuição (%) dos proprietários e dos escravos no meio rural fluminense, de acordo com as faixas de tamanho de plantéis entre 1790 e 1830. Ao recortarmos a tabela e utilizarmos a faixa que compreende aos anos de 1820 a 1825, encontramos cinco classificações de acordo com o tamanho dos plantéis. Assim, na coluna 1, com o número de cativos variando entre 1 e 4, encontramos 10% dos produtores com apenas 1 escravo; na coluna 2, com o número de cativos variando entre 5 e 9, encontramos 17% dos produtores com 4 cativos; na coluna 3, com número de cativos entre 10 e 19, encontramos 21% dos produtores com 8 cativos; na coluna 4, com número de cativos entre 20 e 49, encontramos 21% dos produtores com 17 cativos; na coluna 5, com número de cativos entre 50 e 151, encontramos 31% dos produtores com 70 cativos.

¹²⁰ Idem. Ibid., p. 121-122.

Tudo isso que dissemos, entretanto, não significa que os plantéis com mais de 20 escravos [...] seja um privilégio das unidades ligadas ao mercado internacional. Isto é, nas empresas voltadas para o mercado interno podemos encontrar tais plantéis. [...] parece-nos que, na atividade agrícola vinculada ao mercado interno, ao lado da pequena unidade escravista (com menos de cinco escravos, onde o que ocorre é a complementação do trabalho familiar livre pelo braço cativo), existem a de maior dimensão, com mais de 10 e até mesmo 20 cativos. Isso significar dizer que este setor mercantil do agro fluminense não era composto apenas pela pequena produção de caráter familiar; ao lado dela, há empresas de fato escravistas, onde o predomínio do trabalho escravo sobre o familiar nos indica a capacidade de acumulação de tal setor.¹²¹

A partir do exposto, observamos que as unidades produtivas, no Rio de Janeiro, podem ser divididas em três ou mais categorias distintas, a partir do plantel de cativos nessas unidades. Dessa forma, temos uma primeira categoria, na qual o número de escravos varia entre 1 e 5; uma segunda, entre 10 e 20; uma terceira, com mais de 20 cativos. Num exercício metodológico, utilizamos essas categorias para interpretar os números apresentados por Carrara para a freguesia do Presídio, em 1819/21, Quadro 1. Para tanto, redesenhamos o referido quadro:

Quadro 2 - Estudo comparativo entre o plantel de cativos das unidades produtivas de gêneros e daquelas produtoras de açúcar e aguardente na região da zona da Mata central, nos anos de 1819 e 1821.

	Número de cativos agrupados de acordo com sua distribuição nas unidades produtivas na sub-região central da zona da Mata				
	A/B	C	D	E	F
Tamanho do Plantel das unidades produtivas nas Freguesias de Ubá e Presídio	1 a 5	6 a 9	10 a 19	20 a 40	Mais de 41
Total de Proprietários Rurais em Ubá/Presídio agrupados pelo número de cativos nas unidades em 1819	43	6	7	2	–
Total de Senhores/Engenhos no Presídio, agrupados pelo número de cativos nas unidades em 1821.	14	7	9	1	–

Fonte: Quadro 2 construído a partir dos dados contidos no Relatório do vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, apresentado em 27/08/1822. In.: **Uma fronteira da Capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p 73, 77, 100, 108, 109, 110 e 111. E dos dados extraídos da dissertação de mestrado do dito autor, intitulada: **A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)**. Niterói, 1993. Dissertação de Mestrado. UFF. p. 29.

No quadro acima, percebemos que a coluna A/B reúne um grande número de produtores, dos quais 43, ou 74,13%, cultivavam gêneros, e 14, ou 45,16%, se dedicavam à cultura da cana-de-açúcar. Na coluna C, encontramos 6 produtores de gêneros, ou 10,34%, e 7 produtores de derivados da cana-de-açúcar, ou 22,58%. Nas unidades que possuíam entre 10 e 19 escravos, os produtores de gêneros eram 7, ou

¹²¹ Idem. Ibid., p. 122.

12,06% do grupo, enquanto os de cana eram formados por 9 produtores ou 29,03%. Nas unidades com plantel acima de 20 cativos, encontramos 3 produtores: um de rapadura e aguardente e dois outros de gêneros, os quais correspondem a 3,22% e 3,44%, respectivamente.

Ao agruparmos esses números, aproximando as colunas A/B e C e as colunas D, E e F, percebemos o quanto as unidades existentes na freguesia do Presídio, na região central da zona da Mata, destoam dos números apresentados por Fragoso para a região abastecedora de gêneros no Rio de Janeiro, no final do séc. XIX e início do XX.

Assim, ao somarmos os percentuais das colunas A/B e C, observamos uma concentração dos produtores de gêneros estipulada em 84,47%, e dos produtores de cana, 67,74%, na freguesia do Presídio. Fragoso, por sua vez, encontrou 48% de pequenas propriedades com até 20 cativos para os distritos produtores de mantimentos, como Cabo Frio e Inhomirim, na Província do Rio de Janeiro. Esses números, ao serem comparados com o percentual de 30% das fazendas com plantel abaixo de 20 cativos, encontrado por Fragoso para a província do Rio de Janeiro; nos permitem afirmar que a capacidade de acumulação de riqueza na região do Presídio era bem menor do que aquelas encontradas na economia fluminense.

Ao somarmos os índices das categorias D e E, do quadro 2, verificamos que o número de produtores de gêneros, num total de 9, se equipara ao número de 10 roceiros da freguesia, grupo dedicado ao cultivo da cana. Porém, ao compararmos os percentuais dos produtores de mantimentos aos dos produtores de cana-de-açúcar, com as pequenas unidades produtoras de rapadura e aguardente, encontramos para aqueles um percentual de 15,5%, e para estes, 32,25%. Esses números não se aproximam do percentual identificado por João Fragoso para o Rio de Janeiro: 52% para aquelas com mais de 20 escravos. Tais números nos mostram que a região consistiu numa área de fronteira aberta, a qual esteve em fase de ocupação e crescimento econômico.

Assim, as formas de acumulação ainda são substanciais, pois mais de 65% das propriedades existentes na freguesia de São João Batista do Presídio se dedicavam à produção de gêneros. Todavia, podemos ver a formação de um centro produtor de açúcar e aguardente e o florescimento do comércio na microrregião da referida freguesia. A freguesia do Presídio estava às margens do caminho que interligava a região de Campos dos Goitacases à região mineradora e ao norte da Província de Minas Gerais. Em 1821, o Presídio contava com 28 negociantes, cujo comércio se estabelecia nos fogos da freguesia. Dessa forma, transcrevemos:

Tabela 3- População na Freguesia de S. João Batista do Presídio em 1825.

	Fogos Habitados		Fogos Devolutos		Total de Fogos	Total de Homens	Total de Mulheres	Escravos		População Total
	No Arraial	Fora do Arraial	No Arraial	Fora do Arraial				Homens	Mulheres	
Freguesia de São João Batista do Presídio	102	395	9	6	512	2073	2016	589	458	4089
Capela de São Januário de Ubá	14	120	6	2	142	746	658	238	178	1404
Subtotal	116	515	15	8	654	2819	2674	827	636	5493
Total	Fogos Habitados 631		Fogos Devolutos 23		654	Total da População na Freguesia 5493		Total da População Escrava 1463 (26,63% de Média)		5493

Fonte: Tabela 3 - Construída a partir do Recenseamento de 1825 e das informações populacionais, apresentadas em anexo pelo Vigário Marcelino nos Mapas Populacionais, de 1825, referentes à Freguesia de São João Batista do Presídio e Capela de São Januário de Ubá. In.: **Uma Fronteira da Capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p 11 a 100, 108-121.

Os dados acima nos permitem entender o desenvolvimento populacional na zona da Mata. Para tanto, relacionamos esses dados àqueles apresentados por Ângelo Carrara para o município do Rio Pomba, em 1831, do qual faziam parte a freguesia de São João Batista do Presídio e a Capela de São Januário de Ubá.

Carrara, ao dialogar com Douglas Libby sobre o percentual de escravos na região central da Mata, alega que o citado autor não diferiu, na montagem de seus “quadros” estatísticos, o número de cativos existentes nos municípios de economia agroexportadora, daqueles subjugados à produção de gêneros. O percentual de cativos apresentado por Carrara para o município de Rio Pomba, em 1831, foi de 38,35% para uma população de 15.392 habitantes. Se compararmos a tabela 3 aos dados de 1831, a freguesia do Presídio e a Capela de Ubá representavam, em 1825, 35,68% da população do município, cuja média de cativos era de 26,63%. Percentual este bem abaixo da média para 1831.

O autor ainda justifica, citando Douglas Libby, que o percentual baixo de cativos representava um maior engajamento da região e, conseqüentemente, de suas freguesias na economia mercantil de subsistência. Os dados apresentados, até então, nos permitem reavaliar o desenvolvimento da região do Presídio e tentar relacioná-la a uma economia mercantil mais dinâmica.

Tabela 4 - Profissões declaradas na Freguesia de São João Batista do Presídio – 1825

Ocupação	Freguesia de São João Batista do Presídio		Total na Freguesia	Aplicação de São Januário de Ubá		Total na Aplicação	Total
	No Arraial	Fora do Arraial		No Arraial	Fora do Arraial		
Agricultor	28	382	410	1	114	115	525
Alfaiate	3	3	6	-	-	-	6
Barbeiro	1	-	1	-	-	-	1
Camarada	1	-	1	-	-	-	1
Carpinteiro	10	2	12	-	1	1	13
Cirurgião	1	-	1	-	-	-	1
Coadjutor	1	-	1	-	-	-	1
Estudante	5	-	5	-	-	-	5
Feitor	-	-	-	-	1	1	1
Ferreiro	4	-	4	-	-	-	4
Fiandeira	4	-	4	-	-	-	4
Jornaleiro	4	2	6	4	1	5	11
Latoeiro	1	1	2	-	-	-	2
Negociante	23	5	28	3	-	3	31
Paneleira	1	-	1	-	-	-	1
Sapateiro	5	-	5	2	-	2	7
Tropeiro	-	-	-	-	2	2	2
Vendeiro	2	-	2	-	-	-	2
Vigário	1	-	1	-	-	-	1
Capelão	-	-	-	-	1	1	1
Total	95	395	490	10	120	130	620

Fonte: Tabela 4 - Construída a partir do Recenseamento de 1825 e das informações populacionais, apresentadas em anexo pelo Vigário Marcelino nos Mapas Populacionais de 1825 referentes à Freguesia de São João Batista do Presídio e Capela de São Januário de Ubá. In.: **Uma fronteira da Capitania de Minas Gerais** – A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Org. Ângelo Alves Carrara. Mariana, UFOP, 1999. p. 11-100.

A tabela acima nos possibilita observar, com mais detalhes, a composição da sociedade na freguesia de São João Batista do Presídio e na Aplicação de São Januário de Ubá. Nessa sociedade, nitidamente formada por agricultores, 525 de um total de 620, encontramos ainda outros profissionais, como o grupo de comerciantes, um total de 31 para toda a freguesia e 28, somente, no Presídio. Diferente do trabalho feito por Fragoso, não nos dedicamos a realizar uma investigação mais minuciosa sobre esses comerciantes. Para tanto, precisaríamos localizar os inventários *pos-mortem* desses indivíduos e outros documentos que nos permitissem encontrar registros das casas comerciais, na perspectiva de identificar a acumulação mercantil e os investimentos feitos por esses (ou não) no setor produtivo.

Outras profissões, na referida tabela, nos chamaram a atenção, como, por exemplo, o número de carpinteiros e tropeiros. No primeiro grupo, vemos uma grande quantidade de profissionais, em número de 13, o que pode significar uma demanda em construções novas, como casas, tulhas, seleiros, vendas, pequenas pontes, estrebarias e reformas daquelas já existentes. Tal realidade, de certa forma, poderia ter significado um desenvolvimento rápido da região e das construções.

Já o número de tropeiros se destaca pelas condições inversas, ou seja, o número pequeno de apenas 2 profissionais pode apontar a região como produtora de gêneros e

de um comércio ainda incipiente. Podemos considerar ainda a ação de outros comerciantes e tropeiros atuando na região. Entendemos que os senhores de engenhos compõem um grupo diferenciado, isto é, esses tropeiros poderiam estar relacionados, também, ao transporte do açúcar para os demais centros consumidores da zona da Mata, ou, até mesmo, para regiões mais distantes.

As discussões, promovidas a partir dos dados encontrados para a região, entre 1819, 1825 e 1831, serviram para entender o desenvolvimento da região, no primeiro quartel do séc. XIX, e, de algum modo, ainda como a atividade açucareira permanecera por tanto tempo presente na economia da freguesia de São João Batista do Presídio. É possível questionar também qual a relação desta com o nosso objeto de estudo, ou seja, o contexto que permitiu a construção do Engenho Central Rio Branco, a formação e o desenvolvimento de um centro produtor de açúcar na zona da Mata mineira, no final dos novecentos.

No relatório de 1840, Bernardo Jacinto da Veiga, Presidente da Província de Minas Gerais, fez um balanço das exportações e importações e do imposto arrecadado, no segundo semestre de 1839, pelas diversas recebedorias da província para a Assembleia Legislativa. Sobre a região sul da zona da Mata, informou existirem somente duas barreiras no caminho que ligava Juiz de Fora à província do Rio de Janeiro. Percurso este localizado “na margem direita do Paraybuna, e no Sítio de Francisco Felix”¹²², os quais intermediavam a circulação de mercadorias e pessoas naquela região.

Para mostrar a importância da região sul e das demais recebedorias de Minas, o Secretário de Governo, Herculano Ferreira Penna, cita o mapa nº 4, anexo ao relatório. Todavia, o secretário escreve que o valor arrecadado não alcançou o previsto, devido aos extravios feitos por comerciantes que preferiam transitar por caminhos particulares a pagar os impostos. As duas barreiras no Paraibuna registraram, no referido período, um rendimento de 8:184\$200 contos de réis, respondendo por 24,5% das receitas e ocupando, assim, a segunda posição da província em termos de arrecadação. A primeira posição era, então, ocupada pelas recebedorias, localizadas na região do Presídio, as quais arrecadaram 10:480\$540 contos de réis. Isso demonstra que a região estava ligada a um próspero sistema mercantil, o qual poderia ter incentivado a produção de gêneros e por que não de açúcar. Conforme apontado por Herculano, o produto principal na pauta

¹²² VEIGA, Bernardo Jacinto da. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais**. Ouro Preto, Tipografia do Correio de Minas, 1840.

de exportação da província era o gado vacum, com 21.025 cabeças vendidas – número que proporcionava uma arrecadação de 12:484\$100. Mas, o fato do relatório não separar os produtos por recebedorias, nos impede de realizar uma análise mais precisa dos artigos produzidos na região do Presídio.

Na tabela 5, dentre os gêneros exportados pelas recebedorias mineiras e que utilizavam como unidade de medida a arroba, o queijo era o produto de maior expressão, alcançando 218.654 arrobas ano; seguido pelo café, com 103.251 arrobas, e pelo toucinho, com 80.599,5 arrobas. A rapadura, mediante tal critério, ocupava o 5º lugar e o açúcar, o 7º.

Porém, se levarmos em conta a arrecadação da província de Minas Gerais com a exportação desses produtos, temos o café ocupando o 2º lugar, perdendo espaço somente para o gado vacum, em 1º. O açúcar, nessa perspectiva, ficaria na 13ª posição, e a rapadura, na 18ª. Contudo, os dados sobre derivados de cana são parcos, nos dificultando, assim, caracterizar a produção da região central da zona da Mata.

As estimativas regionais de produção de derivados de cana-de-açúcar, traçadas por Marcelo Godoy para toda a província de Minas Gerais, em 1836, a partir dos dados encontrados no distrito de Calambau, destoam dos números apresentados pelo Governo Provincial. Godoy construiu um dos padrões de comparação ao relacionar a produção ao tamanho das populações locais, tendo, assim, uma *produção per capita*. Nessa perspectiva, a zona da Mata mineira, surgiu como 7ª produtora, ao apresentar 2.424 toneladas de açúcar/rapadura, sendo 595 ton. de açúcar, 1.829 ton. de rapadura e 1.609 mil litros de aguardente. Para tanto, vejamos os dados apresentados pela Secretaria de Governo, em 1840, na tabela 5:

Tabela 5 - Principais gêneros exportados pelas recebedorias da Província de Minas Gerais. Destaque para o valor arrecadado nas recebedorias do Presídio, Pomba, Paraibuna e Mar de Espanha, conforme o Mapa* apresentado pela Mesa das Rendas Provinciais, no segundo semestre de 1839.

Gêneros Exportados	Quantidade exportada	Unidade de medida	Percentual do imposto sobre o produto (%)	Valor do imposto recolhido	Posição na pauta de exportação pelo valor arrecadado
01 – Queijos	218:654	Arrobas	3%	1:311:924	(7)
02 – Café	103:251	:	:	4:646:295	(2)
03 – Toucinho	80:599,5	:	:	3:868:776	(3)
04 – Fumo	55:035	:	:	3:302:100	(4)
05 – Rapaduras	7:282	:	:	8:738,4	(18)
06 - Meias de sola	5:925	Unidades	:	284:304	(10)
07 - Marmelada ordinária	3:039	Arrobas	:	91:170	(14)
08 – Açúcar	2:938	:	:	132:210	(13)
09 – Pano de algodão	493:659	Varas	:	2:369:467,2	(6)
10 – Chicotes	2:492	Unidades	:	7:476	(19)
11 – Algodão em rama	588	Arrobas	:	56:448	(16)
12 – Algodão em caroço	95	:	:	1:360	(21)
13 - Couros de vê[a]do	1:408	Unidades	:	42:2[42]	(17)
14 – Feijão	1:348	Alqueires	6%	80:880	(15)
15 – Galinhas	34:029	Cabeças	:	326:678,4	(9)
16 – Gado vacum	21:025	:	:	12:484:100	(1)
17 – Porcos em pé	10:249	:	:	2:459:760	(5)
18 – Gado lanígero	2:934	:	:	215:568	(11)
19 – Couros de boi	1:903	Unidades	:	182:688	(12)
20 – Gado cavalari	564	Cabeças	:	790:500	(8)
21 – Gado cabrum	108	:	:	6:480	(20)
Principais Recebedorias	Rendimento parcial por recebedoria	Período de arrecadação em 1839		Posição na pauta de exportação	
Presídio	10:480\$540	de Julho a Dezembro		(1)	
Parahybuna	8:184\$200	Idem		(2)	
Picú	5:393\$339	de Julho a Novembro		(3)	
Mar de Espanha	2:746\$736	de Julho a Outubro		(4)	
Rio Preto	2:276\$187	de Julho a Novembro		(5)	
Sapocahi Merim	1:006\$536	Idem		(6)	
Soledade de Itajaba	900\$070	de Agosto a Outubro		(7)	
Porto Novo do Cunha	684\$698	de Julho a Novembro		(8)	
Caldas	433\$678	de Agosto a Novembro		(9)	
Ouro Fino	251\$019	de Julho a Novembro		(10)	

Fonte: Tabela 5 - Criada a partir do Mapa dos gêneros exportados pelas Recebedorias da Província de Minas Gerais, no segundo semestre de 1839. O qual foi apresentado pela Mesa das Rendas Provinciais em cumprimento do Artigo 24, do Regulamento nº 15. Relatório de Presidente de Província, 1840.

*No referido Mapa, as possíveis falhas, na sua composição, foram informadas pela Secretaria de Governo em nota, a qual afirma que “As recebedorias do Escuro, e Santa Barbara não se acham ainda organizadas [?] falta das precisas informações. Da de Morrinhos não vierão os respectivos Balancetes e mapas. As de S[?] Maria e Barra do Rio das Velhas forão suprimidas”. Secretaria de Governo, 14 de janeiro de 1840.

Bernardo Veiga, assim relata o desenvolvimento da economia mineira em 1840:

Sabemos sim em geral que a agricultura floresce [...] que d’ella se colhem valiosos productos, não só para o consumo, mas também para a exportação, como mais facilmente principiámos à conhecer pelos Mappas das recebedorias à pouco estabelecidas nos limites da Província.¹²³

¹²³ VEIGA, Bernardo Jacinto da. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais**. Ouro Preto, Tipografia do Correio de Minas, 1840.

Para o relator, o desenvolvimento da agricultura deveria ser incentivado pela diminuição ou supressão dos impostos, premiações e todas as formas de possíveis na promoção da “prosperidade pública”. Para tanto, informa que distribuía aos produtores mineiros “os poucos exemplares do Manual do Agricultor Brasileiro e do Auxiliador da Indústria Nacional”¹²⁴, os quais foram enviados pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Império. Todavia, Veiga chama a atenção para o interesse de algumas Câmaras Municipais pelos referidos livros e, dentre as câmaras interessadas, encontrava-se já “a da nova Villa do Presídio, que se mostrara empenhada em promover os melhoramentos, de que tanto carece o seu Município.”¹²⁵

O volume das exportações nas recebedorias do Presídio, em 1842 e 1843, indica, mesmo que, de maneira geral, um desenvolvimento da região. O aumento na arrecadação das exportações podem ser observados através das tabelas 6 e 7. Na tabela 6, os números nos mostram que, pelas recebedorias do Presídio, arrecadavam-se 31,47% dos rendimentos da região Sudeste da província mineira, enquanto na de número 7, durante um período de 4 anos, entre abril de 1839 a junho de 1843, a recebedoria do Presídio se tornou responsável por 49,86% dos rendimentos da capitania na referida região. Desse percentual, 32,57% pertenciam ao Paraibuna; 6,49% em exportações a Mar de Espanha, e 10,53%, a passageiros que cruzaram as fronteiras da capitania.

Acreditamos que o êxito da região esteve ligado a uma economia de subsistência bem mais pulsante que aquela apresentada pela historiografia tradicional. Segundo Rômulo Andrade¹²⁶, a origem dos capitais aplicados nas primeiras lavouras de Muriaé se deveu a uma pequena demanda por escravos, por grandes aparelhos de beneficiamento e pelo custo baixo de aquisição das terras. Para o autor, existiu uma antecipação de capitais e de mão-de-obra, realizados pelas lavouras de mantimentos e de cana-de-açúcar na região.

¹²⁴ VEIGA, Op. cit. p. 61.

¹²⁵ Idem, Ibid., p. 61.

¹²⁶ ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove.** São Paulo, Ed. USP, 1995.

Tabela 6 - Rendimentos de Exportação nas Recebedorias, segundo os Balancetes de 1842.

Recebedoria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Parahibuna	1:494\$730	1:333\$728	1:852\$591	2:349\$126	1:993\$737	831\$090	25\$538	659\$814	1:380\$678	1:568\$508	1:905\$998	1:259\$702	16:655\$235
Mar de Espanha	343\$134	521\$934	288\$126	106\$835,2	82\$456	37\$348	24\$780	35\$532	88\$327,2	57\$324	101\$556	77\$604	1:766\$956,4
Barra do Pomba	7\$802,4	7\$036,8	48\$961	28\$377,4	5\$983,2	16\$129,8	7\$702	9\$205	23\$091,6	16\$085,4	3\$180	53\$740	187\$314,6
Presídio*	3:317\$520	2:819\$574	2:840\$181	2:944\$032	2:115\$066	1:830\$765	1:029\$612	2:243\$450	1:454\$510	2:025\$470	1:797\$156	2:883\$234	27:878\$580
Soma	7:973\$719	7:260\$159,2	8:745\$081,2	9:570\$498,2	7:639\$928,2	5:849\$442,6	4:822\$290	7:015\$024	7:460\$631,6	8:303\$612,4	7:452\$289,8	6:495\$120,2	88:587\$796,4

Fonte: Tabela 6 - Construída a partir dos dados apresentados pela Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 16 de março de 1843, no Anexo nº 7, do Relatório da Província de Minas Gerais de 1843, o qual foi apresentado pelo Presidente Bernardo Jacinto da Veiga ao governo imperial, em 23 de março de 1843. Para a referida construção, destacamos os dados referentes às recebedorias existentes na sub-região sul e central da zona da Mata Mineira e suprimimos as demais recebedorias existentes.

*O Município do Presídio, em 23 de março de 1843, abrangia as freguesias do Presídio e seus distritos: Presídio, Senhora do Patrocínio e São Paulo do Muriaé; dos Arrepiados e seus distritos: Arrepiados e São Sebastião dos Aflitos; de São Januário de Ubá e seus distritos: São Januário de Ubá e Meia Pataca; de Santa Rita do Turvo e seus distritos: Santa Rita do Turvo, São José do Barroso e Conceição do Turvo.

Tabela 7 - Balanço das Recebedorias da Província de Minas Gerais até 1843.

Recebedoria	Leis ou ordens que as criaram	Quando começaram a arrecadar	Natureza dos impostos	Rendimento até fim de junho de 1843	Termo médio da renda anual	Despesa anual	Observações
Parahybuna	Lei nº 134 e regulamento nº 13 de 31/04/1839	Em 1 de julho de 1839	Exportação Bestas Novas71:978\$763184\$600	18:039\$691	560\$000	Ordenado do administrador..... 160\$000 Dito do escrivão..... 400\$000
Mar de Espanha	Idem	Idem	Exportação Bestas Novas Passageiros14:342\$42070\$00023:270\$208	9:418\$138	1:405\$200	Ordenado do administrador..... 500\$000 Jornais de Barqueiros..... 905\$200
Barra do Pomba	Idem	Idem	Exportação até fevereiro de 18431:193\$736	298\$434	336\$800	Ordenado do encarregado..... 260\$000 Aluguel de casa a 6\$400 por mês76\$800
Presídio	Idem	Idem	Exportação Bestas Novas110:180\$268490\$000	27:667\$300	2:612\$300	Ordenado do administrador 900\$000 Dito do escrivão 800\$000 Diárias a 3 vigias a 500rs 912\$500

Fonte: A tabela 7 - Criada a partir do Anexo 22, contido no Relatório do Presidente de Província Francisco José de Souza d' Andréa em 1844, o qual apresenta um "Balanço das recebedorias da província, com declaração das épocas em que foram criadas, quanto tem rendido até fim de junho de 1845, termo médio da renda anual e despesas que fazem".

Entre 1825 e 1854, a população do Presídio cresceu, mas sem grandes transformações. Em 1838, a população da freguesia e das demais povoações era de 7.400 habitantes e, em 1847, de 7.000. Esse resultado significava uma diminuição de apenas 5,6% do total. Apesar do período de baixa, a região apresentou um crescimento positivo, durante todo o período, acumulando entre 1825 e 1854 um aumento de 27,43%. De 1825 a 1842, o número de fogos na região cresceu 223,64%. De 681 fogos, na déc. 20, a região chegou, em 1842, a 1.523. Vale lembrar que, em 1846, a vila do Presídio englobava os seguintes distritos e povoações: Presídio, Nossa Senhora do Glória, Senhora do Patrocínio, São Paulo do Muriaé, Arrepiados, São Sebastião dos Aflitos, São Januário de Ubá, Meia Pataca, Santa Rita do Turvo, São José do Barroso e Conceição do Turvo.

O crescimento dos engenhos de cana-de-açúcar na região também merece destaque. Em 1822, eles correspondiam a apenas 40 unidades. Em 1853, o número de unidades produtivas, somente na vila do Presídio, chegou a 112, significando um crescimento de 280%.¹²⁷ Se avançarmos mais alguns anos, em 1892, encontramos um total de 192 engenhos, na cidade de Visconde do Rio Branco (antiga Vila de São João Batista do Presídio), ou seja, um crescimento de 171%. Se avaliarmos todo o período, de 1822 a 1892, encontraremos, para esses 70 anos, um crescimento de 480%.

Buscando, ainda, discorrer sobre a evolução econômica da Vila do Presídio, em meados do séc. XIX, e, conseqüentemente, do desenvolvimento da cana-de-açúcar na referida região, procuramos relacionar os engenhos e as casas de negócio às demais atividades econômicas da região, entre 1844 e 1845. Assim, vejamos a tabela a seguir:

Tabela 8 - Pagamento dos impostos provinciais pelas diferentes coletorias que compõem a sub-região central e sul da zona da Mata Mineira, exercício 1844/1845.

Coletorias	§ 3º 20 e 40U rs sobre os engenhos	§ 4º 8, 6 e 4U rs sobre as casas de negócio	§ 6º Selo de heranças e legados	§8º Ditos Provinciais	§ 13 Dívida ativa Provincial	Total nas Coletorias
Barbacena	140U000	414U000	1:300U925	120U300	U	5:137U302
Pomba	760U000	320U000	227U274	56U980	U	1:480U696
Presídio	530U000	236U000	12U000	19U600	151U375	1:051U775
S. J. Nepomuceno	300U000	394U000	U	25U920	188U500	1:081U120
Total na Província	23:260U000	23:691U000	46:700U366	4:777U690	13:257U180	158:114U987

Fonte: Tabela 8 - Construída a partir dos dados apresentados pela Contadoria das Rendas Provinciais, no quadro destinado a informar o rendimento de cada imposto nas diferentes coletorias existentes na Província de Minas Gerais a partir dos balancetes entregues por estas no exercício de 1844 e 1845. Relatório dos Presidentes de Província – Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 15 de Dezembro de 1845.

¹²⁷ VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais**. Ouro Preto, Tipografia de Soares, 1853.

Na tabela 8, temos os números referentes aos impostos arrecadados nas Coletorias de Barbacena, Pomba, Presídio e São João Nepomuceno, no exercício de 1844/1845. Esses não definem o número de engenhos ou de casas de comércio, somente o imposto recolhido. Na coletoria do Pomba, o imposto arrecadado respondia por 0,93% e na do Presídio por 0,66%, do total de 158:114\$987, referente ao total dos impostos arrecadados na Província. Ao relacionarmos o imposto sobre engenhos ao total arrecadado nas coletorias do Pomba e Presídio veremos que estes correspondem a 51,3% e 50,4%. Porém, esses percentuais se diferem quando esta mesma correlação é utilizada para as coletorias de Barbacena e São João Nepomuceno, no qual o dito imposto responde somente pelos percentuais de 2,7% e 27,8% do imposto arrecadado. Dessa forma, a Tabela 8 permite destacar a importância da produção açucareira, naquele momento, para as cidades do Pomba e Presídio.

Além destes, destacamos os números referentes ao imposto de 6%, cobrado sobre os selos de herança e de legados, que nos mostram a forma de ocupação do território. Isto é, na cidade do Pomba e, principalmente, no Presídio, poucas foram as propriedades constituídas a partir da herança, o que nos permite definir essas localidades como sendo de fronteira, ou seja, quanto menor o imposto mais recente a ocupação. Tal dado confirma, mesmo que, em partes, a discussão de ocupação do solo, apresentada por Rômulo Andrade¹²⁸, para a região central da zona da Mata.

Na tabela 9, destacamos os gêneros exportados pelas principais recebedorias da província nas regiões, central e sul, da zona da Mata mineira. Para tanto, resgatamos os dados apresentados no relatório de presidente de província, de 1846, referentes aos principais produtos, na tentativa de identificarmos os gêneros mais exportados pelas principais cidades da Comarca do Paraibuna.

De acordo com a Tabela 9, o principal produto da pauta de exportação era o café, sendo a recebedoria do Parahybuna a que mais exportava, 189.47[4] @, a de Mar de Espanha representava a segunda maior exportadora com 25.580 @. O café exportado pela recebedoria do Presídio, 80[7] @, correspondia somente a 8,35% do total exportado pela principal recebedoria, a do Parahybuna. Todavia, nos chama atenção a diversidade de produtos exportados pela recebedoria do Presídio, os quais evidenciam o dinamismo dessa região, que por ser de ocupação tardia, demonstrava ser, naquele momento, uma região de fronteira aberta na zona da Mata central. Nessa

¹²⁸ ANDRADE, Op.cit.

perspectiva, destacamos os principais produtos exportados, sendo estes: a produção de couros de veado, com o número de 686 peças; a produção de panos de algodão, com 26.310 varas; a produção de queijos, com 212.560 unidades; a produção de toucinho e carne de porco, com 43.[244] @, ou 648.660 kg; a produção de gado lanífero, com 2.665 unidades; a produção de gado vacuum 28.818 unidades e a produção de porcos em pé, com 10.[876] unidades. Para tanto, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 9 - Gêneros exportados pelas principais recebedorias, das regiões central e sul da zona da Mata, em 1844 e 1845.

Gêneros	Recebedorias				
	Unidade de medida	Parahybuna	Mar de Espanha	Pomba	Presídio
Gêneros Sujeitos a 3%					
Açúcar	@	653	1.168	-	80[7]
Café	@	189.47[4]	25.580	511	15.839
Chicote	Nº	840	-	-	72
Colchas de algodão	Nº	2.503	-	-	100
Couros de veado	Nº	105	-	-	686
Doce de qualquer qualidade	@	21	-	-	135
Farinha de milho	[Alqueire]	118	-	-	2[0]
[Mantas]	@	25	-	[5]	63
Mantas de algodão	Nº	1.0[23]	-	-	110
Mantas de retalho	Nº	17	-	-	1[0]
Marmelada ordinária	@	3.018	-	-	357
Pano de algodão	Varas	1.670.618	-	200	26.310
Panela e vasos de pedra	Carga	1	-	-	35
Paus de cangalha	Nº	40	-	-	5
Queijos	Nº	[54.363]	-	-	212.560
Selas e selins	Nº	11	-	-	6[0]
Meios de sola	Nº	[3]15	-	-	12[8]
Toucinho e carne de porco	@	52.[554]	3.190	1.82[1]	43.[244]
Gêneros Sujeitos a 6%					
Couro de boi	Nº	5.531	-	-	817
Gado cabrum	Nº	33	-	-	38
Gado cavalari	Nº	52	15	-	112
Gado lanífero	Nº	571	20	-	2.665
Gado muar	Nº	[5]	-	-	12
Gado vacuum	Nº	10.962	-	10	28.818
Galinhas	Nº	2[6].866	[?]310	274	9.265
[Milho]	@	3.[41]6	291	-	759
Poaya	@	-	16	-	75
Porcos em pé	Unidade	173	-	-	10.[876]
Totais					
das exportações		27:448\$193,4	1:300\$698,8	130\$110,4	16:687\$439
dos direitos de passagens		\$	2:149\$[76]0	\$	\$
dos direitos de estradas		49:119\$000	4:000\$000	12\$000	10:132\$040

Fonte: Tabela 9 - Construída a partir do Mapa nº 29, apresentado pela Contadoria das Rendas Provinciais para informar o rendimento de cada produto de exportação nas diferentes recebedorias existentes na Província de Minas Gerais, no exercício financeiro de 1844 e 1845. Relatório dos Presidentes de Província – Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 15 de Dezembro de 1845. No supracitado documento, o contador Luiz Fortunato de Souza Carvalho informa que as recebedorias de Uberaba, Formigas, Januária e Barra do Rio das Velhas não enviaram os balancetes para o dito ano financeiro.

Na Tabela 10, confeccionada a partir de dados existentes na tabela 9, destacamos a quantidade de açúcar exportado pelas principais recebedorias da Província de Minas Gerais, dessa forma, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 10 – Açúcar exportado pelas principais recebedorias, das regiões central e sul da zona da Mata, em 1844 e 1845.

	Recebedorias	Total de açúcar exportado		
		em @	em kg	%
1	Rio Preto	1225	18.375	17,28
2	Mar de Espanha	1168	17.520	16,48
3	Picú	1[010]	15.150	14,25
4	Presídio	80[7]	12.105	11,38
5	Sapucaia	726	10.890	10,25
6	Parahybuna	653	9.795	9,21
7	Pomba	-	-	-
8	Porto Novo do Cunha	430,5	6.457,5	6,07
9	Porto Velho do Cunha	281	4.215	3,96
10	Mantiqueira	270	4.050	3,81
11	Zacarias	95	1.425	1,34
12	Flores do Rio Preto	76	1.140	1,07
13	Carijó	[3]1	465	0,43
14	[Solidade do Pinguaba]	27	405	0,38
Total dos Gêneros Exportados		7085,5	106.282,5	95,91%
Total Geral		318\$867,5	-	

Fonte: Tabela 10 - Construída a partir de um recorte do Mapa nº 29 – Mapa apresentado pela Contadoria das Rendas Provinciais para informar o rendimento de cada produto de exportação nas diferentes recebedorias existentes na Província de Minas Gerais - Exercício financeiro de 1844 e 1845. Relatório dos Presidentes de Província – Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 15 de Dezembro de 1845.

Importante: Os itens, Total dos Gêneros e o Total Geral, apresentados na tabela acima correspondem ao somatório do açúcar exportado e dos impostos arrecadados pela Província de Minas Gerais e apresentados no Relatório de Presidente de Província de 1846, sendo estes números entregues pela Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais à Presidência da Província, em 15 de Dezembro de 1845. Assim, estes não correspondem à soma dos dados apresentados na Tabela 10. Sendo estes, recortados do Mapa 29 supracitado. Lembramos que no referido Mapa, duas recebedorias deixaram de ter seus números apresentados devido a uma parte do documento estar inteligível.

Nos dados apresentados acima, tabelas 9 e 10, podemos observar que, em 1844, nas subregiões central e sul da zona da Mata mineira, a recebedoria de Mar de Espanha era a maior exportadora de açúcar, com 1.168 arrobas, ou 16,48% do produto exportado. A recebedoria do Presídio, com 807 arrobas, respondia por 11,38% dessa exportação, sendo a quarta maior exportadora; em sexto lugar a recebedoria do Paraibuna, com 653 arrobas, respondia por 9,21%, do produto exportado. Para além do percentual exportado, procuramos identificar a relação de proporção existente entre a quantidade de açúcar e café exportados nessas recebedorias no referido ano. Para tanto, agrupamos os dados contidos nas tabelas 9 e 10 referentes a esses dois produtos. Assim, a exportação de café, realizada pela recebedoria do Paraibuna, chegou a 189.87[4] arrobas, ou seja, 2.840 ton., enquanto a exportação de açúcar alcançou 653 arrobas,

equivalente a 9,8 ton. Somados, a quantidade de café e açúcar exportados por esta recebedoria correspondem a 2.849,8 toneladas, sendo o açúcar responsável por apenas 0,34% desse total. Na recebedoria de Mar de Espanha, a quantidade de café exportado atingiu 383,7 ton., enquanto a quantidade de açúcar 17,5 ton., somando 401,2 ton. exportadas, sendo o açúcar responsável por 4,36%. Na recebedoria do Presídio, a quantidade de café exportado chegou a 237,585 ton., enquanto a quantidade de açúcar exportado atingiu a marca de 12,105 ton., correspondendo este por 4,8% do total das exportações.

Assim, ao somarmos a quantidade de café e açúcar exportados nas sub-regiões central e sul da zona da Mata mineira, em 1844, encontramos um total de 3.079,7 ton., tendo o café, o maior percentual, com 92,25%, enquanto o açúcar respondia apenas por 7,71% desse total.

Os dados elencados acima nos permitem algumas reflexões sobre a produção e comercialização de derivados de cana-de-açúcar na subregião central da zona da Mata mineira. Inicialmente destacamos a quantidade de açúcar e café exportados pela subregião central, sendo a quantidade de café muito superior a quantidade de açúcar, se compararmos a produção destes gêneros entre as subregiões central e sul a diferença entre estes torna-se ainda mais significativa. Porém, esses dados precisam ser analisados considerando-se os centros produtores e o mercado consumidor de cada um desses gêneros. Nessa perspectiva, o açúcar produzido nessas subregiões da zona da Mata mineira destinavam-se ao abastecimento do mercado interno, sendo o excedente exportado, diferentemente do café produzido nessas subregiões, o qual tinha como destino a exportação.

Diante do exposto, devemos relacionar a produção açucareira na recebedoria do Presídio ao contexto de desenvolvimento da sub-região central da zona da Mata, para qual, as dificuldades de transporte, caracterizado pela precariedade das estradas e do custo elevado deste, somam-se à concorrência existente na produção e comercialização de derivados de cana-de-açúcar na zona da Mata mineira, a qual era feita pelas diversas unidades produtoras existentes nas diversas recebedorias que compõe a referida região. Assim, ao analisarmos a produção açucareira devemos considerar a comercialização e o consumo, mas não devemos deixar de evidenciar a quantidade de engenhos existentes em cada região. Lembramos que as evidências documentais sobre o consumo de gêneros básicos de abastecimento para o referido período são esparsas e subjetivas. Nessa

perspectiva, a tabela 11 nos apresenta a relação dos engenhos existentes nas duas principais coletorias da subregião central da zona da Mata mineira:

Tabela 11 - Relação dos engenhos existentes nas Coletorias do Presídio e Pomba, 1853.

Engenhos	Classificados por Força Motriz, Produtos e Localidade.	Na Província	No Presídio		No Pomba		Na zona da Mata Central
			Unidades	%	Unidades	%	
Agrupados por Força Motriz	Engenhos/Água	477	06	1,25	15	3,14	21
	Engenhos/ Animais	2075	106	5,10	196	9,44	302
Subtotal		2552	112	4,38	211	8,26	323
Agrupados por Produtos	Engenhos/Aguardente	1291	49	3,79	73	5,65	122
	Engenhos/Açúcar e Rapadura	1261	63	4,99	138	10,94	201
Subtotal		2552	112	4,38	211	8,26	323
Estabelecimentos existentes nas vilas do Presídio e Pomba	Boticas	65	03	4,61	02	3,07	05
	Lojas	630	-	-	29	4,60	29
	Tavernas	2865	-	-	85	2,96	85
	Negócios sem distinção	1421	120	8,44	-	-	120
Subtotal		4981	123	2,46	116	2,32	239

Fonte: Tabela 10 - Construída a partir do quadro apresentado pelo Chefe de Seção, o escriturário Valeriano Manso Ribeiro de Carvalho à Primeira Seção da Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 20 de Dezembro de 1853, exercício de lançamento 1851 e 1852. As vilas do Presídio e Pomba são as únicas da sub-região central da zona da Mata que aparecem na referida relação.

De acordo com a tabela 11, a quantidade de engenhos existentes nas coletorias do Presídio e do Pomba respondem por 12,65% da quantidade de engenhos existentes na Província de Minas Gerais, número expressivo para a região se entendermos que esta consiste numa região fronteira e de ocupação tardia. O dinamismo da referida região, na produção de derivados de cana-de-açúcar, pode ser observado através da força motriz que move os engenhos existentes nas referidas coletorias, com destaque para os engenhos movidos por água, os quais somam 21 unidades.

Dessa forma, não devemos esquecer que a freguesia/vila do Presídio não deixara de ser, durante o século XIX, uma região periférica, de ocupação tardia e que, no decorrer da primeira metade, do referido século, ganhou certo destaque por estar às margens do caminho que interligava a região mineradora à região de Campos do Goitacases, no norte fluminense. Com o avanço da cafeicultura na zona da Mata, o surgimento da Rodovia União Indústria e, posteriormente, da ferrovia, a região, já no final do terceiro quartel do séc. XIX, não se viu mais influenciada pela região mineradora, voltando-se para o maior centro agroexportador da região sul da zona da Mata mineira, a cidade de Juiz de Fora, principal entreposto comercial entre as demais sub-regiões da zona da Mata e o porto do Rio de Janeiro. Isso não significa que tal região não se desenvolveu economicamente, muito pelo contrário, a vila do Presídio ficou marcada pela diversidade econômica, ou seja, pela economia de subsistência e, pelo desenvolvimento da indústria açucareira, em Minas Gerais, no final do séc. XIX.

Identificar um pequeno centro produtor de açúcar na região do Presídio, nos anos de 1819 e 1825, nos permitiu entender como a economia açucareira se desenvolveu ao longo do século, pois nos livros de Indústria e Profissões de Rio Branco¹²⁹, encontramos para os anos de 1892/93, um total de 192 engenhos. Desse número, 75 se instalaram no espaço urbano da cidade de Visconde do Rio Branco. A força motriz desses engenhos se diversificou e apenas 2 eram movidos a vapor; 13, por força hidráulica e 177 mantinham a mesma tecnologia do início do século XIX, ou seja, utilizavam animais.

Diferente do relatório do vigário Marcelino, de 1821, os documentos de indústria e profissões permitiram identificar a produção, conforme o valor do imposto pago pelos proprietários de engenho de cana à prefeitura. Para tanto, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 12– Classificação dos engenhos de cana no município de Visconde do Rio Branco, em 1892, de acordo com a força motriz e o produto beneficiado.

	Engenhos Classificados pela Força Motriz e Produto	Quantidade	Percentual
Engenhos classificados pela Força Motriz utilizada na unidade produtiva	Engenhos movidos a vapor	-	-
	Engenhos movidos à água	04	11,5 %
	Engenhos movidos por animais	31	88,5 %
Engenhos classificados pelos Produtos Beneficiados na unidade produtiva	Café	-	-
	Rapadura	21	58,3 %
	Aguardente	15	41,6 %
	Rapadura e Aguardente	-	-
Outros tipos de engenhos	Açúcar	-	-
	Serra	-	-
Engenhos com informações incompletas	Sem a descrição da produção realizada	01	2,7 %
	Sem a definição da força motriz utilizada	02	5,5 %
	Sem a definição da localidade de instalação	02	5,5 %
Total		76	

Fonte: Tabela 12, construída a partir do Livro de Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões da Contadoria do Tesouro do Estado de Minas Gerais, Coletoria do Município de Rio Branco, exercício de 1892. O documento está sob a custódia do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco, Lançamento de Impostos – Rio Branco 1892 – 5C.

Na tabela acima, ganha destaque a quantidade de engenhos existentes na cidade de Visconde do Rio Branco, a qual possui um total de 35 engenhos, sendo que 31 destes, ou 88,5%, são movidos por animais e 04 engenhos, ou 11,5%, movidos por força hidráulica, os quais são maiores e tem uma produção mais consistente. Esses números nos mostram que ao instalarem as indústrias no espaço urbano da cidade, os proprietários procuravam garantir a facilidade de escoamento da produção, visto estas unidades produtoras estarem mais próximas do centro consumidor e da estação ferroviária, o que garantia a esses produtores, além de outras facilidades, a busca de novos mercados consumidores.

¹²⁹ Documentos arquivados no Museu Municipal de Visc. do Rio Branco. Série Indústria e Profissões. 5C.

Esse mesmo dinamismo, pode ser observado na tabela abaixo que destaca a quantidade de unidades produtivas nos distritos da referida cidade, as quais se destinavam a produção de derivados de cana-de-açúcar. Na tabela 13, destacamos o número de engenhos e a existência de engenhos movidos a vapor, os quais se diferem dos demais engenhos pela capacidade instalada e da tecnologia utilizada na produção, para tanto, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 13 – Classificação dos engenhos, de acordo com o local de instalação, força motriz e produto beneficiado na cidade e distritos de Visconde Rio Branco, em 1893.

Engenhos de cana-de-açúcar classificados por Força Motriz, Produtos e Localidades.		Rio Branco	Bagres	S. José do Barroso	São Geraldo	Engenhos sem localidade	Total	%
Força Motriz	Engenhos/Vapor	01	01	-	-	-	02	1,0
	Engenhos/Água	06	02	04	01	-	13	6,7
	Engenhos/ Animais	68	53	26	30	-	177	92,1
	Engenhos/sem descrição da Força Motriz	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		75	56	30	31	-	192	99,8
Produtos	Engenhos/Café	-	03	-	-	-	03	1,56
	Engenhos/Café e Serra	02	-	-	-	-	02	1,04
	Engenhos/Rapadura	52	45	19	25	-	141	73,4
	Engenhos/Aguardente	20	08	11	06	-	45	23,4
	Engenhos/Açúcar e Aguardente	01	-	-	-	-	01	0,52
Engenhos/sem qualificação do produto fabricado		-	-	-	-	-	-	-
Total		75	56	30	31	-	192	99,96

Fonte: Tabela 13, construída a partir do Livro de Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões da Contadoria do Tesouro do Estado de Minas Gerais, Coletoria do Município de Visconde do Rio Branco, exercício de 1893. O documento está sob a custódia do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco: Lançamento de Impostos – Rio Branco 1893 – 6C.

Na tentativa de justificar a existência de um centro produtor, buscamos identificar documentos que confirmassem as informações apresentadas por Carrara, em sua dissertação. Neste estudo, afirma que “Ponte Nova e Visconde do Rio Branco exportavam, em 1905, 55% de todo o açúcar produzido na zona da Mata.”¹³⁰ Para tanto, verificamos diversas fontes, tais como o primeiro balancete apresentado pelo Engenho Central Rio Branco ao governo mineiro, no qual o referido engenho informava os resultados da primeira safra, em 1885. Tais números, apresentados primeiramente pelo engenheiro fiscal à Diretoria Geral de Obras Públicas da Província e divulgados por esta no relatório, elaborado por Manoel Machado do Nascimento Portela e direcionado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 13 de abril de 1886, foram transcritos e analisados por Miguel Costa Filho. Diante desses números, encontramos uma moagem de cana com 218 toneladas, por dia, logo no primeiro ano do Engenho Central. O

¹³⁰ CARRARA, A *zona da Mata Mineira*: diversidade econômica e continuidade: (1835-1909). p. 39.

rendimento do caldo de cana na produção de açúcar foi de 4,53%. Os números da primeira safra do Engenho Central Rio Branco foram:

Tabela 14 - Engenho Central Rio Branco – Safra de 1885

Companhia Engenho Central Rio Branco – Safra de 1885	
Canas moídas	2.356.843 kg
Caldo extraído	1.676.856 kg
Porcentagem em relação ao peso das canas servidas	66,7%
Número de vagões empregados no transporte de canas	576
Número de horas de moagem efetiva	279
Açúcar produzido em 1º jato	85.560 kg
Açúcar produzido em 2º jato	29.580 kg
Rendimento total em açúcar	115.140 kg
Porcentagem sobre as canas moídas	4,53%
Rendimento em aguardente	57.593 litros
Porcentagem sobre cana	22,7% por 1000 kg de cana. ¹³¹

Os dados acima foram extraídos do Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 13 de abril de 1886. Engenheiros Centrais. Ouro Preto: Tipografia do <<Vinte de Agosto>>, 1886. p. 102.

A safra do Engenho Central Rio Branco em 1885 durou apenas 12 dias. No ano seguinte, teve duração de 5 meses, sendo a colheita feita entre os meses de junho e novembro. A produção de canas moídas alcançou 10.282.000kg e a quantidade de açúcar fabricado chegou a 621.660kg, com percentual de rendimento de 6,07%. Já na safra de 1886, o engenho produziu 125.704 litros de aguardente.

Ao investigarmos os jornais do município na década de 1920, encontramos outras informações, igualmente importantes sobre a produção de açúcar. Na edição nº 8, do *Minas Jornal*, de 21 de fevereiro de 1926, encontramos no editorial a publicação dos dados de exportação do município de Rio Branco pela Companhia Leopoldina, os quais reproduzimos no quadro abaixo:

¹³¹ COSTA FILHO, Miguel. Op cit. p. 378.

Quadro 3 - Exportação do Município de Rio Branco pela Estação Ferroviária da Leopoldina – 1925*

Gêneros	Toneladas
Café	1431
Açúcar	1744
Cana	280
Milho	407
Aguardente	895
Fumo	6
Feijão	123
Diversos	1646

*Relação confeccionada pelo Sr. Adolpho Moreira, Agente da Estação em Rio Branco.¹³²

No presente quadro, podemos observar que, em 1925, as exportações de açúcar ultrapassaram as vendas de café. Todavia, isso não significou que o produto constituiu, no final do século passado e início do séc. XX, a principal economia da região, pois não está computado, neste quadro, o preço dos produtos exportados. Aliás, esse é um pensamento recorrente para os memorialistas da região, os quais mencionam a importância maior da economia açucareira ao ser comparada a economia cafeeira. Não concordamos com essa perspectiva, pois estudamos a economia açucareira na região acreditando ser esta uma segunda opção dos produtores da região central da zona da Mata, no momento da efervescência da economia cafeeira, no final do séc. XIX e início do séc. XX.

¹³² **Minas Jornal**, 21 de fevereiro de 1926. N. 8 – Ano IV. Documento depositado no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

3. A construção do Engenho Central Rio Branco

A construção de engenhos centrais em Minas Gerais esteve relacionada à política de apoio à modernização do setor açucareiro. Entre 1875 e 1909, o governo imperial promoveu uma série de ações de incentivos neste sentido a partir da publicação do Decreto Legislativo nº 2.687. A ação do Governo caracterizou-se pela intervenção estatal e pelo protecionismo agrícola. Todavia, em Minas, a publicação do referido decreto proporcionou poucas mudanças em função do critério de distribuição dos incentivos no setor por estar relacionado à quantidade de açúcar exportado no exterior. Sendo assim, tal condição não permitiu relacionar a província mineira ao grupo das principais províncias produtoras de açúcar que seriam beneficiadas, como podemos verificar no texto abaixo:

DECRETO (L) 2.687, de 6 de novembro de 1875.

Autoriza o Governo para conceder, sob certas cláusulas, ao Banco de Crédito Real que se fundar segundo o plano da Lei n. 1.237 de 24 de setembro de 1864, garantia de juros e amortizações de suas letras hipotecárias, e bem assim garantir juros de 7% às companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana.

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléia Geral:

Art. 2º É autorizado o Governo para garantir juros de 7% ao ano, até o capital realizado de trinta mil contos de réis (30.000:000\$000) às companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados.

§ 2º Na execução desta lei o Governo procederá de modo que o estabelecimento de engenhos centrais se distribua pelas províncias em que se cultiva a cana, e segundo a importância relativa de cada uma neste gênero de indústria, demonstrando pela quantidade do açúcar exportado.¹³³

Como podemos verificar, o citado decreto somente garantiria o pagamento de 7% de juros ao ano, caso o capital a ser investido na construção dos Engenhos Centrais demandasse um valor de até 30 mil contos de réis, mediante a utilização de aparelhos e processos modernos de fabricação. Esse incentivo, oferecido às empresas, exigia ainda

¹³³ Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em: 28 mar. 2010.

dos empreendedores o uso de mão-de-obra livre e a separação entre setor fabril e produtivo.¹³⁴

Segundo Alice Canabrava, em 1870, o discurso recorrente entre senhores de engenho e estadistas “era de que somente com o engenho central poderia se recuperar o setor açucareiro do Brasil”.¹³⁵

Assim, para os produtores de derivados de cana-de-açúcar do Nordeste, a construção dos engenhos centrais seria uma solução para a crise açucareira, que perdurara por quase todo o séc. XIX. Todavia, na concepção da autora, as mudanças, promovidas pelo Governo Imperial, interferiam, principalmente, no papel dos engenhos no processo de produção do açúcar. Tal produção, vale dizer, correspondia somente ao beneficiamento da matéria-prima, devendo, portanto, considerar ainda as melhorias necessárias nas formas de cultivo, nas variedades das canas cultivadas e no melhoramento do setor de transporte.

Assim, a ação do Governo, em favor da modernização do setor açucareiro, marcada pela concessão e implantação de engenhos centrais, modernizou, sobretudo, o setor fabril e não o da produção e transporte.¹³⁶

Roberta Meira, ao investigar a política econômica do Governo Imperial, no final do séc. XIX, e as medidas adotadas em benefício da lavoura canavieira, informa-nos que, para muitos dos senhores de engenho, especialmente os da região Nordeste, a necessidade de reestruturação técnica das unidades açucareiras era uma realidade. Mas, comenta, também, que grande parte desses senhores discordavam quanto ao modelo de reforma proposta pelo Estado e muitos não acreditavam na modernização do setor, a partir da construção de Engenhos Centrais. Segundo a autora, a unidade existente entre os senhores da açucarocracia nordestina estava no esforço político, que em ação conjunta, pretendiam conseguir os auxílios necessários à lavoura, dentre os quais se destaca o crédito direcionado às mudanças técnicas.

Em sua pesquisa sobre a crise açucareira no Brasil, no final do séc. XIX, Roberta Meire menciona que, dentre o vasto número de estudos dedicados ao referido tema, alguns estudiosos investigaram a instalação dos engenhos centrais, no final do Império

¹³⁴ CAMPOS, Vilar Zóia. Italianos em São Paulo: de colonos a empresários do açúcar. 1876-1941. **Anais do XVIII Encontro Regional de História** – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis. 2006.

¹³⁵ CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, volume 4. São Paulo: DIFEL, 1974.

¹³⁶ ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB 2002. p. 103.

brasileiro. E grande parte das diversas interpretações se diverge entre a sujeição e a resistência da açucarocracia brasileira, frente às transformações no mercado externo de açúcar. Para Meira, por trás da dicotomia resistência/submissão, existem discordâncias, na historiografia do açúcar, quanto ao grau de representatividade política dos senhores de engenho¹³⁷ e um ponto importante a ser considerado na análise do processo histórico de instalação dos engenhos é a influência do regionalismo na política nacional.

Na concepção da pesquisadora, as diferenciações existentes entre as principais províncias produtoras, como a de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, estão relacionadas ao tipo de mercado, ao capital investido na montagem dos engenhos centrais, em função do subsídio disponibilizado pelo Governo Imperial a cada província, e às relações de trabalho estabelecidas na fábrica e no campo, além da importância dada pelos governos locais à produção de derivados de cana-de-açúcar.

No que se refere à produção e a modernização do setor açucareiro, em Minas Gerais, no final séc. XIX, Roberta Meira relaciona o desenvolvimento dessa atividade a algumas transformações importantes ocorridas na província, dentre as quais destacamos: o desenvolvimento da economia cafeeira, o crescimento demográfico e as mudanças na estrutura de transporte. Para a autora, existe uma co-relação entre o crescimento do mercado interno mineiro, o predomínio da economia cafeeira, na região sul da província, e o desenvolvimento econômico de atividades secundárias.

Dessa forma, o desenvolvimento da atividade açucareira, a partir da segunda metade do referido século, foi impulsionado pelo crescimento da atividade cafeeira, a qual gerou capital, promoveu mudanças na infraestrutura e no crescimento demográfico da província, transformando gradativamente pequenas engenhocas em unidades produtivas mais complexas.¹³⁸ A autora afirma, ainda, que a província de Minas Gerais, mesmo ao concentrar quase a totalidade de sua produção em pequenos engenhos, conviveu com o pensamento de modernização dos métodos de produção que vigoravam entre os produtores de açúcar, os estadistas, os técnicos e os diversos segmentos da sociedade mineira.

Pedro Ramos, ao estudar a modernização do setor açucareiro no Brasil e o seu caráter conservador, analisa o mercado internacional e nos aponta as dificuldades

¹³⁷ MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas**: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). São Paulo: USP. 2007. p. 25.

¹³⁸ MEIRA, Roberta Barros. Um sopro de mudanças: a Companhia Engenho Central de Aracaty e a produção açucareira mineira no final do Império. In.: **VÁRIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42, jul/dez 2009. p. 598-600.

enfrentadas pelo setor no séc. XIX e a tentativa de modernização através dos engenhos centrais no Nordeste, no final do referido século.¹³⁹ Para tanto, o autor nos informa que a atividade havia perdido o monopólio internacional do açúcar, no final do período colonial, enfrentando, durante todo o séc. XIX, a concorrência de novos produtores mundiais de derivados de cana-de-açúcar e de um produto também novo: o açúcar de beterraba.

Na visão de Ramos, o Brasil aproveitou, durante pouco tempo, no início do séc. XIX, o crescimento do mercado consumidor europeu. Esse fato se deve tanto ao crescimento da produção de açúcar de cana, em Cuba, em decorrência dos investimentos de capitais norte-americanos na referida ilha, quanto ao aumento da produção de açúcar de cana em outras áreas, especificamente em Java e nas Filipinas. A este contexto, acrescenta-se ainda o surgimento do açúcar de beterraba na Europa, principalmente na Alemanha e França, os quais subsidiaram e protegeram a produção, devido ao seu custo elevado.

Dessa forma, essas mudanças no mercado internacional de açúcar deslocaram o açúcar de cana de sua condição hegemônica. Neste sentido, Ramos esclarece que:

Esse processo, que levou à perda da posição de liderança do açúcar brasileiro no mercado mundial, não estava, evidentemente, desvinculado do vigoroso desenvolvimento que se dava nos países que haviam se beneficiado do mecanismo de acumulação primitiva de capital, e que eram capitaneados pela Inglaterra. Tratava-se, para esses países, de proteger seus mercados, de proteger a constituição e a consolidação de suas indústrias, de baratear os custos de produção em geral, e os da reprodução da força de trabalho em particular, de gerar e manter empregos, de encontrar áreas para o investimento de seus capitais. [...] A questão que deve ser ressaltada, contudo, é a de que não ocorreram maiores modificações técnicas na produção açucareira antes de 1870; as que houve foram esporádicas e, na maioria das vezes, sem sucesso. A explicação prendia-se, para Peter Eisenberg, na “combinação de terra barata com trabalho barato e não-educado (e que) produziu uma atitude conservadora, rotineira em relação à inovação tecnológica”. Logo em seguida, ele adiciona a isso os custos do capital e a instabilidade do mercado, para concluir que “Os riscos e dificuldades da modernização eram tais que os engenhos mais modernos do século XIX eram subsidiados pelo governo”.¹⁴⁰

Para Ramos, a modernização do setor açucareiro, através dos engenhos centrais, promoveu a reunião de boa parte dos melhoramentos técnicos, surgidos durante o século

¹³⁹ RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹⁴⁰ RAMOS, Ibidem, p. 45-47.

XIX, numa única unidade produtiva: o engenho central. Essa nova indústria requeria uma inovação no sentido de organizar-se a produção, visando a atender a grande quantidade de capital financeiro e técnico que demandava. Assim, comenta o autor que:

O engenho central era o resultado da aplicação de diversos conhecimentos e avanços técnicos resultantes da Revolução Industrial. Era algo novo no Brasil, onde significava a passagem para a modernidade aplicada à produção açucareira. Como escreveu Manoel Correia de Andrade, “era a modernização total da indústria açucareira, o início da transformação de uma paisagem relativamente estática já havia três séculos”. Mas, de onde viria essa “enorme soma de capital financeiro” necessária à instalação dos engenhos centrais no Brasil? As condições de operação da produção açucareira não permitiam que se buscasse internamente essa massa de capital. A resposta não era difícil: o caminho era abrir possibilidade e criar condições para que esse capital viesse de fora, porque isso já havia sido feito também no caso das Antilhas. [...] A atração do capital estrangeiro foi feita fundamentalmente com base em mecanismos fiscais e financeiros. O principal deles era de natureza financeira: a garantia de juros de 7% para quem se dispusesse a produzir açúcar “mediante o emprego de aparelhos e processos mais aperfeiçoados”. Outros incentivos diziam respeito a facilidades para a importação dos equipamentos e para seu transporte no interior do país etc. Esses incentivos foram concedidos a partir da década de 1870 por meio de leis provinciais e por leis do Governo Central, caracterizando, na verdade, fortes mecanismos subsidiadores do capital privado.¹⁴¹

Ao relacionarmos a discussão promovida por esses autores, especialmente Canabrava e Meira, sobre as políticas adotadas pelo Governo Imperial em benefício da economia açucareira, entendemos que tais medidas de incentivo à modernização da agroindústria da cana-de-açúcar atenderam sobremaneira às necessidades de desenvolvimento do setor fabril, em detrimento do setor produtivo.

Observamos, ainda, que as primeiras medidas adotadas pelo Império, em prol da economia açucareira, beneficiaram inicialmente as províncias agroexportadoras.

Logo, podemos entender a importância das ações do governo mineiro, em favor da modernização da atividade açucareira na província, no final do séc. XIX. Tais ações tiveram como objetivo primeiro compensar a produção mineira, após Minas não ter sido incluída pelo Império na lista das províncias beneficiadas pela garantia de pagamento de juros. Ao adotar a quantidade de açúcar exportado como critério para definir quais províncias seriam beneficiadas, o Império deixou de privilegiar a produção destinada ao mercado interno.

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 55-56.

A respeito do desenvolvimento da atividade açucareira no citado Estado, Marcelo Magalhães Godoy menciona que a província mineira, em 1830, possuía por volta de 4.150 unidades produtivas que beneficiavam a cana-de-açúcar. Segundo Godoy,

Provavelmente, a soma de todos os engenhos do litoral nordestino, do norte fluminense e do planalto paulista, as principais regiões produtoras de açúcar para mercados externos, não alcançava a metade do número de engenhos mineiros. Para este mesmo período, estima-se que aproximadamente 40% da força de trabalho escrava de Minas, mais de 85.000 cativos, era empregada, sazonalmente, na fabricação de açúcar, rapadura e aguardente. É grande a probabilidade de que em nenhum outro espaço canavieiro, em qualquer período da história do Brasil escravista, tenha sido empregado contingente desta magnitude. Ainda para a quarta década do Oitocentos, estima-se que Minas produzia em torno de 33.200 toneladas de açúcar e rapadura e mais de 22 milhões de litros de aguardente. As informações disponíveis parecem indicar que a produção paulista de açúcar não superava 8.500 toneladas e a de Pernambuco estava em torno de 27.000 às exportações de açúcar da Bahia não perfaziam 30.000 toneladas, as do Rio de Janeiro não alcançavam 17.000 e, Alagoas e Sergipe exportavam juntos menos de 6.000 toneladas.¹⁴²

Para o autor, as principais características da economia canavieira na província, até meados dos Oitocentos, consistiam na desconcentração espacial da produção, numa base técnica bem variada. Nesse processo, a força de trabalho utilizada se apresentava bem diversificada quanto ao tamanho e a sua composição, bem como se exploravam as múltiplas escalas de produção e a associação do plantio da cana com outras atividades econômicas. A esta realidade, consta-se ainda a sazonalidade da produção, voltada quase que exclusivamente para o mercado interno.¹⁴³

Segundo estudos de Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva, os Mapas de População eram uma exigência do Governo de Minas Gerais, em meados do séc. XIX. É a partir dessa medida que pudemos verificar que, em 1860, o percentual de municípios, dedicados à atividade agroindustrial de cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, chegou a 80% do total da província mineira.

Portanto, as transformações técnicas, promovidas pela província mineira no setor açucareiro, entre 1850 e os momentos que antecederam à implantação dos Engenhos Centrais, no final do séc. XIX, apresentaram-se insuficientes e, de certa forma,

¹⁴² GODOY, Marcelo Magalhães. Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da província de Minas Gerais. Minas Gerais: CEDEPLAR. X Seminário sobre Economia Mineira. 2002.

¹⁴³ GODOY, Ibidem.

descoordenadas. Todavia, ao incentivar a construção de Engenhos Centrais, a província nos mostra o quanto a atividade representava para o mercado interno mineiro, mesmo não sendo a atividade açucareira o principal produto da pauta de exportações.

Antes mesmo da política Imperial de modernização do setor açucareiro, no final do séc. XIX, a Província de Minas Gerais havia promovido, sem grande êxito, algumas iniciativas neste sentido. Essas inovações tecnológicas, tais como o uso do vapor como força motriz e do uso da centrífuga ou turbina no tratamento do caldo da cana, trouxeram novas possibilidades para a atividade açucareira. Entretanto, tais inovações não atingiram de fato o campo e transformaram o setor açucareiro somente após as mudanças na estrutura viária.

E dentre as iniciativas, no setor de transporte, a mais importante delas foi a construção e a expansão da ferrovia, em Minas Gerais, a partir do terceiro quartel do séc. XIX. Porém, não se deve minimizar o papel da província mineira e o seu incentivo dado aos proprietários de engenho. Sobre as novidades técnicas na indústria açucareira, assim escreveu o presidente da província, em 1858, ao apresentar à Assembleia Legislativa o aparelho de força centrífuga destinado a purgar e clarificar o açúcar:

Este aparelho já conhecido no Termo de Campos, Província do Rio de Janeiro, onde faz poucos meses foi introduzido, é de tanta simplicidade em sua construção, e ao mesmo tempo de tão vantajosos resultados para o fabrico do açúcar, como a prática o tem demonstrado, que julguei fazer um importante serviço à industria mineira, introduzindo-o também nesta província.

Neste sentido, pois tenho dado providências para a compra direta em Paris, e logo que chegue, será entregue ao inteligente Fazendeiro Doutor Francisco Martins da Silva, para o fazer trabalhar em seu acreditado estabelecimento agrícola, e franquear o exame a todos, que do mesmo quizerem fazer aquisição.

Conhecido o seu uso, e vantagens, julgo conveniente obter alguns mais para vulgarizar em outros pontos da província.¹⁴⁴

Mas, a novidade apresentada pelo referido Presidente para a indústria do açúcar não se incorporou de imediato, pois o preço do equipamento, somado ao alto custo do transporte até Minas, tornou a centrífuga um investimento dispendioso e distante da realidade econômica dos proprietários de engenho, principalmente dos pequenos e médios engenhos, denominados de ‘engenhos menos compostos’¹⁴⁵ ou de ‘instalações

¹⁴⁴ Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de Minas Gerais pelo Presidente de Província Carlos Carneiro de Campos, no dia 25 de março de 1858. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1858.

¹⁴⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**: séc. XVI a XXIII. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1992.

de pequenas dimensões'.¹⁴⁶ O malogro da iniciativa foi descrito pelo segundo vice-presidente da Província, o Comendador Manoel Teixeira de Souza, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa em, 22 de abril de 1860. Neste sentido, ele relata:

Indústria

Sobre este importante assunto nada ocorre que altere o que disse em meu último relatório à pag. 46, tendo só a lamentar que se malograssem os bons desejos com que fiz vir o aparelho de força centrífuga para ser aplicado ao fabrico do açúcar, introduzindo assim um grande melhoramento nessa indústria, que de dia em dia se vai tornando decadente.

O ilustrado fazendeiro a quem então me referi e que a todos os respeitos me pareceu o mais próprio para encetar em seu estabelecimento rural essa útil aplicação mecânica, apresentou condições tais para esse fim, que não puderam ser aceitas; depois que ultimamente reassumi a administração nem um outro tem manifestado desejos de possuir o aparelho em questão.

Lamento ainda que assim tenha ficado inútil por enquanto o dispêndio não pequeno que fez a Província com a aquisição desse aparelho, e seu transporte para esta Capital; e faço votos para que, mais bem avisado sobre seus verdadeiros interesses em participar e da Província em geral, algum outro fabricante de açúcar se resolva a adotar um invento já conhecido como grande utilidade em outros países mais adiantados em matérias industriais, e mesmo em algumas Províncias do Império.¹⁴⁷

Junto aos investimentos em tecnologia, a agroindústria de Minas também recebeu do governo provincial incentivo para a construção de escolas agrícolas. Tais escolas, além da formação dos alunos e da capacitação dos diversos fazendeiros que a visitavam, eram responsáveis pela divulgação das novas técnicas de produção no campo, das novas sementes e dos equipamentos agrícolas. O diretor da Escola Agrícola de Itabira, Domingos Martins Guerra, no relatório anual sobre o funcionamento da escola, critica a mentalidade dos fazendeiros mineiros, a qual deveria ser mais aberta às novidades. Assim, Guerra apontou que

Os nossos fazendeiros e industriais, em geral, não abrem conta corrente com suas lavouras e indústrias; daqui resulta a completa ignorância do que vale ou pode produzir um serviço destes, e vão seguindo seu caminho sem desespero, e muitos até satisfeitos procuram iludir a si mesmas acreditando que percebem interesse, isto

¹⁴⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a roça e o engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p. 218-220.

¹⁴⁷ Relatório apresentado pelo 2º Vice-presidente da Província de Minas Gerais, o Comendador Manoel Teixeira de Souza ao Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, em 22 de abril de 1860, no ato de passarlhe a administração [da Província]. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1858.

é horrível, porque concorre para continuação do atraso em que vivemos.¹⁴⁸

O diretor, ao discursar para fazendeiros da região, informou-lhes a necessidade do referido Estado mineiro mudar a atual rotina agrícola, a qual não demonstrava resultados satisfatórios. Em relatório ao Presidente da Província, o diretor comunica que apresentou aos produtores os avanços técnicos no cultivo da cana-de-açúcar. Para tanto, associou o uso de instrumentos e máquinas à tração animal, o que lhe permitiu preparar a terra e fazer o plantio das mudas com uma redução de mão-de-obra e tempo. A este respeito, Domingos Guerra relatou que:

Falei-lhes também da grande vantagem que leva o trabalhador que usa de máquinas e instrumentos utilizando-se da força dos animais, e concluindo, mandei começar o trabalho com duas charruas tiradas por duas parselhas de bestas; mandei quebrar os torrões pelo rolo puxado por duas juntas de bois, e em seguida empregou-se a grade, depois do que, o plantador com o qual abriu-se sulco em linhas retas e paralelas, distantes seis palmos, nas quais cinco pessoas depositaram as mudas de cana unidas umas as outras, e um arado tirado por uma besta cobria-as de terra. Tudo isso se fez em um dia.¹⁴⁹

Ao final do relatório, o diretor da Escola Agrícola ainda faz um balanço das dificuldades enfrentadas pela economia açucareira na Província mineira e afirma ser essa cultura importante para o desenvolvimento do país, mas que a atividade precisava modernizar-se. De forma clara, explicou que:

Ainda estou explorando, e com prazer a [cultura] da cana por ser um dos ramos mais fortes na nossa lavoura, em o qual nenhum outro país nos poderá levar vantagem, desde que se aperfeiçoar os processos tão rudimentares executados por escravos ignorantes e sem interesse no rendimento; por isso, esta escola poderá, se for habilitada pelos necessários meios, sem despender mais de cinco a seis contos além do que já se tem gasto em obras, conseguir grande melhoramento e um lucro de mais quatro a cinco por cento, afora o que se tira: ora, este excesso em milhares de fazendas de açúcar que tem a província, avultara muito. Está sabido que contendo a cana 20% de açúcar, só se extrai 4% - por tanto ficam perdidos 16%.
É certo de que não se poderá extrair tudo porem, 8 a 12% dizem que com certeza somente usando de evaporadeiras retangulares do sistema

¹⁴⁸ Relatório apresentado pelo Diretor da Escola Agrícola de Itabira, Domingos Martins Guerra ao Presidente da Província de Minas Gerais o Dr. Theophilo Ottoni, em 28 de junho de 1882. Ouro Preto: Tipografia de Carlos Andrade, 1882. p. 4.

¹⁴⁹ Relatório apresentado pelo Diretor da Escola Agrícola de Itabira, Domingos Martins Guerra ao Presidente da Província de Minas Gerais o Dr. Theophilo Ottoni, em 28 de junho de 1882. Ouro Preto: Tipografia de Carlos Andrade, 1882. p. 5.

Victor, de grande cuidado na ação de cortar as canas, separando para açúcar a parte constante do meio para o pé, separando toda as impuridades, tomando ponto conveniente, e levando da esfriadeira para a turbina centrífuga que separa os cristais do melado. O engenho << Victor >> a evaporadeira do mesmo autor, e uma turbina que é só o que precisamos, custa na América, segundo catálogo e carta que remeto, e frete até o Rio de Janeiro – pouco mais de 3:000\$000, que é quase o preço dos engenhos usuais com suas taxas de cobre.¹⁵⁰

A partir desse documento, as necessidades de modernização do setor de transporte em Minas Gerais foram motivos de diversos debates na tribuna da Assembleia Legislativa. As discussões representavam os anseios do setor agrícola e industrial da Província.

No relatório apresentado pelo Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, em março 1854, identificamos um extrato da realidade das pontes e estradas que interligavam as mais consideráveis rotas de transporte de passageiros e mercadorias da província.¹⁵¹ A partir desse demonstrativo, temos, então, um panorama das dificuldades do transporte no Estado. No documento estão listados os rios, Pomba, Chopotó, Muriaé, Carangola, Glória e o Casca, que atravessam o município de Ubá e o distrito do Presídio. Já no campo destinado às observações recebidas das Câmaras municipais, nos quais há uma descrição breve da realidade do transporte no município de Ubá e em seus distritos, encontramos o seguinte resumo:

Declarou que o seu Município é cortado em diferentes direções pelos já mencionados Rios, que todos são mais ou menos navegáveis, e estão providos de pontes feitas por associações particulares, e fez ver a necessidade de uma sobre o Rio Pomba onde faz barra com o Ribeirão de São João inclusive a estrada a quem e além em distancia de meia légua; e outra sobre o Rio Chopotó na povoação do Sapé.¹⁵²

Diante do exposto, podemos observar que, em 1854, as condições de transporte nas estradas no município de Ubá e de seu distrito mais importante, São João Batista do Presídio, eram precárias. Isso demonstra que o crescimento econômico da região

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 8.

¹⁵¹ O decreto atendia à lei nº 540 e à circular de 16 de novembro de 1853.

¹⁵² Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, ao 1º Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, José Lopes da Silva Vianna, ao passar-lhe o cargo de presidente em 1854. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854. O relatório traz dados retirados da Seção do Arquivo da Secretaria da Presidência em 25 de março de 1854. Antonio José Ribeiro Bhering. – Chefe da Seção Arquivista – Manoel da Costa Fonseca. Mariana: Tipografia Episcopal, 1854.

dependia de investimentos em infraestrutura, os quais deveriam ser realizados pela Província de Minas.

Todavia, o retardo do governo provincial em atender a demanda da região central da zona da Mata por transporte fez com que os proprietários rurais, dessa região, assumissem a responsabilidade pela manutenção de algumas estradas já existentes e, até mesmo, de sua ampliação. Tal condição os levava a construir pontes e pequenos trechos de estradas para facilitarem o transporte e o crescente comércio no mercado interno. Logo, esse crescimento deve ser relacionado, dentre outros fatores, ao tamanho da população na região. O número de habitantes na Comarca do Pomba, em 1855, era de 90.479 habitantes. Desse número, 30.800 indivíduos pertenciam ao município do Presídio. A comarca do Pomba era a terceira mais populosa da Província, apresentando um índice inferior ao das comarcas de Piracicaba, cuja população era de 91.582 habitantes e do Rio das Velhas, 95.897 habitantes¹⁵³. Esses índices vêm justificar a preocupação de diversos presidentes de Província ao discorrerem sobre o desenvolvimento econômico da região e a sua relação com a modernização do setor de transporte.

Segundo Ângelo Carrara, o número total de engenhos de cana no município de Ubá era de 292 unidades produtivas, sendo que 62 eram movidos por água e 230, por tração animal. E dentre os engenhos movidos por água, 9 produziam somente aguardente e 53, açúcar e rapadura. E aqueles engenhos, dependentes da tração animal, 84 produziam aguardente e 146 destes, açúcar e rapadura. Se somarmos, a estes totais, os 20 engenhos existentes no município do Rio Pomba, o número de engenhos de cana existentes, na região, apresenta um total de 312 unidades produtivas¹⁵⁴. Esse valor torna-se expressivo ao ser relacionado ao número de engenhos, apontado pelo presidente da Província de Minas Geraes, em 1855, para o qual em “33 Municípios existem 3296 engenhos”.¹⁵⁵ Ou seja, os municípios de Ubá e do Rio Pomba respondiam por 9,46% dos engenhos, listados pela Presidência da Província mineira. Dessa porcentagem, o município de Ubá, sozinho, era responsável por 8,85% desses engenhos.

¹⁵³ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª seção ordinária da 10ª legislatura de 1855 – Estatística. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855. p. 36.

¹⁵⁴ CARRARA, A. **A zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo** (1839-1909). 1993. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 1993.

¹⁵⁵ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª seção ordinária da 10ª legislatura de 1855 – Estatística, Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855. p. 39.

A construção da ferrovia na região central da zona da Mata mudou a perspectiva do setor açucareiro. Segundo consta no relatório do Presidente da Província de Minas, em 1857, o setor recebeu uma solicitação do Vice-presidente da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, em 13 de dezembro de 1856. O vice-presidente requeria a sua opinião sobre o traçado da estrada de ferro e a importância desta atingir solo mineiro. Em resposta, o Presidente da Província informava que, nos contratos feitos pelo Cia. com a Província do Rio de Janeiro, esta assegurou à Cia. 2% de juros adicionais à garantia dada pelo Governo Geral, ao capital despendido, conforme os limites daquela Província.

Dessa forma, o Vice-presidente da estrada de ferro apresentava, ao Presidente da Província de Minas, uma proposta que ultrapassava as questões técnicas envolvidas no traçado da ferrovia. Segundo o Presidente, tal traçado poderia ser reformulado para atender aos interesses dos produtores mineiros. Para tanto, a província deveria oferecer as mesmas garantias de juros adicionais para o capital investido em solo mineiro na construção da ferrovia. A este respeito,

Os estudos da linha aconselham traçar parte dela em território de Minas, e talvez penetrar para o interior, abandonando parcialmente a margem do Paraybuna, no caso de que um semelhante traço evitando as curvas do Rio possa prestar melhor serviço, ficam nessa hipótese mais bem consultados, e em maior extensão os terrenos produtores de Minas Gerais. Verificando-se este caso parece razoável ao Vice-presidente da Companhia que esta requeira à Assembleia Provincial de Minas a garantia adicional de 2% para os capitais despendidos dentro do seu território.¹⁵⁶

No relatório de 1868, o Presidente da Província de Minas relata novamente a precária situação das estradas na região de Ubá, as quais deveriam ser reformadas o quanto antes. Para o relator, tal condição protelava o desenvolvimento econômico da região e, conseqüentemente, o desenvolvimento da Província. Assim, argumenta:

Entendo que desde já convêm muito proceder a fatura das seguintes estradas: 1ª do Campelo a Ubá;[...] da 1ª já mandei orçar 4 léguas, e hei de, quanto antes, procurar levá-la à cidade de Ubá. Muito precisam desta via de comunicação os fazendeiros daqueles lados. É de justiça que se olhe para os interesses daquelas localidades, não só porque se acham perto das estradas União e Indústria e de D. Pedro 2º,

¹⁵⁶ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1857. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1857. p. 44.

como porque as terras são muitos férteis, e já concorrem com bom contingente para as rendas da província.¹⁵⁷

Após um ano, abriu-se uma nova perspectiva para a região central da zona da Mata com a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II ao município de Mar de Espanha. O novo empreendimento foi motivo de comemoração, já que se definia como símbolo de modernidade e desenvolvimento. Porém, o relator chama a atenção para o trajeto que a ferrovia deveria percorrer, pois teria que atender necessariamente aos centros produtores. Dessa forma, os demais interesses e localidades dependeriam da construção de pequenas estradas, as quais deveriam convergir na direção da linha férrea, interligando-a pequenas localidades.

Vale mencionar que, nesses anos, o cultivo do café era a principal atividade econômica da região. Em relatório, Dr. José M^a de Sá reconhece a importância do empreendimento:

Sinto o mais vivo jubilo participando-vos que no dia 27 de junho último SS. MM. II. e S. A. o Sr. Duque de Saxe, partindo do Juiz de Fora, chegarão ao município de Mar de Espanha e assistirão à inauguração das estações da estrada de ferro denominadas de <<Santa Fé e Chiador.>>

A estrada de ferro percorre já o solo mineiro. Eis um grande acontecimento precursor de uma grande revolução econômica.

É de esperar da sabedoria dos poderes do estado que a estrada procure a melhor zona de produção da província, e é de esperar de vossa sabedoria que concentreis a maior parte de seus recursos na abertura de estradas, que se entonquem com a de ferro e na navegação dos rios que se prendam a ela, porque então derramareis torrentes de prosperidade sobre este ubérrimo solo, que só pede vias de comunicação [...]¹⁵⁸

Nos anos seguintes, a ferrovia continuou avançando em solo mineiro. Em 1875, inauguram-se as estações de Cedofeita e Retiro, na cidade de Juiz de Fora. Dois anos depois, 1877, a linha férrea chegou à cidade de Leopoldina e, em 1879, a Ubá. Segundo Anderson Carrara, “Os trilhos avançaram ainda sobre Visconde do Rio Branco e São

¹⁵⁷ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, José da Costa Machado de Souza, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1868. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1868. p. 15.

¹⁵⁸ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1869. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870. p. 23.

Geraldo, em 1880, e daí, numa subida íngreme, a Coimbra e Viçosa em 1885 e Ponte Nova em 1886”.¹⁵⁹

A respeito da construção da ferrovia na Província de Minas Gerais, a historiografia que se debruçou sobre os estudos da zona da Mata apresenta diferentes interpretações. Para Carrara, os trilhos se concentraram, principalmente, na região cafeeira, e o interesse dos fazendeiros da região sul da zona da Mata pelo estabelecimento das ferrovias estava relacionado ao desenvolvimento da cafeicultura, cuja produção, a partir de então, poderia ser exportada, utilizando um transporte privilegiado.¹⁶⁰

Todavia, diferente desse grupo, os representantes da região central da Mata defendiam a supressão do trabalho escravo pelo livre e entendiam ser a ferrovia um instrumento de desenvolvimento econômico e um símbolo de civilização. Na visão do autor, os esforços políticos para a instalação da ferrovia e a ótica sobre a relevância desse empreendimento mudavam, ao mesmo tempo em que se mudava de sub-região. Na região sul da zona da Mata, as primeiras estações, construídas pela Leopoldina, estavam localizadas nas fazendas de grandes proprietários. As estações eram: Retiro, Cedofeita, Providência, São Martinho e Mariano. O mesmo não acontecera na região central da Mata, na qual as estações estavam localizadas nos centros urbanos¹⁶¹. Ainda sobre os fatos que marcaram a chegada da ferrovia, Carrara escreve que:

Na Câmara dos Deputados, enquanto Carlos Peixoto tentava justificar a importância da estrada de ferro para a região de Ubá, que não tinha produção econômica exportável, mas “solos ubérrimos”, Mariano Procópio falava estribado na autoridade de quem participava ativamente do comércio de café pela União e Indústria. Mais complicada ainda era a situação dos políticos da Mata norte. Só após Nominato de Souza Lima ter encontrado uma solução para que os trilhos pudessem vencer a serra de São Geraldo, é que a Leopoldina pode avançar para o norte. E mesmo assim devido à influência do deputado liberal eleito pela Mata central, Vaz de Melo, junto ao governo, e de Cesário Alvim, junto à diretoria da Leopoldina.¹⁶²

Para o autor, anterior à chegada da estrada de ferro, a rodovia União e Indústria, construída por Mariano Procópio F. Lage, em Juiz de Fora, foi, desde a sua

¹⁵⁹CARRARA, A. **A zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)**. 1993. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 1993. p. 38.

¹⁶⁰ CARRARA, *Ibidem*.

¹⁶¹ CARRARA, *Ibidem*.

¹⁶² *Idem*, *Ibidem*, p. 39.

inauguração, em 1861, a principal via para a exportação do café na região sul da zona da Mata. Seus 144 km iniciais ligavam a cidade de Juiz de Fora a Petrópolis - Província do Rio de Janeiro. É justamente, neste local, que a ferrovia Leopoldina se encontraria com a Pedro II. Ressaltamos que, antes mesmo da instalação da Leopoldina, a rodovia União e Indústria, juntamente com a ferrovia Pedro II, era responsável por interligar o mercado mineiro ao porto do Rio de Janeiro.

Nas palavras do autor, a companhia se constituiu num “dos principais exemplos da concretização dos efeitos de encadeamento retrospectivos decorrentes da produção cafeeira da Mata de Minas”.¹⁶³ Dessa forma, a instalação da rodovia União e Indústria e das ferrovias na zona da Mata, na década de 1870, evidenciaram não só as transformações no setor de transporte da região, mas a presença do capital local nas principais iniciativas em infraestrutura no local.

Assim, uma verdadeira rede de ferrovias surge posteriormente. Das 25 concessões, autorizadas pela Província de Minas para a construção de estradas de ferro, 11 delas estavam localizadas na zona da Mata. Em 1884, a região abrigava 2/3 das ferrovias da Província. Segundo o autor, a presença do capital da localidade, na fase inicial desses investimentos, demonstra o dinamismo econômico da atividade agroexportadora na região sul e sua capacidade de acumulação de capital e de investimento. Neste sentido, escreve que:

[A] primeira fase do desenvolvimento destes empreendimentos, diversos elementos (que de resto, podem ser estendidos para outras regiões cafeeiras) tem sido sublinhados pela historiografia, como a iniciativa predominante de fazendeiros locais, a presença do Estado (no âmbito provincial e central) com a concessão de garantia de juros sobre o capital empatado, a desorganização das linhas em função do benefício de fazendeiros com influência política, a construção de redes com bitolas diferenciadas, etc. De destaque, como iniciativa de fazendeiros da região e financiamento pelo menos parcialmente local temos em Juiz de Fora, entre outras, a Companhia União Mineira e a Companhia Juiz de Fora a Piau.¹⁶⁴

Porém, as disputas regionais por privilégios e concessões propiciaram o enfraquecimento dos interesses regionais e muitas das companhias férreas regionais foram sendo adquiridas por empresas externas, cujos interesses estavam radicados na Corte. A Companhia Leopoldina, formada inicialmente por capital local, tornou-se uma

¹⁶³ PIRES, A. **Café, finanças e indústrias**: Juiz de Fora, (1889-1930). 2009. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 55.

¹⁶⁴ PIRES, *Ibidem*, p. 57.

dessas empresas. Mas, em pouco tempo, em meados de 1880, mudou de interesse e passou a comprar as companhias locais. Em 1890, todas as linhas férreas localizadas na zona da Mata haviam sido adquiridas pela Leopoldina. Todavia, com a crise da cafeicultura, a Companhia se viu em dificuldades financeiras e, em 1897, declarou falência. Reestruturada, apresentou-se, em 1898, como empresa inglesa¹⁶⁵.

Segundo Adréa Casa Nova Maia, a chegada do trem no interior, nas pequenas vilas e cidades, era um acontecimento diferente, fantástico. Em pouco tempo, transformou a vida das pessoas e alterou os caminhos em toda a região. Para muitos, como podemos ler abaixo, o trem era sinônimo de modernidade:

A rede ferroviária, garantindo transporte de viajantes e mercadorias, estabelece ligações entre todas as regiões de uma nação, até de muitos continentes, e permite todas as comunicações e intercâmbios. Nesse sentido, não só a locomotiva é sinônimo de país moderno, industrializando-se como, as estações, a arquitetura, o ir e vir dos viajantes, estrangeiros ou não, também representam a chegada da modernidade.¹⁶⁶

Na visão da autora, a expansão das ferrovias esteve relacionada não só à modernidade, mas também ao capital inglês, haja vista que, no final do século XIX, a Inglaterra procurou exercer um domínio mais rigoroso sobre os setores básicos da economia brasileira. Assim,

A Inglaterra controlaria não só o comércio, mas também o transporte. Sabe-se que grande parte de nossas estradas de ferro foram construídas com empréstimos feitos em Londres. Outras não puderam saldar suas dívidas e foram encampadas pelos ingleses, como a Companhia de Ferro Leopoldina, fundada por brasileiros em 1872 e hipotecada pelos credores britânicos em 1897. “Não foi, porém, com empréstimos, mas sim no campo dos investimentos diretos que os capitalistas ingleses exerceram sua maior influência no sistema de transportes no Brasil”.¹⁶⁷

Nesse contexto de modernidade, as Companhias Engenho Central de Aracati e Engenho Central Rio Branco foram as primeiras e principais empresas da zona da Mata mineira e da Província na modernização do processo de fabricação do açúcar. As duas fábricas, devido aos melhoramentos técnicos empreendidos na instalação de seus

¹⁶⁵ PIRES, A. **Café, finanças e indústrias**: Juiz de Fora, (1889-1930). 2009. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009. p. 58.

¹⁶⁶ MAIA, Andréa Casa Nova. **Encontros e despedidas**: história de ferrovias e ferroviários de Minas. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 45.

¹⁶⁷ MAIA, Ibidem, p. 46.

engenhos, representaram uma mudança de perspectiva para a atividade açucareira, em Minas Gerais, no final do século XIX.

Diferente do engenho instalado em Aracati, o Engenho Central Rio Branco, desde a aprovação do projeto, com suas plantas e desenhos, pela Assembleia Legislativa, até a sua efetiva instalação, apresentou-se como um engenho de grande porte. Sua construção significou uma mudança de perspectiva para a sub-região da zona da Mata mineira, mesmo não sendo a cana-de-açúcar a sua principal atividade, uma vez que tal posição pertencia à cafeicultura, desde a segunda metade do séc. XIX.

Entretanto, o cultivo da cana-de-açúcar, neste período, não deixou de ser uma atividade rentável e presente na economia mineira, principalmente nas sub-regiões central e norte da zona da Mata. Um dos primeiros decretos, promulgados pelo Governo Imperial que beneficiaram a atividade açucareira, na Província de Minas Gerais, foi expedido, ao final da década de 1870. Precisamente, em outubro de 1879, o Decreto 7.508 autorizava a criação da empresa Companhia Engenho Central de Aracati. O objetivo era instalar um engenho central destinado à fabricação de açúcar de cana e deveria se localizar às margens do Rio Pombo, no município de Leopoldina – Província de Minas Gerais. O local denominava-se ‘Aracati’.

Anos depois, a partir da publicação do Decreto 9.434, em junho de 1885, a Companhia Engenho Central Rio Branco também recebeu autorização do Império para se organizar e instalar um engenho central na sub-região central da zona da Mata. Entretanto, a Cia. já havia recebido a concessão do governo provincial mineiro, em 7/10/1882, a qual autorizava o incorporador e concessionário, Joaquim José Campos de Bittencourt, a construir um engenho central de cana-de-açúcar, em uma das seguintes cidades: Ubá, Visconde do Rio Branco (antigo Presídio), Muriaé, Carangola e Ponte Nova.

Para Alice Canabrava, a concessão dada pela Província de Minas, em outubro de 1882, estava de acordo com as leis promulgadas pelo Governo Imperial. A ação do governo de Minas pode ser, dessa forma, justificada:

A lei de 29 de setembro e a de 6 de novembro de 1875 sobre os engenhos centrais marcaram o advento da política de ajuda financeira por parte do governo com o fim de incrementar a instalação de moderna indústria açucareira em nosso país, revigorada por novos dispositivos legais em 1888. Em várias províncias as autoridades tinham se antecipado. Ao que parece, a iniciativa partiu de Pernambuco que, em 1857, havia legislado em favor da fundação de uma ‘fábrica central de açúcar’. Tratava-se apenas de anseios.

Somente em 1871, esta e a província do Rio de Janeiro concederam garantia de juros a engenhos centrais que viessem a ser montados; em 1874, com o mesmo propósito, legislaram as províncias de Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte. No ano seguinte, projetos de instalação de engenhos centrais foram aprovados nas províncias de São Paulo, Ceará e Maranhão. Em 1877 a primeira concessão foi dada ao Paraná; em 1879 a Minas Gerais e Pará.¹⁶⁸

Vale notar que, entre 1879 e 1905, o Governo Imperial publicou ainda outros 23 decretos e concessões, referentes à construção de engenhos centrais em Minas Gerais. Tais documentos tratavam, dentre outras questões, da aprovação dos projetos e da instalação dos engenhos, bem como da garantia de pagamento de juros das transferências de sede, das anulações de concessão, da reforma de estatutos a concessionários. Os municípios da zona da Mata, relacionados nessas concessões, foram: Leopoldina, na localidade de Aracati; Visconde do Rio Branco, no antigo Presídio; Sete Lagoas, na freguesia de Jequitibá; Itajubá, Lavras e Queluz.¹⁶⁹ Porém, somente os Engenhos Centrais de Aracati e Rio Branco foram realmente instalados e, somente, o segundo alcançou maior longevidade nas suas atividades, transformando-se em Usina, no início do séc. XX.

A construção do engenho Central Rio Branco foi um empreendimento importante, tanto para a Província de Minas Gerais quanto para o Governo Imperial. É preciso ressaltarmos que, enquanto para este a construção de engenhos centrais estava relacionada a uma política de modernização do setor açucareiro, promovida pelo Estado, para aquele, além desse fator, tal atividade representava a chegada da modernidade no interior das Minas Gerais, pois ali se materializaria o símbolo maior da industrialização: a fábrica.

Mas antes mesmo da construção do primeiro engenho central, o discurso de modernidade já ecoava em Minas. No relatório de 1876, o Presidente da Província de Minas sancionou a lei nº 2334, por meio da qual isentava de impostos as máquinas e os materiais importados pelas empresas e companhias industriais, instaladas na província. Neste mesmo documento, o governo autorizava a construção de diversas estradas de ferro que interligariam a estação de Serraria à povoação do Espírito Santo do Mar de Espanha; a Capital ao Rio Doce; Santana do Pirapetinga à estação de Volta Grande; São João Del Rey à Ponte do Miranda, e Santa Bárbara ao arraial de Santa Cruz do Rio

¹⁶⁸ CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol. 4. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 108.

¹⁶⁹ Para mais informações sobre os Decretos Imperiais, referentes a Minas Gerais, confira o Anexo II, o qual traz os decretos agrupados por localidade/empresa e por data de publicação.

Pardo.¹⁷⁰ Para o governo de Minas, tais ações tinham objetivos bem definidos: diversificar a economia, promover o crescimento das exportações e do mercado interno e alavancar as receitas do Estado.

No relatório de 1880, ao final de sua análise sobre as finanças do Estado, o Presidente da Província afirmou que

não se pode confiar no acréscimo de impostos produzido por um certo gênero tributado. Deve-se antes esperar que a expansão das indústrias, o movimento mais amplo do comércio, novas vias de comunicação e outros elementos da riqueza venham avultar a receita.

Nos dois relatórios, vemos que o discurso de diversificação econômica e arrecadação tributária são alicerces da modernidade.

A concessão dada pelo Governo Imperial a Joaquim José de Campos Bittencourt para a construção de um Engenho Central partiu da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que decretou a lei 2.900, em 7 de outubro de 1882. A citada lei concedia ao Engenho ou à companhia, organizada por Bittencourt, a garantia de 7% de juros anuais sobre o capital de 800:000\$000, num prazo de 25 anos.¹⁷¹ É preciso mencionar que Joaquim Bittencourt mantinha relação estreita com a província mineira, haja vista que, em 1869, aparece na Relação dos Exatores da Fazenda Provincial de Minas Gerais, ocupando o cargo de coletor municipal na vila do Piranga. Ao ser nomeado para o posto de exator, em 1º de abril de 1869, tornou-se responsável pelo valor arbitrado em 6:000\$000, para o qual deu como garantia os próprios bens. Por exigência do cargo, teve como avalista Manoel Ignácio da Silva Araújo Junior, morador na citada vila.

O projeto de Bittencourt, aprovado na Assembleia Legislativa mineira, recebeu o apoio de diversos deputados, tais como: Henrique de Magalhães Salles, Antonio de Santa Cecília, Antonio Jacob da Paixão, José Antonio da Silveira Drummond, Antonio Cesário da Silva e Oliveira, Manoel Menelino Pinto, Olegário Dias Maciel, Chrispim Jacques Bias Fortes, José Candido Costa Senna e José Pedro Xavier da Veiga.¹⁷² Para ratificar a autorização, celebrou-se, em 22 de dezembro do referido ano, um contrato entre Bittencourt e a Província. Interessado em obter capitais no exterior, o concessionário consultou a Assembleia, a qual indeferiu o pedido, alegando ser a

¹⁷⁰ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Barão da Vila da Barra, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1876. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1876. p. 28 e 29.

¹⁷¹ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Gonçalves Chaves, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1883. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1883. p. 72-73.

¹⁷² JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco**: notas para a sua história. Visconde do Rio Branco, Papelaria Imperial, 1952. p. 409.

flutuação cambial o impedimento para tal alternativa de capitalização. Ou seja, a instabilidade do câmbio brasileiro poderia elevar a quantia fixada e garantida em lei.

Mas, as dificuldades econômicas, enfrentadas por Joaquim José Campos de Bittencourt para a montagem da empresa, levaram-no a transferir a concessão a um grupo de investidores.¹⁷³ Em 26 de abril de 1884, formou-se, na cidade do Rio de Janeiro, a Assembleia Geral que constituiu a Companhia Engenho Central Rio Branco. Para a companhia, foram transferidos todas as isenções, favores e ônus, referentes à lei provincial 2.900, de 7 de outubro de 1882, bem como aquelas, relativas ao contrato subsequente de 22 de dezembro do mesmo ano. Depois de constituída, a Assembleia aprovou o estatuto da Companhia e elegeu a primeira diretoria, tendo como membros os Srs. Drs. Antônio Paulo de Mello Barreto, José Arthur de Murinelly e Lindolpho Martins Ferreira.

Após estas iniciativas, a companhia “efetuou o depósito, no Banco Hipotecário e Rural, de 80:000\$000, correspondente a 10% sobre todo o capital já subscrito.”¹⁷⁴ Em 11 de junho, a província de Minas, através de uma portaria, aprovou o projeto de construção do engenho central e o orçamento de 660:000\$000, referente ao custeio da obra. O capital restante, no valor de 140:000\$000, “seria empregado na indenização de terrenos, que forem necessários para o engenho, suas dependências e contratos de fornecimento de cana.”¹⁷⁵ Para fiscalizar a obra, a província nomeou o engenheiro de minas Luiz Marianno Rodrigues da Costa.¹⁷⁶

As obras de construção do Engenho Central Rio Branco tiveram início com o lançamento da pedra fundamental, em 10 de outubro de 1884, no município de Visconde do Rio Branco, antigo Presídio

A solenidade contou com a presença de autoridades, diretores da empresa e povo. Ao dar a benção a essa pedra, Dom Antonio Maria de Corrêa de Sá e Benevides, Bispo de Mariana e engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pronunciou palavras de estímulo à iniciativa e, vendo-se cercado de proprietários rurais e senhores de escravos, renovou seu posicionamento contrário a escravidão.¹⁷⁷

¹⁷³ JOSÉ, *Ibidem*, p. 410.

¹⁷⁴ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Gonçalves Chaves, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1884. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1884. p. 72.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 301.

¹⁷⁶ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Gonçalves Chaves à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1884 – Apêndice ao Anexo B – Doc. nº 13 – Tabelas dos Créditos Especiais. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1884. p. 4

¹⁷⁷ JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco**: notas para a sua história. Visconde do Rio Branco, Papelaria Imperial, 1952. p. 410.

Em 15 de janeiro de 1885, a presidência da Província de Minas aprovou as modificações apresentadas pela Companhia, as quais consistiram no uso de filtros para a fabricação de açúcar. Em 30 de junho do mesmo ano, a Companhia Engenho Central Rio Branco recebia 3\$589, referentes ao pagamento de 7% de juros vencidos pelos primeiros seis meses de investimentos, isto é, de janeiro a junho de 1884.¹⁷⁸ A Companhia aguardava, ainda, a aprovação das contas e o pagamento dos juros relativos aos investimentos realizados pela empresa no 2º semestre, de julho a dezembro de 1884. Tais cálculos se encontravam na Diretoria Geral das Obras Públicas e exigiam do engenheiro fiscal outros esclarecimentos.

A construção do engenho central, cujo início se deu em 10 de outubro de 1884, foi concluída em setembro de 1885. Precisamente, no dia 7 do mesmo mês, o Engenho Central Rio Branco foi inaugurado, “importando a despesa de sua construção em 626:781\$292¹⁷⁹” contos de réis. Sobre a inauguração, assim escreveu o jornal ouro-pretano *A Província de Minas*, em 24 de setembro de 1885:

Engenho Central Rio Branco

A 7 de setembro foi festivamente inaugurado este importantíssimo estabelecimento assistindo ao ato a respectiva diretoria, composta dos ilustres Srs. Dr. Mello Barreto, Murinelly e Lindolpho Martins, muitos cavalheiros, vindos da Corte por delicado convite da diretoria, que esmerou-se em obsequiá-los, e grande concurso da população do Rio Branco e Ubá.

Precedeu à inauguração a cerimônia religiosa pelo Revd. e digno vigário de Rio-Branco, padre Severiano Anacleto Varella.

Na véspera foi servido, por fineza dos ilustrados engenheiros construtores os Drs. Lynchs, um esplendido banquete no qual ergueram-se numerosos brindes, entre os quais os seguintes: – aos ilustres membros da diretoria do engenho central e da estrada de ferro Leopoldina; – ao prestante cidadão Joaquim José de Campos Bittencourt, inteligente e esforçado iniciador da idéia; – aos referidos e honrados engenheiros construtores; ao inteligente engenheiro fiscal Dr. [Luiz Mariano] Rodrigues da Costa; aos ilustrados Drs. Cesário Alvim e Mesquita Barros; aos representantes da imprensa da Corte e desta capital ali presente (Valle Cabral, Capistrano de Abreu, Dr. Francisco Veiga e J. P. Xavier da Veiga), sendo todas as saudações entusiasmaticamente correspondidas. O engenho central Rio-Branco,

¹⁷⁸ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1885 – Contadoria da Diretoria da Fazenda Provincial de Minas Gerais, 30 de junho de 1885. Anexo 13. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1885. p. 2.

¹⁷⁹ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 05 de junho de 1887. Fábricas de Açúcar. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887. p. 74.

destinado ao fabrico de açúcar em grande escala, é um estabelecimento de primeira ordem, fundado com maquinismos os mais aperfeiçoados e empregando os processos mais adiantados da mecânica industrial. [...]

A festa industrial da inauguração do engenho central Rio-Branco, para a qual contribuíram cidadãos de todas as classes e credos políticos, foi certamente uma das mais animadas e alegres de quantas se tem visto em nossa província, e havia razão para isso sendo o fato tão promissor para aquela ubérrima região, onde dia a dia o trabalho faz novas e esplendidas conquistas civilizadoras.¹⁸⁰

A construção do Engenho Central, marcada pela promulgação da lei provincial nº 2.900, de 7 de setembro de 1882, e pelo contrato assinado entre o concessionário e a província, em 22 de dezembro do mesmo ano, trouxe uma novidade importante para a província e, especialmente, para a sub-região central da zona da Mata. O texto assinado pelo Presidente da Província, Dr. Theophilo Ottoni, apresentou em seu artigo 2º, além das cláusulas comumente utilizadas pelo governo provincial para regular iguais concessões, uma série de novas medidas, as quais estipuladas pelo governo provincial deveriam ser promovidas pela empresa. Tais medidas visavam a garantir o desenvolvimento econômico e social da região, mas numa perspectiva de modernidade adotada pelo Governo da província para a referida indústria. Assim,

- I. A empresa colocará em terras adjacentes ao engenho uma colônia de nacionais ou estrangeiros, nunca inferior a 500 pessoas.
- II. Do capital garantido à empresa reservará a décima parte, que constituirá um fundo especial, destinado a ser dado por empréstimo, a curto prazo, sob sua responsabilidade e juro de 8%, aos plantadores e fornecedores de cana, como adiantamento para auxílio dos gastos da produção. O empréstimo assim feito a qualquer plantador não poderá exceder a dois terços do valor presumível da sua safra.
- III. Poderá unir o engenho, por meio de vapor, à próxima via férrea, ficando garantido à empresa privilégio, por igual tempo, sem garantia de juros, para essa via férrea, cuja bitola será a que for preferida pela empresa.¹⁸¹

Além das cláusulas estipuladas acima, o contrato exigia do concessionário, ou seja, da Companhia Engenho Central Rio Branco, a construção de um engenho central com capacidade mínima para moer, diariamente, 160.000 kg de canas e produzir pelo menos, ao ano, 600.000 kg de açúcar.

¹⁸⁰ A Província de Minas, semanário ouro-pretano, edição de 24 de setembro de 1885. In.: JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco, terra, povo, história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 412-413.

¹⁸¹ PERLATTO, Carla Martins de Lima. **Engenho Central Rio Branco**. Juiz de Fora: Dep. Artes – ICE/UFJF, 1997.

Acima das expectativas, na sua primeira safra, em 1885, o engenho ultrapassou a meta mínima diária, pois chegou a moer 218.208kg de cana, ou seja, moeu 58.208kg a mais, conforme a exigência em contrato. De igual modo, o rendimento do açúcar também ultrapassou o mínimo exigido e apresentou um percentual de 4,53%. Dessa forma, a companhia excedeu a porcentagem de 3,75%, estipulada em contrato.

No entanto, a empresa enfrentou, junto à Presidência da Província de Minas Gerais, dificuldades na aprovação do quadro de pessoal e dos vencimentos a serem pagos aos funcionários – o quadro de pessoal era uma exigência da cláusula 20ª, § 6º do contrato celebrado entre a empresa e a província, em 22 de dezembro de 1882. Segundo o contrato, a Companhia deveria apresentar um quadro contendo os empregados necessários “[a]os trabalhos no engenho, com especificação dos respectivos vencimentos”¹⁸², homens necessários “no tráfego e mais serviços do engenho”¹⁸³. Devido ao número excessivo de empregados, contratados pela empresa e pelos vencimentos pagos, logo, precisou ser reelaborado pela empresa e submetido novamente a apreciação. Assim,

Indo esse requerimento e o dito quadro à Diretoria de Fazenda, para informar a pessoa daquela repartição que se ouvisse, a que depois se fez, o engenheiro fiscal do mencionado estabelecimento, o qual deveria conhecer melhor as circunstâncias da localidade e do engenho, a fim de emitir parecer sobre a adoção do aludido quadro.

Declara aquele funcionário que considera aceitáveis os ordenados estipulados pela Companhia, com exceção do do chefe da fabricação, visto que no engenho central de Quissamã o empregado de igual categoria percebe anualmente ordenado inferior, isto é 4:800\$000, sendo entretanto aquela companhia uma das que remuneram melhor os seus empregados.¹⁸⁴

As críticas à Companhia Engenho Central Rio Branco colocavam em questão a capacidade administrativa de seus diretores, comparado ao engenho de Quissamã, localizado na província do Rio de Janeiro. Neste, o valor pago, anualmente, ao chefe de fabricação não ultrapassava 4:800\$000, enquanto, no engenho mineiro, o valor estipulado pela empresa chegava a 7:150\$000. Devido a isso, somente em 6 de outubro de 1885, a Secretaria de Governo aprovava o quadro recebido, mas com a ressalva de que era necessário reduzir o valor dos vencimentos a serem pagos ao chefe de fabricação.

¹⁸² Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, 13 de abril de 1886 – Engenhos Centrais. Ouro Preto: Tipografia do <<Vinte de Agosto>>, 1886. p.101-102.

¹⁸³ Belo Horizonte. Arquivo Público Mineiro. Fundo da Secretaria do Governo da Província. 1875-1889.

¹⁸⁴ Idem.

Em 16 de novembro, a secretaria despachava ao engenheiro fiscal o documento para que este se entendesse com a empresa na adequação do valor do salário. Em resposta, o engenheiro fiscal propôs à Diretoria da Fazenda e à Secretaria de Governo e, por sua vez, à empresa o valor de 4:800\$000. O engenho acatou a recomendação e adequou o salário do funcionário àquele sugerido pelo engenheiro fiscal. Em 2 de março de 1886, o demonstrativo foi aprovado em definitivo pela Secretaria e os custos com os salários de todos os funcionários foram reduzidos de 83:110\$000 para 68:200\$000, promovendo, assim, uma economia anual de 14:910\$000.

Também, no dia 4 de março de 1886, a província aprovou os contratos firmados entre a empresa e os agricultores para o fornecimento de cana-de-açúcar ao engenho central durante cinco anos. Os primeiros fornecedores foram: Antônio Ferreira Lemos da Silva, Gustavo Coutinho de Miranda Jordão, Dr. José Lynch, José de Paula Santos & Irmão, Olyntho Cândido Brandão da Fonseca, Dr. Braz Valentim Dias, Francisco Antônio Teixeira, Dr. José Cesário de Faria Alvim, João Luiz da Motta, Benjamim Franklin de Miranda, Antônio Fonseca dos Reis, Antônio Dias de Lana e Raphael Baptista Pereira. Os fornecedores, segundo o contrato, poderiam elevar a quantidade de cana fornecida ao engenho em até 15.000 toneladas ao ano. Em 25 de junho de 1886, o engenho cumpria outra exigência estabelecida pela Presidência da Província no contrato de 1882. Na referida data, o engenho efetuou a compra de um terreno, o qual seria utilizado para o estabelecimento da colônia de trabalhadores. O custou do terreno aos cofres da companhia foi de 45:000\$000.

A safra de 1885 durou apenas 12 dias. Os números seguintes foram agrupados pelo governo provincial e permitiram a construção do quadro abaixo:

Quadro 3 - Apresentação dos dados referentes à safra de 1885

Companhia Engenho Central Rio Branco – Safra de 1885	
Canas moídas	2.356.843 kg.
Caldo extraído	1.676.856 kg.
Porcentagem em relação ao peso das canas servidas	66,7%
Número de <i>wagons</i> empregados no transporte de canas	576
Numero de horas de moagem efetiva	279
Açúcar produzido em primeiro jato	85.560 kg.
Idem em 2º e 3º	29.580 kg.
Rendimento total em açúcar	115.140 kg.
Porcentagem sobre as canas moídas	4,53%
Rendimento em aguardente	57.593 litros
Porcentagem sobre a cana	22,7 por 1000 kg. de cana

Os dados acima foram extraídos do Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 13 de abril de 1886. Engenhos Centrais. Ouro Preto: Tipografia do <<Vinte de Agosto>>, 1886. p. 102.

A produção obtida pela Companhia, em 1885, pode ser relacionada ao preço médio do açúcar no período. Para tanto, extraímos do relatório do Presidente da Província Mineira, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela, para o ano de 1886, na parte referente à cobrança do imposto do café e do açúcar exportados pela província, a média do preço do açúcar, conforme as pautas organizadas pela alfândega da corte. Esses dados atendiam ao artigo 5º, § 1º e 2º da lei nº 3232, e à diretoria da Fazenda - responsável por organizar a pauta da cobrança de impostos sobre os produtos a serem exportados pela Província de Minas. O quadro, a seguir, corresponde ao agrupamento desses dados por trimestre:

Quadro 4 - Preço médio do açúcar exportado pela Província – 1º semestre de 1886

1º Trimestre de janeiro a março de 1886	
Média do preço do açúcar	198 reis
Imposto a cobrar-se sobre cada um kilograma	6 reis
2º Trimestre de abril a junho de 1886	
Média do preço do açúcar	245 reis
Imposto a cobrar-se sobre cada um kilograma	7,35 reis

Os dados acima foram extraídos do Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1886 – Finanças. 13 de abril de 1886. Ouro Preto: Tipografia do <<Vinte de Agosto>>, 1886. p. 76-77.

Desse modo, ao relacionarmos os dados contidos nos quadros 3 e 4, podemos identificar, na safra de 1885, o faturamento da Companhia, o qual variou entre 22:797\$720 e 28:209\$300 contos de reis, de acordo com os preços observados nos dois primeiros trimestres do dito ano. Ao promover o mesmo exercício com os impostos a serem pagos, observamos que a Companhia arrecadou aos cofres públicos, no mesmo período, uma importância variável de 690\$840 a 846\$279 mil réis.

A forma de cobrança do imposto sobre o açúcar, produzido na Província mineira, foi alterado logo que se autorizou a construção do engenho central. As diferenças estruturais existentes entre as unidades produtoras de açúcar em Minas Gerais – engenhos banguês, engenhocas e engenhos centrais – e as formas de tributá-los promoveram uma grande discussão entre as autoridades mineiras, ocupando, portanto, as tribunas do Legislativo provincial. Sobre o tema, em 1º de agosto de 1884, assim escreveu o Presidente da Província à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves:

Antes de concluir devo chamar vossa atenção sobre um ponto que interessa o nosso sistema tributário: quero falar-vos da contribuição sobre o açúcar produzido pelos engenhos centrais na província.

Esse gênero é, na legislação atual, tributado tendo-se somente em atenção o motor da máquina produtora.

Semelhante base não daria a conveniente distribuição do imposto com relação aos engenhos centrais; parece que o tributo deve incidir na produção dessas grandes fábricas, tanto mais quanto o açúcar não está sujeito aos direitos de exploração.

É uma nova fonte de renda que se abre e que compensará largamente as que em prazo breve terão de desaparecer.¹⁸⁵

No ano seguinte, o imposto sobre os engenhos já estava regulamentado pela lei 3232, de 22 de outubro de 1884, a qual determinava a cobrança de 3% sobre a produção anual do gênero. Todavia, mesmo com a formalização desse percentual, o diretor da Fazenda não deixou de manifestar a sua preocupação, ao discutir a importância de se tributar a produção anual dos engenhos e não, simplesmente, o produto exportável. Para ele, a tributação estava condicionada a dois princípios: um primeiro, cuja preocupação era evitar que os engenhos centrais deixassem de pagar o tributo, caso o açúcar produzido fosse vendido no mercado interno e, um segundo, que buscava equilibrar a concorrência no mercado interno de açúcar entre os diferentes tipos de engenhos existentes em Minas Gerais, tributando-os de forma distinta. Assim,

A lei nº 3232 de 22 de outubro de 1884, no seu art. 5º § 2º, restabeleceu o imposto de 3% sobre o açúcar exportado da província.

Para este fim, e nos termos da citada disposição, organizei a pauta de 8 de junho último, mandando cobrar 6 reis de cada kilograma desse gênero, cuja cotação de preço era de 195 rs.

A exportação desse produto é de pequena escala.

Temos apenas funcionando o engenho central – Rio Branco – e os outros pequenos engenhos dos fazendeiros que já são tributados, conforme o motor, unicamente produzem para o consumo da província.

Entende o diretor da fazenda que o imposto sobre os engenhos centrais deve recair sobre a produção anual; pois que, na provável hipótese de que seja também consumida somente na província, ficarão esses mesmos engenhos sem contribuição alguma, quando aliás tem a garantia de juros, e por conseqüência em melhores condições do que os engenhos montados por iniciativa particular. Será, pois, injusta semelhante desigualdade.¹⁸⁶

No relatório de 1885, o Presidente da Província informa que os pequenos engenhos, montados pelos fazendeiros mineiros, pagavam de imposto 34\$000, 17\$000 e

¹⁸⁵ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1884 – Finanças. 01 de agosto de 1884. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1884. p. 60

¹⁸⁶ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1885 – Finanças. 01 de agosto de 1885. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1885. p. 22.

8\$500, de acordo com a capacidade instalada (motor), o que era regulamentado pelo artigo 6º da lei nº 2892, de 6 de novembro de 1882. Para o relator, os engenhos apenas fabricavam para o consumo na província, não chegando a exportar a produção, o que justificava a cobrança diferenciada entre eles, de acordo com a capacidade produtiva. Por conseguinte, deveria existir entre esses pequenos engenhos e o engenho central, uma cobrança também diferenciada, para que este último não viesse a desequilibrar a produção no mercado interno. Nas palavras do relator:

Dada a hipótese, alias provável, que a produção dos engenhos centrais, igualmente seja consumida na província, ficarão estes, que já estão estabelecidos com garantia de juros da província, se[m] a contribuição alguma, e por conseguinte, em melhores condições que aqueles de iniciativa particular.

É de justiça acabar-se com essa desigualdade, e assim julgo que o imposto sobre os engenhos centrais deve recair sobre a produção anual.¹⁸⁷

Em 29 de junho de 1886, o engenho começou a moagem de sua segunda safra. Diferente dos resultados obtidos no ano anterior, essa safra, que duraria até 19 de novembro de 1886, foi marcada por um resultado mais satisfatório comparado ao da safra anterior. O açúcar fabricado chegou a 621.660 kg e, para uma produção tão avultada, utilizaram-se 10.232.200 kg de cana-de-açúcar. Nessa safra, o percentual de extração do caldo da cana atingiu 69,7%, enquanto que, no ano anterior, o índice foi de 66,7%. A extração do caldo da cana era um item importante e estava relacionado, primeiramente, à qualidade das canas utilizadas e, também, à regulagem das moendas.

Dessa forma, esses números, ao serem comparados, nos permitem discutir não só o tempo de duração das duas primeiras safras – a primeira que durou apenas 12 dias; a segunda, 5 meses; mas outros elementos significativos para o funcionamento do Engenho no seu segundo ano de produção.

E ao analisarmos a quantidade de canas moídas, nos dois primeiros anos, temos um aumento de 434% entre a primeira e a segunda safra. O percentual de rendimento das canas moídas, por sua vez, fez o mesmo movimento, apresentando um acréscimo, de 66,7 para 69%. Tal fato pode ser explicado pelos possíveis ajustes feitos no engenho, e nas moendas, entre uma safra e outra. Todavia, precisamos relacionar o aumento na

¹⁸⁷ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1885 – Finanças. 01 de agosto de 1885. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1885. p. 06.

produção de caldo das canas moídas ao percentual de sacarose, bem como ao rendimento dessas ao serem cozidas.

Assim, destacamos o rendimento percentual das canas moídas e transformadas em açúcar, as quais também apresentaram crescimento de 4,53% para 6,07%. Esses números podem ser relacionados tanto à quantidade de caldo produzido, em relação ao número de canas consumidas, quanto ao percentual de sacarose das referidas canas. Mas, os números também devem ser relacionados, principalmente, ao custo da produção. Ou seja, a safra de 1886 destacava-se primeiro pela lucratividade obtida.

Quadro 5 - Apresentação dos dados referentes à safra de 1886

Companhia Engenho Central Rio Branco – Safra de 1886	
Canas moídas	10.232.200 kg
Número de <i>wagons</i> empregados no transporte de canas	1.515
Peso total do caldo extraído	7.060.080 kg
Densidade média do caldo	10° [Bauré]
Hectolitros de caldo extraído	76.248 Hectolitros
Caldo por 100 kilogramas de canas	69%
Número de defecação	1.546
Volume de uma caldeira de defecação	43 Hectolitros
Peso total do açúcar obtido (10.361) sacas	621.660 kilogramas
Rendimento em açúcar	6,07%
Aguardente obtida	125.704 litros
Rendimento em aguardente por 100 kilogramas de cana	1,22 litros
Peso da lenha consumida	2.098.720 kilogramas
Peso da lenha consumida por 100 kilogramas de canas moídas	20,51%

Os dados acima foram extraídos do Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1887 – Anexo 8 – Relatório da Diretoria Geral de Obras Públicas de Minas Gerais. 21 de maio de 1887 – p. 42. Ouro Preto 1887. Tipografia de J. F. de Paula Castro.

Para a Companhia, a diminuição dos custos de produção era essencial para desenvolver o empreendimento. Além da compra e montagem do maquinário do engenho e do custo da mão-de-obra, ambos já citados, o custo de produção poderia variar conforme o preço pago na compra da cana-de-açúcar, o rendimento da mesma e o preço da lenha que abasteceria o engenho.

O custo das canas moídas na safra 1886, compradas pelo engenho a 7 réis o kg, atingiu o valor de 71:625\$400, o equivalente a 51,14% do faturamento. Todavia, este preço poderia variar, sendo acrescido de um real, se o fornecedor entregasse a cana na fábrica. Para o Presidente da Província, o Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, o acréscimo poderia ser elemento importante na redução do gasto com transporte.

A doçura das canas adquiridas pela empresa deveria também ser observada, mas o fato de se comprar a cana por tonelada e de não existirem ainda recursos técnicos para promover, no ato da entrega das canas, uma relação entre peso e sacarose, que permitiria a empresa comprar as canas com uma diferença de preço, de acordo com a doçura do produto, que ao ser pago de maneira diferenciada, numa relação peso/doçura, levaria a uma diminuição dos custos. Dessa forma, a sacarose somente era computada ao final de cada processo de fabricação do açúcar e pela quantidade produzida em 1º, 2º e 3º jatos. Esses números eram totalizados ao final da safra, definindo-se, a partir dos resultados diários, a sacarose das canas, consumidas ao longo de todo o processo de produção daquele ano.

O procedimento, adotado pela companhia para a compra da lenha, guardadas as devidas proporções, se aproximava da forma utilizada na compra da cana-de-açúcar. De acordo com o relatório do Presidente de Província, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, a empresa adquiria uma tonelada de lenha por 5\$000, valor pago ao fornecedor no lugar de corte, ficando a cargo da Companhia o transporte. O gasto com a compra de lenha, em 1886, foi de 10:493\$600, o que correspondia a 7,49% do faturamento da empresa.

Para o referido Presidente da Província, na 2ª safra, “o açúcar produzido pelo engenho é de boa qualidade, tendo regulado o preço médio, por saca, a 13\$518 ou a 225,3 o kilograma”.¹⁸⁸ Ao relacionarmos o preço médio à produção obtida pelo engenho, teremos um faturamento de 140:059\$998, um valor expressivo, se comparado à safra de 1885.

Todavia, o relator sugere ao Engenheiro Fiscal que este demonstre para a diretoria da companhia a importância de se abrir concorrência pública para a aquisição de matéria-prima. Cita, assim, o fornecimento de lenha, o qual permitiria não só reduzir custos ao comprar o material a preços mais baixos, mas pela possibilidade da empresa exigir do fornecedor a entrega do produto na fábrica.

Segundo o relatório de Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, apresentado à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 05 de julho de 1887, o engenho não prosperou. Para o relator, nos dois primeiros anos de funcionamento do Engenho Central Rio Branco, houve um aumento na produção, mas o índice não foi suficiente

¹⁸⁸ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1887 – Anexo 8 – Relatório da Diretoria Geral de Obras Públicas de Minas Gerais. 21 de maio de 1887. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887. p. 42

para promover renda superior ao custeio do próprio engenho. Entretanto, o insucesso ainda era uma incógnita para a Assembleia Provincial de Minas Gerais.

Ao analisar o desenvolvimento do Engenho Central Rio Branco, o relator compara-o ao dos demais engenhos, construídos na província, e busca entender as causas de seu insucesso. Na visão do relator Carlos Augusto, existe uma grande diferença entre o Engenho Central e os demais, pois aquele foi privilegiado com o auxílio dos cofres públicos provinciais, o que não ocorreu com os demais engenhos existentes na província. O Engenho de Aracaty, localizado às margens do rio Pomba, na cidade de Leopoldina, autorizado pelo decreto de nº 7508, de 1º de outubro de 1879, recebeu do governo imperial autorização para ser construído e a garantia de 7% de juros sobre o capital investido.¹⁸⁹ Os engenhos construídos em Ponte Nova, pelo que nos consta, foram instalados com recursos próprios e não receberam garantia alguma do poder público. Neste sentido, o relator escreveu:

É tão admirável este resultado, e tão oposto ao que se dá com outros estabelecimentos congêneres nesta província sem auxílio algum dos cofres provinciais, que obrigou-me a ordenar o exame detalhado das contas apresentadas, bem como o estudos das causas desse insucesso, sendo disso encarregada uma comissão composta de engenheiro fiscal e de um empregado da diretoria de fazenda.

O engenho foi inaugurado a 7 de setembro de 1885, importando a despesa de sua construção em 626:781\$292.

A moagem da safra no ano passado produziu 621.660 kilogramas de açúcar em 10.282.000 kilogramas de cana, o que da uma porcentagem de 6,07%.

O preço do açúcar fabricado tem regulado a 225,3 por kilograma ou 13\$518 a saca.

Ainda não foi fundada a colônia de nacionais ou estrangeiros a que a empresa é obrigada por seu contrato, para esse fim a companhia comprou uma fazenda nas proximidades do engenho, cujo preço o engenheiro fiscal entende ser elevado, além de considerar a área acanhada para o estabelecimento de 500 colonos.

A tabela do pessoal empregado no engenho e de seus vencimentos, bem como os contratos para o fornecimento de cana, foram aprovados por esta presidência.

Importou em 38:961\$585 o pagamento de garantia de juros correspondentes ao 2º semestre de 1884, e a todo o ano de 1885, o qual foi efetuado em novembro p. passado.¹⁹⁰

¹⁸⁹ MEIRA, Roberta Barros. **Um sopro de mudanças**: a Companhia Engenho Central de Aracaty e a produção açucareira mineira no final do Império. VÁRIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42. Jul/dez 2009. p. 601 e 602.

¹⁹⁰ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1887. Anexo 8 – Relatório da Diretoria Geral de Obras Públicas de Minas Gerais. 21 de maio de 1887. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887. p. 42.

O Engenho Central Rio Branco, desde o início de sua inauguração, em 1885, sofreu por receber uma série de críticas ao seu funcionamento. O pedido de exame das contas, feito pelo Presidente da Província mineira, em 1887, demonstra que o engenho não correspondia à expectativa de produção aguardada pela Província. Diante dos resultados apresentados, nas duas primeiras safras, observamos que a fábrica estava distante da utilização máxima de sua capacidade instalada, pois mantinha uma produção um pouco além do mínimo firmado em contrato com a província, no qual esta deveria moer diariamente 160.000 kg de canas e produzir pelo menos, ao ano, 600.000kg de açúcar.

As dificuldades, enfrentadas pela Companhia Engenho Central Rio Branco, nas primeiras safras, foram várias, dentre elas, destaca-se a demora no cumprimento da cláusula contratual que insidia sobre a mão-de-obra a ser utilizada no engenho. Tal cláusula estabelecia que o engenho não utilizasse o braço escravo. Para tanto, deveria instalar uma colônia para abrigar no mínimo 500 colonos/trabalhadores, sendo estes nacionais ou estrangeiros. Para o governo provincial, a utilização da mão-de-obra livre, em detrimento do trabalho servil, era fator determinante na modernização do setor e, exigência do governo para as políticas de auxílio e isenções.

Todavia, o contrato, firmado entre a Companhia Engenho Central Rio Branco e a Presidência da Província de Minas Gerais, era deficiente por não estabelecer uma data para a construção da colônia e por não considerar o custo de instalação da mesma pelo engenho.

Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, Presidente da Província, em 1887, informa, em seu relatório, que a província garantiu juros a um engenho central, apenas. Mas este apresentava permanentes déficits nos seus balanços e a Província sempre efetivava, integralmente, os pagamentos dos juros, referentes à garantia do capital investido. O relator informa não entender a anomalia nos resultados, apresentados pelo Engenho Central Rio Branco, principalmente, quando os compara com os resultados dos outros engenhos, existentes na zona da Mata mineira – os engenhos de Aracaty e de Ponte Nova – os quais não contavam com investimentos da província na sua construção.

Segundo o relator, a presidência pedia explicações sistemáticas ao engenheiro fiscal, Luiz Mariano Rodrigues da Costa¹⁹¹, sobre os déficits sucessivos obtidos pelo

¹⁹¹ O engenheiro Luiz Mariano Rodrigues da Costa era engenheiro de minas e foi nomeado fiscal por portaria da Presidência da Província de Minas Gerais, em 11 de junho de 1884. Este era responsável por

engenho desde a inauguração do engenho. Menciona ainda que, no momento, o engenheiro se dedicava a investigar a escrituração da empresa para que se pudesse identificar os problemas e propor medidas que melhorassem o desenvolvimento do empreendimento.¹⁹² Nas palavras do relator:

Engenho Central Rio Branco

À vista das informações prestadas pela diretoria de fazenda, e do exame moral e aritmético a que ela precedeu nas contas apresentadas pela empresa Engenho Central Rio Branco, para pagamento dos juros garantidos pela província, nos termos do contrato de 22 de dezembro de 1882, referentes ao 2º semestre de 1884 e 1º e 2º de 1885, ordenei àquela diretoria a efetividade do aludido pagamento na importância total de 38:964\$585, sendo o da quantia de 25:070\$585 corresponde ao período de 31 de julho de 1884 a 30 de junho do p. passado, e o de 13:893\$654 correspondente ao período de 7 de setembro a 31 de dezembro do mesmo ano.

Para proceder o exame das contas do 1º semestre do corrente ano, nomeei, em 28 de setembro último, o 1º oficial da diretoria da fazenda, Joaquim Teixeira de Souza, que, com o engenheiro fiscal da empresa por parte da província, e um empregado daquela, devem compor a comissão, segundo se acha estabelecido no contrato de 22 de dezembro de 1882.¹⁹³

O diretor de obras públicas, Tristão Pereira da Fonseca, ao concluir o relatório de 1887 e apresentá-lo à Presidência da Província, avalia o desempenho do Engenho Central Rio Branco. No texto, o diretor corrobora com os demais relatores ao afirmar que “a garantia prestada a engenhos centrais não tem por enquanto produzido resultado equivalente a expectativa do legislador”.¹⁹⁴

Em 1888, o Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, ao apresentar à Assembleia Legislativa o relatório sobre o desenvolvimento industrial na Província mineira, informa-lhe o pedido realizado pelo Engenho Central Rio Branco. Segundo o relator, a companhia solicitou o pagamento dos juros vencidos, durante o ano de 1886 e no 1º semestre de 1887. A empresa requeria, ainda, a inclusão do capital de 45:000\$000 ao

acompanhar a construção e o funcionamento do Engenho Central Rio Branco. A nomeação do engenheiro ocorrera na mesma data em que a presidência aprovava por ato o plano e o orçamento do engenho.

¹⁹² Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 5 de julho de 1887. Anexo 8 – Relatório da Diretoria Geral de Obras Públicas de Minas Gerais. 21 de maio de 1887. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887. p. 41 e 42.

¹⁹³ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1º de janeiro de 1887. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887. p. 26.

¹⁹⁴ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 5 de julho de 1887. Relatório da Diretoria Geral de Obras Públicas. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887. p. 17.

capital garantido pela Presidência da Província, cujo dinheiro seria destinado à compra de um terreno para o estabelecimento de uma colônia de trabalhadores.

Porém, a Província de Minas Gerais não entendeu dessa forma pois, para o Presidente, a construção da dita colônia era uma responsabilidade da companhia, a qual deveria arcar com os custos de estabelecimento da colônia, sem onerar a província. A inclusão desse capital elevaria o valor do capital garantido pela Província, o que aumentaria o valor dos juros a serem pagos pelo governo. Segundo o relator:

As clausulas 4^a, 10^a e 12^a do contrato de 22 de dezembro de 1882, invocadas pela companhia Engenho Central Rio Branco, para o fim de justificar a inclusão, no capital garantido, do capital que despendeu com aquisição de terrenos para estabelecimento da colônia que se obrigou a fundar em terrenos adjacentes ao engenho, não dão, legítimo fundamento à aludida pretensão. Do texto suficientemente explicado, da clausula 12^a evidencia-se que a companhia, por força da referida clausula, sujeitou-se a um encargo, a que é obrigada, sem direito a garantia de juros pelos dispêndios que era cumprimento dessa clausula fizer, sem ônus algum para a província. A cláusula 3^a do contrato, distinguido e precisando as partes componentes do capital garantido, exclui qualquer dúvida a cerca das somas despendidas por virtude da estipulação da clausula 12^a. [...] Não devem, portanto, ser incluídos no valor do capital garantido os quarenta e cinco contos que a companhia despendeu na compra de terras e mais despesas da colônia: assim, conformando-me com o parecer da comissão de exame de contas, e os da diretoria de fazenda provincial de 31 de outubro próximo passado e 21 de novembro do corrente, aprovo as glosas feitas pela diretoria de fazenda às contas apresentadas pela companhia Engenho Central Rio Branco¹⁹⁵.

No mesmo relatório, Luiz Eugênio Horta Barbosa responde ao questionamento da diretoria da Companhia Engenho Central Rio Branco sobre a recusa das contas do engenho, cujos valores referiam-se ao 1º semestre de 1886. Para o relator, essas recusas foram determinadas por irregulares e dados incompletos nas contas demonstradas, o que levou a província a determinar um novo exame. Tal medida tinha por objetivo evitar prejuízos, tanto à Província quanto ao engenho. Após novo exame, provaram-se as contas e a Companhia recebeu 64:471\$673 de juros vencidos, referentes ao ano de 1886 e 1º semestre de 1887.

Com relação aos anos seguintes à safra de 1886, os relatórios de Presidente de Província não apresentam nenhum outro balancete, relativo ao Engenho Central Rio Branco, todavia, as críticas ao mau funcionamento do engenho persistiam. No relatório de 1889, o Governo de Minas Gerais pontuou os gastos do Estado com a manutenção

¹⁹⁵ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1 de junho de 1888. Indústria. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1888. p. 66.

dos juros, garantidos ao Engenho Central Rio Branco e as estradas de ferro. Segundo o relator:

Empréstimo Externo¹⁹⁶

Passo a tratar da negociação do empréstimo, realizado pelo meu antecessor, em 23 de março último, nos termos do contrato adiante transcrito, celebrado com os banqueiros da praça de Lisboa, Henry Burnay & Caompanhia.

Em virtude das diversas autorizações emanadas desta casa, sobem atualmente a 8.011:717\$210 as despesas realizadas com o pagamento de juros garantidos a estrada de ferro e engenho central Rio Branco, sendo:

Por meio de emissão de apólices, até 9 de maio findo.....	6.317:000\$000
Por aplicação dos saldos recebidos dos exercícios de 1886-87 e 1888.....	846:365\$836
Por suprimentos feitos pelas rendas ordinárias, que serão oportunamente indenizados.....	<u>848:351\$374</u>
	8.011:717\$210

Ao discutir a situação do Engenho Central Rio Branco, o relator foi incisivo ao afirmar que este, desde sua inauguração até o momento (1889), nenhum saldo tinha produzido, sendo sua renda pequena frente ao seu custeio. Revela, ainda, que o engenho recebia, anualmente, da Província a importância de 49:000\$000, referentes à garantia de juros sobre o capital investido. E no engenho mantinha-se um funcionário designado pela própria Província, que, juntamente com o engenheiro fiscal, buscavam as causas do insucesso da empresa. Os últimos dados, apresentados pela Companhia Engenho Central Rio Branco, consistiram na demonstração de capital, efetivamente, empregado no engenho, até 30 de junho de 1887, montante que atingiu a cifra de 631:139\$367.

As críticas ao funcionamento do engenho devem ser relacionadas a diversos fatores, internos e externos. Relativo a este último, esteve a crise vivida pelo setor açucareiro no final do séc. XIX, momento em que o Brasil perdeu o monopólio do comércio mundial, passando a conviver com a queda nos preços e a necessidade de melhoria do setor fabril e do padrão do açúcar comercializado.

Quanto aos fatores internos, devemos colocá-los na condição de engenho instalado na zona da Mata, e tinha como opção de comércio dois tipos de mercados: o externo e o interno. Este último, desenvolvido nas proximidades do engenho chegando até a Corte, apresentava-se mais atrativo e menos oneroso para o engenho. Ao

¹⁹⁶ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Barão de Camargos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 4 de junho de 1889. Diretoria da Fazenda. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1889. p. 30.

analisarmos os balancetes, que restaram da história do Engenho Central, nos anos de 1886 a 1887, podemos simplesmente confirmar as informações contidas nos relatórios de Presidente de Província sobre o mercado atingido pelo engenho.¹⁹⁷ Segundo os balancetes, o engenho atendia a dois mercados, o de Juiz de Fora, mais próximo, e o da Corte, na província do Rio de Janeiro. Para a Corte, em 15 de novembro, próximo do final da safra do ano de 1886, o engenho enviou 3.000 sacas de açúcar, através da ferrovia Leopoldina, e, no dia 30 do mesmo mês, 1.000 sacas para Juiz de Fora.¹⁹⁸

Vale dizer que o mercado de açúcar era observado pela província mineira a tempos. Neste sentido, são importantes as explicações do Presidente da Província, no ano de 1873, antes mesmo da construção do Engenho Central Rio Branco, a respeito da entrada de açúcar pela recebedoria do Parahybuna e as dificuldades enfrentadas pelas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, na cobrança do imposto sobre o produto. A análise do relator descreve o crescente mercado consumidor, na zona da Mata mineira, e a relação deste com a ferrovia e com a Corte:

Presentemente agita-se questão de ordem, e que ainda mais vem complicar a já existente, redobrando os embarços conhecidos entre as duas Presidências. Em 28 de outubro do ano próximo passado o Exm. Presidente do Rio de Janeiro dirigiu-me uma representação, pedindo que eu obtivesse informações exatas do administrador da Recebedoria do Parahybuna sobre o fato que chegou ao conhecimento daquela administração de serem remetidas avultadas quantidades de açúcar de produção do município de Campos, para consumo desta Província, isto por intermédio da estrada de ferro de Pedro II, e sem que pague o imposto devido à Província do Rio.

Ouvindo a respeito o administrador da Recebedoria do Parahybuna, esse empregado zeloso e integro, como folgo de reconhecer, em 1º de dezembro do ano próximo passado, informou ao Inspetor da Thesouraria Provincial - <<que era exato que avultadas quantidades de açúcar acondicionadas em caixas, barricas e sacos passavam por aquela Recebedoria, assim como farinha de mandioca, arroz, etc., etc., gêneros estes que os cafestistas mineiros mandão comprar no mercado da Corte para seu consumo.

Este fato tem a seguinte explicação.

Muitos fazendeiros dos Municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e de grande parte de Leopoldina não cultivam a cana, e depois do prolongamento da estrada de ferro abastecem-se no mercado da Corte, de açúcar, farinha de mandioca, arroz, carne do Rio

¹⁹⁷ Os referidos balancetes correspondem ao Fundo SG, referentes à Secretaria de Governo da Província, sob custódia do Arquivo Público Mineiro.

¹⁹⁸ Àqueles interessados em estudar o comércio de açúcar na cidade de Juiz de Fora, o livro de Anderson Pires: **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009, detalha as atividades exercidas por essas indústrias. No referido livro, encontramos diversas refinarias de açúcar e diversas outras indústrias que utilizam o açúcar como matéria prima.

Grande etc., etc., isto também o fazem negociantes e particulares [...]¹⁹⁹

Nessa mesma perspectiva, a partir da construção do Engenho Central, a sub-região central da zona da Mata mineira surge como centro produtor de açúcar e abastecedora das demais regiões. Assim, o engenho central representava a modernização da atividade açucareira na região. Esse fato nos permite entender a expectativa criada pelo governo e pela Província mineira com a construção do Engenho Central Rio Branco. Já a citação acima nos revela que o crescimento do mercado consumidor, em Minas Gerais, e a relação deste com o crescimento da cafeicultura.

Diante do exposto, entendemos melhor a preocupação dos presidentes de província em denunciar o fracasso do engenho, nos anos que sucederam a sua inauguração, em 1885. Para tanto, precisamos relacionar o insucesso do Engenho Central Rio Branco a outros dois fatores: o primeiro corresponde às dificuldades do engenho em obter matéria-prima, prejudicando o abastecimento da safra e, portanto, diminuía o seu período. Essa situação limitava os rendimentos da produção, tanto pela falta de carros quanto pelo gasto excessivo da empresa com o custo fixo do engenho, juntamente com a desvalorização dos equipamentos instalados. As dificuldades no fornecimento de cana-de-açúcar impediram, nos primeiros anos, o engenho de usar toda a sua capacidade instalada.

A esta situação, devemos relacionar ainda o insucesso ao fato dos fazendeiros da região manterem os seus engenhos ativos, ou seja, nos momentos de crescimento do mercado, quando o preço do açúcar era atrativo, estes deixavam de ser fornecedores e se inseriam na produção e na comercialização de açúcar, contribuindo para a queda nos preços. Os pequenos engenhos eram motivados pelo baixo custo de sua produção e pela grande aceitação do açúcar mascavo no mercado local.

Nos momentos de crise, de declínio dos preços, promovido pelo excesso do produto no mercado, estes pequenos produtores vendiam a matéria-prima ao engenho central. Vale lembrar que nem todos os pequenos proprietários rurais e donos de pequenos engenhos assinaram contrato com o engenho central para fornecimento de cana-de-açúcar.

Para entendermos melhor os problemas enfrentados pelo engenho no fornecimento de matéria-prima, devemos relacionar esse abastecimento ao número de

¹⁹⁹ Relatório apresentado ao Presidente da Província, Sr. Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, pelo Vice-presidente da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, Dr. Francisco Leite da Costa Belém, em 1 de março de 1883. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1883. p. 07.

engenhos existentes na região. Para tanto, usamos a tabela 12, apresentada no capítulo anterior, na qual encontramos um número de 141 engenhos produzindo rapadura e 45, aguardente. Assim, temos um total de 186 engenhos, ou 96,8% dos engenhos registrados no livro de impostos: Indústrias e Profissões, os quais recolhiam, na Prefeitura e Coletoria do Estado, os impostos referentes aos equipamentos existentes nas diversas unidades produtivas, destinados à produção de derivados de cana, os quais eram classificados pelo tamanho, força motriz e localidade.

Diante do número de engenhos cadastrados na Prefeitura de Visconde do Rio Branco, o Engenho Central só possuía contrato com 13 destes produtores, um número pequeno frente à quantidade de engenhos instalados no município. Neste ponto, o Engenho Central Rio Branco não se difere dos demais. O insucesso do engenho parecia inevitável, diante do cenário em que se encontrava. Acreditamos que a recusa dos pequenos produtores em se tornarem meros fornecedores de cana se deve, antes de tudo, ao fato do engenho central separar o setor fabril do setor produtivo, o que chegou a provocar desinteresse desses pequenos produtores pelo simples fato de não conseguirem controlar mais todo o processo produtivo, levaram o Engenho Central Rio Branco ao declínio, justificado pela falta de matéria-prima.

Devemos considerar, ainda, outro ponto importante: a capacidade instalada, a qual era feita logo na compra do maquinário do Engenho. O aumento da produção era alcançado graças ao aumento da matéria-prima. Nos engenhos centrais do nordeste, tal fato era possível pela grande quantidade de terras disponíveis, as quais eram encontradas a preços muito baixos e pela disponibilidade de mão-de-obra barata.²⁰⁰ Esse fato exigia dos engenhos centrais investimento em plantações próprias, numa tentativa de minar a força e a recusa dos fornecedores de cana e como uma necessidade para estes atingirem a capacidade instalada no setor fabril e de um possível prolongamento das safras. Nessa perspectiva, o Engenho Central Rio Branco, na intenção de evitar o malogro, buscou promover a compra de terrenos no município de Visconde do Rio Branco. Tal compra, vale notar, continuou sendo realizada pelos novos proprietários da empresa, logo após a venda do Engenho, a qual foi feita, em 1907, a um grupo de investidores franceses.

²⁰⁰ MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas**: O desenvolvimento da econômica açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). Dissertação de Mestrado - São Paulo: USP, 2007.

Oiliam José, historiador Matense, ao analisar as dificuldades enfrentadas pelo Engenho Central, nos informa que, devido às dificuldades, a Companhia foi vendida à The Leopoldina Railway C^o.²⁰¹ A compra significou uma diversificação das atividades econômicas da referida empresa de transporte. Constituída, inicialmente, pelo capital local, a ferrovia Leopoldina passou, no decorrer dos anos, por transformações estruturais ao ser “assumida por interesses radicados na província do Rio de Janeiro”.²⁰² Essas mudanças contribuiriam para a empresa iniciar uma política de compra das companhias locais, visando às concessões e aos privilégios.

Mas, em 7 de julho de 1907, o Engenho Central Rio Branco foi vendido a um grupo de industriais e banqueiros franceses por 20.000 libras esterlinas (Vinte mil). O engenho, logo após ser comprado, passou por uma reformulação e foi transformado em Usina. Ao assumirem a Companhia, os franceses mudaram a razão social para *Société Sucrière Rio-Branco S.A.* e transferiram a sede do Rio de Janeiro para a localidade de La Roche sur Yan, na França. Após a aquisição, os novos proprietários distribuíram, em seu país, um folheto de oito páginas com as principais características da empresa. Ao buscar atrair novos investidores, anunciava-se que a empresa dispunha de um capital de um milhão de francos, divididos em 10.000 ações de 100 francos. A estrutura física e a capacidade produtiva eram definidas como a de uma empresa que funcionava 22 horas por dia e moía 300.000 kg de cana, tendo um rendimento de 8,5kg de açúcar para cada 100 kg de cana. Isto garantia a produção de 2.550 kg de açúcar e 3.000 litros de melaço, por dia. E a área de cultivo compreendia 500 hectares, sendo 200 em plena produção.²⁰³

Todavia, devemos dar destaque ao documento feito pelos investidores ao adquirirem a empresa, já que se trata de um relatório completo das fazendas, pertencentes ao antigo engenho central. Esse relatório foi apresentado aos investidores franceses. Para tanto, foram confeccionados dois mapas:²⁰⁴ um primeiro, desenhado em 1908, em que é possível localizar o engenho e suas principais vias de acesso, logo após a aquisição da companhia, anexo VI; o segundo, no qual o engenheiro listou as principais propriedades produtoras de cana e as propriedades pertencentes ao engenho, anexo VII.

²⁰¹ JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco**: Terra. Povo. História. B. Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982. p. 247.

²⁰² Idem, Ibid., p. 57-58.

²⁰³ Dados retirados do folheto de propaganda distribuído pela empresa na Europa, em 1907, no qual esta buscava atrair novos investidores. Fundo “Companhia Engenho Central Rio Branco”, sob a guarda do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

²⁰⁴ Para mais detalhes, ver os anexos VI e VII.

A concentração fundiária, iniciada pelo engenho central, aconteceu em 25 de junho de 1886, data da assinatura da escritura do primeiro terreno, quando a companhia adquiria uma propriedade próxima ao engenho. Tal propriedade era necessária para o estabelecimento de uma colônia de trabalhadores, atendendo a 12ª do contrato firmado com a Província.²⁰⁵ As demais aquisições, realizadas pelo engenho, aconteceram no intervalo entre os anos 1886 e 1907, e aparecem, no mapa e no relatório escrito pelos investidores franceses, como unidades produtoras já estabelecidas.

Para uma definição exata do tamanho das terras, ocupadas pelo Engenho Central, e, conseqüentemente, pela Usina, precisamos relacionar os dados, existentes no cartório do primeiro ofício e no cartório de notas da cidade, aos leilões de praça das fazendas, pertencentes à Companhia em 1906, ano de encerramento das atividades das Usinas São João I e São João II. Esta última se originou da construção da Companhia Engenho Central Rio Branco, em 1885, que, em 1907, passou a se chamar Societé Sucrière Rio-Branco S.A e, em 1973, Usina São João II, quando foi vendida ao grupo Bouchardet, proprietários da Usina São João I.

No relatório, construído pelos investidores franceses, em 1907, em que se encontra o balanço das terras ocupadas pela companhia, há um somatório do número de fazendas existentes, no total de dez, e da quantidade de terras ocupadas por estas propriedades. Assim,

La Societé Sucrière de Rio Branco possède par consequent 412 hectares e 90 ares de terres. Si nous faisons abstraction des terrains occupés par les-prés e la plantation de café de Boa-Vista et is nous restera une contenance culturale totale et minimus de 300 hectares partie em palines e partie em collines (morros) qui les uns dans les autres, comprenant les parties labourees et plantees a nouveau chaque anné et qui[ne] produirant qu'an bout de 18 mois, les platations nounelles à conpeo chaque année, les souches de 2ª coupe ou soccas, celles de 3ª coupe ou ressocca nous permettend de calceded une moyenne annuelle et minimus de 25 tonnes por hectare ou 7500 tonnes, c'est que jê pretends leux faire produire.²⁰⁶

A partir do documento acima, juntamente com as plantas de localização do engenho, tanto do setor fabril quanto o do setor produtivo, anexos VI e VII, e com o de ampliação do engenho, anexo VIII, os quais nos mostram a transformação do engenho

²⁰⁵ Belo Horizonte. Arquivo Público Mineiro. Fundo da Secretaria do Governo da Província. 1875-1889.

²⁰⁶ Dados retirados do relatório confeccionado pelo Engenheiro Joany Bouchardet gerente do Engenho Central de Rio Branco, em novembro 1907. Documento este apresentado ao grupo de investidores franceses, quando de sua aquisição. Fundo "Companhia Engenho Central Rio Branco", sob a guarda do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

em Usina, podemos afirmar que o Engenho Central Rio Branco malogrou mais em detrimento dos problemas enfrentados internamente, sobretudo, pela dificuldade no fornecimento de cana. Mas, este não deixou de enfrentar o contexto internacional e a crise que se abateram sobre o setor no final do séc. XIX.

Diante do exposto ao longo do capítulo, entendemos que o Engenho Central Rio Branco seguiu as mesmas dificuldades enfrentadas pelos demais engenhos centrais no final do séc. XIX e início do XX, no Brasil. Ou seja, não conseguiu se tornar um elemento de transformação industrial e muito menos social para a sub-região central da zona da Mata mineira e, muito menos ainda, um símbolo de modernidade.

4. Considerações Finais

*Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são um dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável.*²⁰⁷

André João Antonil

A epígrafe acima ilustra bem a importância do engenho para a sociedade brasileira, estando este na região nordeste ou sudeste, sendo reais ou engenhocas.

Chegamos às últimas páginas deste trabalho com algumas considerações e hipóteses, todavia, com a certeza de que muitos fatos sobre o desenvolvimento da cana-de-açúcar na sub-região central da zona da Mata ainda precisam ser desvendadas, ou que porventura, não possuam respostas.

Ao longo dos capítulos, procuramos realizar nosso objetivo principal que era compreender o desenvolvimento da cana-de-açúcar no município de Visconde do Rio Branco e, conseqüentemente, na sub-região central da Zona da Mata mineira, ao longo do século XIX. Procuramos ainda perceber como a atividade açucareira, na referida região, contribuiu para a diversificação da economia e de como esta, mesmo periférica em relação a zona da Mata sul, criou condições para a construção e o funcionamento do Engenho Central Rio Branco, no final do século XIX.

Nessa perspectiva, acreditamos que o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de derivados de cana se iniciaram na vila do Presídio antes mesmo da chegada da atividade cafeeira na sub-região central da zona da Mata, no início do séc. XIX. Tal fato pode ser entendido através do levantamento feito pelo Vigário Marcelino Rodrigues Ferreira, em 1822, o qual nos aponta a existência de 40 engenhos na referida vila e, que deve ainda ser relacionado aos diversos relatórios de presidente de província que deram destaque aos derivados de cana nas diversas rebedorias da província, apresentados ao longo do capítulo II.

Mas não é somente o número de engenhos instalados na vila que impressiona, mas o fato de termos, dentre esses, cinco por cento movidos por água, o que demonstra grande capacidade instalada, pois geralmente engenhos de roda d'água são de grande porte e não moem para engenhos de uma única taxa. Outro ponto também que mereceu destaque foi o fato de oitenta por cento dos engenhos listados pelo vigário produzirem

²⁰⁷ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

rapadura, um produto voltado ao abastecimento da região. Tal produção nos permitiu relacioná-la à presença dos tropeiros instalados na vila e ao possível mercado consumidor, mesmo sendo este insipiente. Vale ressaltar que o número de engenhos cresceu significativamente ao longo do século XIX, mas devemos dar destaque aos anos de 1822, 1853 e 1892, por estes balizarem nosso objeto de estudo.

O pioneirismo da sub-região central da zona da Mata no cultivo da cana já havia sido apontado pelos diversos viajantes que percorreram a região, no início do séc. XIX, e também pelos “memorialistas”, historiadores locais, que mesmo dispondo de poucas fontes apresentavam diversos trabalhos sobre a região, evidenciando o cultivo da cana.

Ao buscarmos uma relação das atividades econômicas exercidas na vila do Presídio, com os demais centros econômicos que se faziam próximos desta, identificamos um dos primeiros mapas da região, apresentado no relatório de presidente de província em 1844. Esse mapa nos apresentou a via de comunicação que interligava a cidade de Campos do Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, à cidade de Vila Rica, na província mineira. No referido mapa, a vila do presídio aparece como entreposto.

Nesse sentido, o mapa nos permitiu entender o crescimento das vias de transporte na região e de como estas se tornaram um entrave durante todo o século para o desenvolvimento econômico da região até a chegada da ferrovia. Através do referido mapa e dos dados populacionais encontrados nos relatórios de presidente de província, pudemos relacionar o crescimento demográfico ao crescimento da região e do mercado interno, mostrando que a região era a terceira mais populosa da província mineira e que sua estrutura fundiária se diferenciava muito da sub-região sul, principalmente no que se referia ao tamanho das propriedades e ao número de escravos. O mapa e os relatórios nos permitiram justificar os rendimentos de exportação na recebedoria do Presídio em 1842, os quais ultrapassavam o valor arrecadado nas recebedorias do Paraibuna, Mar de Espanha e Barra do Pomba.

Tais dados nos permitiram entender o dinamismo da sub-região e o quanto esta crescera acompanhando o desenvolvimento da capitania, antes mesmo da chegada da cafeicultura e das mudanças estruturais promovidas por esta atividade.

Outro aspecto instigante foi acompanhar o crescimento do número de engenhos na vila do Presídio e o quanto estas pequenas oficinas contribuíram para a criação de um contexto para a instalação do engenho central Rio Branco, no final do séc. XIX. O engenho central, naquele momento, significava a modernidade e como tal foi

propagandeado também na província de Minas Gerais, não se diferenciando do discurso que se abateu sobre o país e a necessidade de modernização da atividade açucareira.

Nesse contexto, os pequenos engenhos e seus canaviais forneceriam matéria-prima garantindo o funcionamento do engenho central e o crescimento de sua produção entre as safras de 1885 e 1886. Todavia, o engenho central não manteve uma política de preços para as canas adquiridas dos fornecedores locais, o que levou o empreendimento a uma crise de produção, que somada à de exportação do açúcar, no final do séc. XIX, promoveram o malogro do referida indústria.

Ao acompanharmos o início da trajetória do Engenho Central Rio Branco, percebemos que este sofreu, como os demais engenhos instalados no Império, pela dissociação feita entre sistema fabril e a lavoura.

Observamos que, desde a construção do engenho central até o seu malogro, ficou evidente que os membros da Companhia Engenho Central Rio Branco contavam com o auxílio do estado para a montagem do empreendimento. Mesmo diante das vantagens apresentadas pelos engenhos centrais, a região não possuía capital e tecnologia suficientes para a montagem de uma indústria daquele porte.

Assim, entendemos que o apoio estatal, tanto provincial quanto imperial, foram importantes na montagem da nova estrutura produtiva. Diante do exposto, percebemos que faltou a Joaquim Jose de Campos Bittencourt o capital exigido pelo estado para que esse lhe assegurasse a garantia de juros sobre o capital investido e a isenção de impostos para a devida importação do maquinismo do engenho.

Outro aspecto importante a ser considerado na província foram as mudanças promovidas na tributação que incidia sobre a atividade açucareira e a produção de derivados de cana. Antes do advento do engenho central, os pequenos engenhos pagavam o imposto anual sobre a capacidade instalada e sobre o produto, caso este fosse exportado para outra província. Todavia, com o surgimento do engenho central, o imposto passou a ser cobrado sobre a produção anual e sua comercialização e também sobre a capacidade instalada. Tal cobrança era feita de maneira diferenciada, de acordo com cada tipo de engenho. Vale dizer que essa mudança se deve ao volume da produção esperada dos engenhos centrais Rio Branco e Aracaty.

Em nosso estudo, esclarecemos que não avançamos na discussão sobre a venda e a transformação do engenho central Rio Branco em Usina, todavia não deixamos de apresentar uma série de dados referentes à Companhia. Tornou-se importante para nós entendermos o início do funcionamento do engenho e as dificuldades enfrentadas por

este. Não nos furtamos também de mencionar que o Engenho Central foi vendido a The Leopoldina Railway C°. e que a compra da empresa significou uma diversificação das atividades econômicas da empresa de transporte.

O malogro dos engenhos centrais no país e as demais transformações políticas e econômicas, ocorridas no final do império brasileiro, promoveram novas mudanças no setor açucareiro e, conseqüentemente, na sub-região central da zona da Mata. Assim, o Engenho Central de Aracaty foi fechado e o Engenho Central Rio Branco vendido a um grupo de industriais e banqueiros franceses por 20.000 libras esterlinas.

E ao assumirem a Companhia, o grupo de investidores franceses mudou a razão social para Sociéte Sucrière Rio-Branco S.A.. Chegaram também a transferir a sede do engenho do Rio de Janeiro para a localidade de La Roche sur Yan, na França. Interessados em atrair novos investidores, anunciaram na Europa que a empresa dispunha de um capital de um milhão de francos. A estrutura física e a capacidade produtiva eram apresentadas como a de uma empresa que funcionava 22 horas por dia e moía 300.000 kg de cana. Isto garantia a produção de 2.550 kg de açúcar e 3.000 litros de melaço, por dia. Quanto à área de cultivo, esta compreendia em 500 hectares, sendo 200 em plena produção. A Usina, diferente dos engenhos centrais, não separava a indústria da lavoura e tinha o cuidado de não depender de fornecedores de cana-de-açúcar. Para tanto, essa promoveu a maior concentração fundiária vista no município de Visconde do Rio Branco.

Por fim, acreditamos que o estudo da atividade açucareira e seu desenvolvimento na sub-região central da zona da Mata e no município de Visconde do Rio Branco teve seu grau de relevância, já que a atividade foi importante para a diversificação econômica da região e para o abastecimento de um crescente mercado interno, justificado pelo crescimento demográfico da região, pelas melhorias no setor de transporte e nas relações mercantis estabelecidas entre esta e os demais mercados locais e, de outras províncias, ao longo do séc. XIX.

Podemos concluir que a atividade açucareira, de secundária no séc. XIX passou a atividade primeira no séc. XX e determinou o desenvolvimento de diversas cidades da sub-região central da zona da Mata.

5. FONTES:

A – Manuscritas:

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio e Obras Públicas. Série Agricultura – engenhos centrais, Arquivo Nacional.

Belo Horizonte. Arquivo Público Mineiro. Fundo da Secretaria do Governo da Província. 1875-1889.

Visconde do Rio Branco. Museu Municipal. Livro de Lançamento dos Impostos sobre Indústrias e Profissões da Contadoria do Tesouro do Estado de Minas Gerais, Coletoria do Município de Rio Branco, exercício de 1892. – 5C.

Visconde do Rio Branco. Museu Municipal. Fundo: Companhia Engenho Central Rio Branco, sob a guarda do Museu Municipal de Visconde do Rio Branco, 1907.

B – Impressas:

Coleção de leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1881/1889. Biblioteca do Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora – MG.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>> Acesso em: 28 mar. 2010.

Relatórios – Província de Minas Gerais.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente, Bernardo Jacinto da Veiga. Ouro Preto, Tipografia do Correio de Minas, 1840.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Província de Minas Gerais pelo Presidente, Bernardo Jacinto da Veiga em 23 de março de 1843. Ouro Preto, Tipografia do Correio de Minas, 1843.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andrea, no dia 3 de fevereiro de 1844. Rio de Janeiro, Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844.

Relatório de Presidente de Província apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva, no dia 3 de fevereiro de 1846. Rio de Janeiro, órgão de impressão (dado inteligível), 1846.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto, Tipografia de Soares, 1853.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província Luiz Antônio Barboza, no dia 28 de novembro de 1853. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1854.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, ao 1º Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, José Lopes da Silva Vianna, ao passar-lhe o cargo de presidente em 1854. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na 2ª seção ordinária da 10ª legislatura de 1855 – Estatística, Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1857. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1857.

Relatório apresentado à Assembleia legislativa provincial de Minas Gerais pelo Presidente de Província Carlos Carneiro de Campos, no dia 25 de março de 1858. Ouro Preto: Tipografia Provincial, 1858.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, José da Costa Machado de Souza, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1868. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1868.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1869. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870.

Relatório apresentado ao Presidente da Província, Sr. Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, pelo Vice-presidente da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, Dr. Francisco Leite da Costa Belém, em 1 de março de 187. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1873.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Barão da Vila da Barra, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1876. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1876.

Relatório apresentado pelo Diretor da Escola Agrícola de Itabira, Domingos Martins Guerra ao Presidente da Província de Minas Gerais o Dr. Theophilo Ottoni, em 28 de junho de 1882. Ouro Preto: Tipografia de Carlos Andrade, 1882.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Gonçalves Chaves, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1883. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1883.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Gonçalves Chaves, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1884. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1884.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, 30 de junho de 1885. Ouro Preto: Tipografia do Liberal Mineiro, 1885.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portela à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 13 de abril de 1886. Ouro Preto: Tipografia do <<Vinte de Agosto>>, 1886.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 05 de junho de 1887. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1887.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, em 1 de junho de 1888. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1888.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Barão de Camargos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 4 de junho de 1889. Diretoria da Fazenda. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1889.

C – Periódicos.

Minas Jornal – Visconde do Rio Branco – 1925/1930. Documento depositado no Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

Revista Brasil Açucareiro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do séc. XIX**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove**. São Paulo: Ed. USP, 1995.

ANTONIL, André João. In: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 165-166.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAMPOS, Vilar Zóia. Italianos em São Paulo: de colonos a empresários do açúcar. 1876-1941”. In: **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis. 2006.

CANABRAVA, Alice Piffer. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, vol. 4, São Paulo: DIFEL, 1974. p. 108.

CARRARA, Ângelo. **A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)**. 1993. 80f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1993.

COSTA FILHO, Miguel. **A cana de açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), 1963.

Decreto n. 9434, de 6 de junho de 1885. In: **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar: séc. XVI a XXIII**. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1992.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Civilizações do açúcar**: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no novo mundo, séculos XVI ao XIX. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Espaços canavieiros regionais e mercado interno**: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da província de Minas Gerais. Minas Gerais: CEDEPLAR. X Seminário sobre Economia Mineira. 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, 2 vol. São Paulo: DIFEL, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1981.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Brasil/Açúcar. **Coleção Canavieira**, n. 8. Rio de Janeiro: IAA, 1972

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores na república. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 122.

JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco**: Terra. Povo. História. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX. In: CARRARA, Ângelo Alves. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e contínuismo: (1835-1909)**. 1993. 80f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro: 1993. p. 13.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. **As Elites Açucareiras em Pernambuco**: Um estudo sobre a heterogeneidade da açucarcocracia pernambucana nas últimas décadas do Império. Dissertação. Programa de História Social da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2007.

MAIA, Andréa Casa Nova. *Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas**: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). São Paulo: USP, 2007.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PERLATTO, Carla Martins de Lima. **Engenho Central Rio Branco**. Juiz de Fora: Dep. Artes – ICE/UFJF, 1997.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRADO, Paulo. Prefácio. In: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 25-26.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. A economia canavieira na zona da Mata Mineira e a construção do Engenho Central Rio Branco no final do séc. XIX. Anais do **III Seminário de História do Açúcar: Produção, Trabalho e Estrutura Fundiária**. São Paulo. USP. Cátedra Jaime Cortesão, mai. de 2010.

SHWARTS, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

SOUZA, Sônia Maria de. **Além dos cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. 1998. 203f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1998. p. 136-137.

TAUNAY, Afonso E. **História do café no Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1939.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo Hucitec: 1990.

Webgrafia

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>
Acesso em 28 mar. de 2010.

Anexo II – Parte 1

Coletânea dos decretos, decisões e leis, imperiais e republicanas, referentes à construção de engenhos centrais em Minas Gerais, agrupados por data de publicação dos decretos.

Decreto	Data de promulgação	Município de Instalação do Engenho	Beneficiário	Resumo do Decreto
7.508	25/10/1879	Leopoldina (Aracati)	Cia. a ser organizada por Teófilo Domingos Alves Ribeiro e Custódio José da Costa Cruz.	Concede garantia de juro de 7% sobre o capital de 300:000\$000 a Cia. que Teófilo Domingos Alves Ribeiro e Custódio José da Costa Cruz organizarem para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de açúcar de cana a margem do Rio Pomba, município de Leopoldina, província de Minas Gerais, na zona compreendida pela situação denominada 'Aracati'.
8.033	16/03/1881	Leopoldina (Aracati)		Declara caduca a concessão feita pelo decreto 7.508 de 01 de outubro de 1879. (Município de Leopoldina, província de Minas Gerais).
8.540	20/05/1882	Leopoldina (Aracati)		Declara sem efeito o Decreto 8.033 de 16 de março de 1881. (Município de Leopoldina, província de Minas Gerais).
8.542	20/05/1882			Aprova com modificações os estatutos da Companhia Engenho Central de Aracati e autoriza-a a funcionar.
8.794	09/12/1882	Leopoldina (Aracati)		Prorroga por 30 dias o prazo marcado para a apresentação da planta, orçamento e contratos de fornecimento do engenho central de Aracati, do município de Leopoldina, província de Minas Gerais.
8.929	07/04/1883	Leopoldina (Aracati)		Aprova as plantas, desenhos, processos e orçamentos na importância de 260:123\$630, bem como os contratos de fornecimento de cana apresentados pela Companhia Engenho Central de Aracati.
9.434	06/06/1885	Rio Branco		Concede autorização à Companhia Engenho Central do Rio Branco para se organizar. (Província de Minas Gerais).
9.492	05/09/1885	Leopoldina (Aracati)		Autoriza a transferência da sede da Companhia Engenho Central de Aracati. (Província de Minas Gerais).
9.638	04/09/1886	Leopoldina (Aracati)		Aprova a reforma dos estatutos da Companhia Engenho Central de Aracati. (Província de Minas Gerais).
10.311	10/08/1889	Leopoldina (Aracati)		Declara caduca a concessão feita à Companhia Engenho Central de Aracati – pelo decreto nº 7.508 de 27 de setembro de 1879. (Município de Leopoldina, província de Minas Gerais).
654	09/08/1890	Lavras	Juvenal Damasceno e Augusto César	Concede a Juvenal Damasceno e Augusto César garantia de juros de 6% ao ano para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Minas Gerais. (Município de Lavras).
761	19/09/1890	Sete Lagoas	Cândido da Fonseca Viana, Caetano Mascarenhas e Francisco Domingos Gontijo	Concede garantia de juros para Cândido da Fonseca Viana, Caetano Mascarenhas e Francisco Domingos Gontijo estabelecerem um engenho central no Estado de Minas Gerais. (Freguesia de Jequitibá, município de Sete Lagoas).
927	24/10/1890	Itajubá	João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa	Concede aos cidadãos João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa garantia de juros para um engenho central em Minas Gerais. (Itajubá).
1.171	13/12/1890	Lavras		Prorroga por quatro meses o prazo marcado no § 2º da cláusula 3ª do decreto nº 654 de 9 de agosto último. (E. C. em Lavras, Estado de Minas Gerais).
41	18/06/1890	São Lourenço		Razões pelas quais determinou-se a reforma do balanço da receita e despesa do Engenho Central de São Lourenço e aprovação de glosas dividendo dos lucros líquidos. Indenização ao Estado. Fundo de reservas.
1.286	10/01/1891	Lavras	Companhia Industrial e Agrícola	Transfere à Companhia Industrial e Agrícola a concessão constante do Decreto nº 654 de 9 de agosto de 1890. (E. C. no município de Lavras, MG).
1.359	12/02/1891		Banco Central Mineiro	Transfere ao Banco Central Mineiro a concessão feita por Decreto nº 927 de 24 de outubro de 1890, para um engenho central em Minas Gerais.
117	04/04/1891	Queluz	Visconde Roberto Paravicini e aos cidadãos Clermont Tavares de Assis Coimbra e José Marcenens	Concede favores ao visconde Roberto Paravicini e aos cidadãos Clermont Tavares de Assis Coimbra e José Marcenens para o estabelecimento de um engenho central em Minas Gerais. (Município de Queluz).
381	06/06/1891	Lavras		Aprova o plano das obras projetadas, desenhos dos aparelhos e descrição dos métodos de fabricação do Engenho Central de Lavras. (Minas Gerais).
620	24/10/1891	Itajubá	Banco Central Mineiro	Aprova o plano e orçamento das obras projetadas, desenhos dos aparelhos e descrição dos métodos de fabricação do Engenho Central de Itajubá, de que é concessionário o Banco Central Mineiro.
1.785	30/08/1894		Companhia Norte Mineira	Autoriza a Companhia Norte Mineira a substituir no Engenho Central de Canavieiras o sistema de difusão pelo de moendas de triplice bateria.
1.814	22/09/1894	Lavras e Sete Lagoas		Declara caducas as concessões de engenhos centrais feitas pelos decretos nºs 10.435 de 9 de novembro de 1889, 654 de 9 de agosto de 1890, 927 de 24 de outubro de 1890, 637 de 9 de agosto de 1890, 647 de 9 de agosto de 1890, 728 de 6 de setembro de 1890, 721 de 19 de setembro de 1890 e 1.049 de 21 de novembro de 1890. (Parati – RJ, Lavras – MG, Itajubá – MG, São José – SC, Maricá – RJ, Campinas – SP, Freguesia de Jequitibá, Sete Lagoas – MG e Bananal – SP).
1.890	28/02/1895	Queluz		Declara caducas as concessões de engenhos centrais feitas pelos decretos nºs 1.164 de 13 de dezembro de 1890, 117 de 4 de abril de 1891, nº 160 de 24 de abril de 1891 e nº 175 de 25 de abril de 1891. (Municípios de Cruzeiro e Guaratinguetá (SP), Santana do Morro do Chapecó, Município de Queluz (MG), Barra do Jequiá, Divisas Iguape e Xiririca, e Barra do Jacuriranga, município de Iguapé (SP)).
5.772	21/11/1905	Rio Branco	Societé Sucrérie do Rio Branco	Concede autorização a sociedade anônima denominada Societé Sucrérie do Rio Branco para continuar a funcionar na República. (Estado de Minas Gerais).

Fonte: BITTENCOURT, Gabriel. **Açúcar e Legislação**: a política brasileira das usinas centrais e sua influência no Espírito Santo (1870 – 1920). Vitória, Edit, 1999. p. 107 a 186.

Anexo II – Parte 2

Coletânea dos decretos, decisões e leis imperiais, e republicanas, referentes à construção de engenhos centrais em Minas Gerais, agrupados por localidade.

Município de Instalação do Engenho	Decreto	Data de promulgação	Concessionário responsável pela instalação do Engenho	Resumo do Decreto
Leopoldina (Aracati)	7.508	25/10/1879	Cia. a ser organizada por Teófilo Domingos Alves Ribeiro e Custódio José da Costa Cruz.	Concede garantia de juro de 7% sobre o capital de 300.000\$000 a Cia. que Teófilo Domingos Alves Ribeiro e Custódio José da Costa Cruz organizarem para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de açúcar de cana a margem do Rio Pomba, município de Leopoldina, província de Minas Gerais, na zona compreendida pela situação denominada 'Aracati'.
	8.033	16/03/1881		Declara caduca a concessão feita pelo decreto 7.508 de 01 de outubro de 1879. (Município de Leopoldina, província de Minas Gerais).
	8.540	20/05/1882		Declara sem efeito o Decreto 8.033 de 16 de março de 1881. (Município de Leopoldina, província de Minas Gerais).
	8.542	20/05/1882		Aprova com modificações os estatutos da Companhia Engenho Central de Aracati e autoriza-a a funcionar.
	8.794	09/12/1882		Prorroga por 30 dias o prazo marcado para a apresentação da planta, orçamento e contratos de fornecimento do engenho central de Aracati, do município de Leopoldina, província de Minas Gerais.
	8.929	07/04/1883		Aprova as plantas, desenhos, processos e orçamentos na importância de 260:123\$630, bem como os contratos de fornecimento de cana apresentados pela Companhia Engenho Central de Aracati.
	9.492	05/09/1885		Autoriza a transferência da sede da Companhia Engenho Central de Aracati. (Província de Minas Gerais).
	9.638	04/09/1886		Aprova a reforma dos estatutos da Companhia Engenho Central de Aracati. (Província de Minas Gerais).
	10.311	10/08/1889		Declara caduca a concessão feita à Companhia Engenho Central de Aracati – pelo decreto nº 7.508 de 27 de setembro de 1879. (Município de Leopoldina, província de Minas Gerais).
Rio Branco	9.434	06/06/1885	Companhia Engenho Central do Rio Branco	Concede autorização à Companhia Engenho Central do Rio Branco para se organizar. (Província de Minas Gerais).
	5.772	21/11/1905	Societé Sucrière do Rio Branco	Concede autorização a sociedade anônima denominada Societé Sucrière do Rio Branco para continuar a funcionar na República. (Estado de Minas Gerais).
Lavras	654	09/08/1890	Juvenal Damasceno e Augusto César	Concede a Juvenal Damasceno e Augusto César garantia de juros de 6% ao ano para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Minas Gerais. (Município de Lavras).
	1.171	13/12/1890		Prorroga por quatro meses o prazo marcado no § 2º da cláusula 3ª do decreto nº 654 de 9 de agosto último. (E. C. em Lavras, Estado de Minas Gerais).
	1.286	10/01/1891	Companhia Industrial e Agrícola	Transfere à Companhia Industrial e Agrícola a concessão constante do Decreto nº 654 de 9 de agosto de 1890. (E. C. no município de Lavras, MG).
	381	06/06/1891		Aprova o plano das obras projetadas, desenhos dos aparelhos e descrição dos métodos de fabricação do Engenho Central de Lavras. (Minas Gerais).
Sete Lagoas	761	19/09/1890	Cândido da Fonseca Viana, Caetano Mascarenhas e Francisco Domingos Gontijo	Concede garantia de juros para Cândido da Fonseca Viana, Caetano Mascarenhas e Francisco Domingos Gontijo estabelecerem um engenho central no Estado de Minas Gerais. (Freguesia de Jequitibá, município de Sete Lagoas).
Lavras e Sete Lagoas	1.814	22/09/1894		Declara caducas as concessões de engenhos centrais feitas pelos decretos nºs 10.435 de 9 de novembro de 1889, 654 de 9 de agosto de 1890, 927 de 24 de outubro de 1890, 637 de 9 de agosto de 1890, 647 de 9 de agosto de 1890, 728 de 6 de setembro de 1890, 721 de 19 de setembro de 1890 e 1.049 de 21 de novembro de 1890. (Parati – RJ, Lavras – MG, Itajubá – MG, São José – SC, Maricá – RJ, Campinas – SP, Freguesia de Jequitibá, Sete Lagoas – MG e Bananal – SP).
Itajubá	927	24/10/1890	João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa	Concede aos cidadãos João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa garantia de juros para um engenho central em Minas Gerais. (Itajubá).
	620	24/10/1891	Banco Central Mineiro	Aprova o plano e orçamento das obras projetadas, desenhos dos aparelhos e descrição dos métodos de fabricação do Engenho Central de Itajubá, de que é concessionário o Banco Central Mineiro.
	1.359	12/02/1891	Banco Central Mineiro	Transfere ao Banco Central Mineiro a concessão feita por Decreto nº 927 de 24 de outubro de 1890, para um engenho central em Minas Gerais.
São Lourenço	41*	18/06/1890		Razões pelas quais se determinou a reforma do balanço da receita e despesa do Engenho Central de São Lourenço e aprovação de glosas dividendo dos lucros líquidos. Indenização ao Estado. Fundo de reservas.
Queluz	117	04/04/1891	Visconde Roberto Paravicini e aos cidadãos Clermont Tavares de Assis Coimbra e José Marcenes	Concede favores ao visconde Roberto Paravicini e aos cidadãos Clermont Tavares de Assis Coimbra e José Marcenes para o estabelecimento de um engenho central em Minas Gerais. (Município de Queluz).
	1.890	28/02/1895		Declara caducas as concessões de engenhos centrais feitas pelos decretos nºs 1.164 de 13 de dezembro de 1890, 117 de 4 de abril de 1891, nº 160 de 24 de abril de 1891 e nº 175 de 25 de abril de 1891. (Municípios de Cruzeiro e Guaratinguetá (SP), Santana do Morro do Chapecó, Município de Queluz (MG), Barra do Jequiá, Divisas Iguape e Xiririca, e Barra do Jacuriranga, município de Iguapé (SP)).
	1.785	30/08/1894	Companhia Norte Mineira	Autoriza a Companhia Norte Mineira a substituir no Engenho Central de Canavieiras o sistema de difusão pelo de moedas de triplice bateria.

Fonte: BITTENCOURT, Gabriel. **Açúcar e Legislação**: a política brasileira das usinas centrais e sua influência no Espírito Santo (1870 – 1920). Vitória, Edit, 1999. p. 107 a 186.

* Trata-se de uma decisão.

Anexo III

Escola Agrícola do Vale do Piracicaba

(...) Que se diria, vindo ver a primeira fazenda modelo da província, se ai se encontrasse uma coisa comum e sem proporções para ir se engrandecendo?

Sou o primeiro a conhecer que ela ainda não prima como tal, mas esta em ordem de o ser, si continuar a receber auxilio para completar-se.

Tenho confiança em mim, que já [hei] dado provas, em outros estabelecimentos industriais, que estabeleci, que sei por conta daquilo de que me encarrego, e de nenhum encargo me tenho ocupado mais que do que deste, nem há um que mereça tanta importância e apreço.

Se a província me der o que peço para montar os engenhos e mandar buscar duas maquinas de arrancar tocos, não lhe pedirei mais nada e se verá que enquanto eu for diretor, farei todas as despesas com os produtos que obtiver, si a aflluência dos discípulos não for tão grande que aumente muito os gastos.

Precisa-se do seguinte:

1 engenho de ferro para moer cana	500\$000
2 taxas de cobre	300\$000
1 alambique	600\$000
Carretos dos mesmos	150\$000
2 máquinas para arrancar tocos (preço na fábrica)	300\$000
Frete e carreto (não sei calcular)	\$
Utensílios para o engenho	200\$000
Fornalhas	400\$000
Custo da madeira para roda e eixo	200\$000
Ferragem e mão-de-obra de carpinteiros e assentamento dos pilões	1:200\$000
Despesas imprevistas	90\$000
2 presas de água	800\$000
1 bom moinho mais, para fubá	<u>500\$000</u>
	5:300\$000

Para que V. Exc. e a Assembléia fiquem certos de que me baseio bem, ofereço as suas considerações o seguinte cálculo, para uma lavoura anual.

Itabira, 5 de julho de 1883.

Domingos Martins Guerra

Diretor da Escola Agrícola do Vale de Piracicaba.

Açúcar

O § 2º do art. 5º da lei n. 3232 de 22 de outubro de 1884, restabeleceu o imposto de 3% sobre esse gênero, que havia sido suprimido em 1879, recaindo sobre ele, como o do café, sobre uma pauta organizada nos termos do art. 6º da lei n. 2892 de 6 de novembro de 1882.

A exportação desse gênero, que principiou a ser tributado no último trimestre do ano financeiro de 1884-1885, não pode ser, por enquanto, em grande escala, porque apenas temos funcionando na província o engenho central – Rio Branco.

Os pequenos engenhos montados pelos fazendeiros, que já são tributados com o imposto de 34\$000, 17\$000 e 8\$500, conforme o motor, apenas produzem para o consumo da província, não chegando a ser exportado.

Dada a hipótese, alias provável, que a produção dos engenhos centrais, igualmente seja consumida na província, ficarão estes, que estão sendo estabelecidos com garantia de juros da província, [se] a contribuição alguma e, por conseguinte, em melhores condições do que aqueles de iniciativa particular.

É de justiça acabar-se com a desigualdade, e assim julgo que o imposto sobre os engenhos centrais deve recair sobre a produção anual.

²⁰⁸ Relatório apresentado pelo Presidente da Província, Sr. José Antonio Alves de Brito à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1885 – Anexo A – Relatório da Diretoria da Fazenda Provincial. 01 de agosto de 1885 – p. 5-6. Ouro Preto 1887. Tipografia do Liberal Mineiro.

Anexo V – Mapa da Província de Minas Gerais e Espírito Santo – 1882.





